

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ZILDO FERNANDES DA SILVA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
IMPACTOS SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR**

**JOÃO PESSOA – PB
2017**

ZILDO FERNANDES DA SILVA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
IMPACTOS SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marlene Helena O. França.

**JOÃO PESSOA – PB
2017**

S586p Silva, Zildo Fernandes da.

Programa Bolsa Família: impactos sobre o rendimento escolar /
Zildo Fernandes da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.
149f. : il.

Orientadora: Marlene Helena O. França
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Programa Bolsa Família. 2. Condicionalidade na educação.
3. Rendimento escolar. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)


ZILDO FERNANDES DA SILVA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
IMPACTOS SOBRE O RENDIMENTO ESCOLAR**

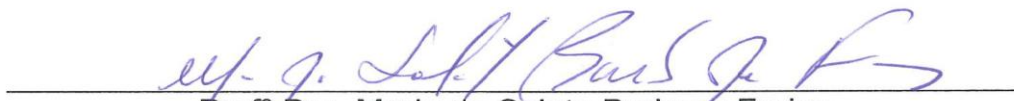
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Educação da UFPB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 14 / 06 /2017

BANCA EXAMINADORA


Prof^a.Dra. Marlene Helena de Oliveira França
- Orientadora -

Prof^a. Dra. Ana Paula Furtado Soares Pontes
- Examinadora -


Prof^a.Dra. Maria da Salete Barbosa Farias
- Examinadora -

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me acompanhar, iluminando-me em todos os momentos, guiando-me pelos caminhos certos e me dando forças para continuar marchando rumo aos meus objetivos;

A minha mãe, Maria Celina Fernandes, que na sua sabedoria e simplicidade sempre me incentivaram a buscar o conhecimento através da pesquisa;

Aos meus irmãos, que sempre me apoiaram na continuação dos meus estudos;

A Professora Dra. Marlene Helena de Oliveira França, que me orientou neste trabalho, despertou-me a vontade de mostrar minha capacidade de futuro educador;

Aos meus familiares, aos meus colegas de curso e todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho;

A Universidade Federal da Paraíba que me acolheu e sempre fará parte da minha vida pessoal e profissional.

“As dificuldades que a ‘luta pela vida’ desencadeou a partir da divisão de classes fizeram com que permanecesse subjacente ao longo da história em vários indivíduos e comunidades uma aspiração igualitária.”

(LIMA, 1976, p.31)

RESUMO

Esta monografia tem como o objetivo geral avaliar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o rendimento escolar, em 2014 e 2015, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Moacir Dantas, no município de Bayeux. Os objetivos específicos que orientaram a pesquisa foram: analisar o motivo e a frequência escolar; analisar as distorções idade-ano; comparar os indicadores de abandono, aprovação e retenção entre os conjuntos de alunos (beneficiário e não beneficiário); bem como, mostrar os percalços da condicionalidade na educação. A metodologia da pesquisa privilegiou a abordagem qualitativa e quantitativa, através do estudo de caso, acima mencionada. O instrumento usado foi análise documental. Espera-se que este estudo subsidie discussões e também possa servir como ponto de partida à gestão municipal para apresentar um planejamento integral e articulado com objetivos estratégicos, diante do propósito de promover direitos sociais mínimos, principalmente, às famílias beneficiárias do PBF e, por conseguinte, propiciar o enfrentamento e mudanças duradoras da realidade dos beneficiários. Como resultados, obtivemos efeitos negativos e inócuos desta política pública de governo, em face do enquanto reflexo do tipo de condicionante branda adotada pelo Governo Federal.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Condicionalidade na educação. Escola. Rendimento escolar.

ABSTRACT

This monograph has the general objective to evaluate the impacts of the programme “Bolsa Família” (PBF) about the school performance, in 2014 and 2015, in the Municipal Elementary School “Dr. Moacir Dantas”, in the city of Bayeux. The specific objectives that guided the research were: to analyze the reason and school frequency; analyze distortions age-year; compare the indicators of abandonment, approval and retention among the sets of students (beneficiary and not beneficiary); as well as show the mishaps of the conditionality in education. The research methodology privileged the qualitative and quantitative approach, through the case study, mentioned above. The instruments used were analysis of documents. This study is expected to subsidize discussions and also can serve as a starting point for the city management to present and integral and articulated planning with strategic objectives, before the proposal of promoting minimum social rights, mainly to the families benefited from the PBF and, consequently, propitiate long lasting changes in the reality if the benefited. As results, we obtained negative and innocuous effects of this public policy of government, in the face of the reflex of the conditioner adopted by the Federal Government.

Key words: Bolsa Família Programme. Conditionality in education. School. School performance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acompanhamento da condicionalidade da educação do PBF: Rede da Educação.....	33
Figura 2 – Sistema Presença/MEC conjunto 85% escola.....	34
Figura 3 – Sistema SIGPBF/SICON/MDSA.....	36
Figura 4 – Localização da área de pesquisa, do global para o local, EMEF Dr. Moacir Dantas, Jardim Aeroporto - Bayeux.....	39
Figura 5 – Taxas de matrículas na Educação Básica (entre 6 a 17 anos de idade) dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na educação no Nordeste (2016).....	55
Figura 6 – Contato direto do pesquisador com objeto de estudo, na EMEF Dr. Moacir Dantas, Jardim Aeroporto – Bayeux.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda <i>per capita</i> mensal no Brasil em 12/2016.....	28
Gráfico 2 – Resultados de frequência por período no âmbito nacional (2015.2 a 2016.1).....	36
Gráfico 3 – Resultados de acompanhamento por região (2015.2 a 2016.1).....	37
Gráfico 4 – Número de matrículas por etapa e modalidade na EMEF Dr. Moacir Dantas, em Bayeux (2015).....	
Gráfico 5 – Indicador 9A da Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.....	49
Gráfico 6 – Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda <i>per capita</i> mensal no Município.....	50
Gráfico 7 – Taxa de Frequência dos alunos beneficiários 85% (2010-2015) do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2010-2015).....	50
Gráfico 8 – Alunos beneficiários do Bolsa Família em nível nacional (raça/cor)	53
Gráfico 9 – Alunos não beneficiários do Bolsa Família em nível nacional (raça/cor).....	53
Gráfico 10 – Alunos beneficiários do Bolsa Família na zona rural/urbano (Brasil).....	54
Gráfico 11 – Matrículas da Educação Básica versus Bolsa Família no âmbito nacional.....	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PTRC em implementação na América Latina e Caribe em 2012...	25
Quadro 2 – IDEB de Bayeux 5º ano.....	43
Quadro 3 – IDEB de Bayeux 5º ano.....	43
Quadro 4 – IDEB das escolas do Sistema Municipal de Ensino 5º ano em Bayeux.....	44
Quadro 5 – IDEB das escolas do Sistema Municipal de Ensino 9º ano em Bayeux.....	45
Quadro 6 – Relatórios dos Recursos (SIGPBF/SICON 2009-2016).....	51
Quadro 7 – IDEB da EMEF Dr. Moacir Dantas, 5º ano, em Bayeux-PB (SAEB/Prova Brasil).....	67
Quadro 8 – IDEB da EMEF Dr. Moacir Dantas, 9º ano, em Bayeux-PB (SAEB/Prova Brasil).....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Rendimento total da Educação Básica (Ensino Regular – Fundamental I e II) do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2012-2015).....	46
Tabela 2 - Taxa de Rendimento da Modalidade EJA do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2013 – 2015).....	47
Tabela 3 – Matrículas da Educação Básica (Ensino Regular e Modalidade EJA) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB.....	60
Tabela 4 – Distorção idade-ano (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB.....	61
Tabela 5 – Rendimento Escolar (Ensino Regular - Fundamental I) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB.....	63
Tabela 6 – Níveis de Proficiência (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família das turmas do 5º ano e do 9º ano, na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2015, em Bayeux-PB.....	66
Tabela 7 – Média aritmética (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família das turmas do 5º ano e do 9º ano, na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2015, em Bayeux-PB.....	67
Tabela 8 – Rendimento Escolar (Ensino Regular - Fundamental II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015.....	68
Tabela 9 – Rendimento Escolar (Modalidade EJA) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB.....	70
Tabela 10 – Frequência dos alunos beneficiários retidos (Ensino Regular - Fundamental I) na EMEF Dr Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB	71
Tabela 11 – Frequência dos alunos beneficiários menor que 85% (Ensino Regular - Fundamental I) na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BC	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CEPAL	Comissão econômica para a América Latina e o Caribe
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EJA	Educação de jovens e Adultos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MDE	Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC	Ministério da Educação
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PTRC	Programa Transferência de Renda Condicionada
SAGI	Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação
SICON	Sistema de Condicionalidades
SIGPBF	Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SIOPE	Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação
TCU	Tribunal de Controle da União
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UM BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL.....	19
3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CONDICIONALIDADES.....	24
3.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	27
3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DO PBF NA EDUCAÇÃO.....	32
4 INDICADORES DO SISTEMA DE ENSINO EM BAYEUX.....	38
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA.....	38
4.2 INDICADORES EDUCACIONAIS.....	43
5 ANÁLISE SOBRE O BOLSA FAMÍLIA EM BAYEUX.....	49
5.1 O ACOMPANHAMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO.....	50
5.2 O PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA.....	52
6 PERCURSO METODOLÓGICO.....	56
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	59
8 CONCLUSÃO.....	74
 REFERÊNCIAS.....	 76
ANEXOS.....	79

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo geral avaliar os impactos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre os indicadores educacionais, nos anos de 2014 e 2015, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Moacir Dantas, no município de Bayeux.

Iniciamos este estudo lembrando que o espetáculo da pobreza e dificuldade ficou mais evidente a partir do desenvolvimento urbano industrial, do capitalismo e do liberal-financeiro, que aprofundaram dramaticamente as contradições sociais. Neste contexto, o Estado liberal que é uma expressão viva da hegemonia de uma classe no poder, até então, esteve ausente por não se interessar pelo social, redefiniu o seu papel, no enfrentamento das causas da pobreza, ao se tornar provedor e interventor no plano social, por meio da formulação de políticas e programas-alvo sociais, para dá um alívio sobre as desigualdades entre forças sociais alimentadas pela baixa força político-cultural dos bolsões de miséria e luta desigual na divisão dos frutos do processo produzido socialmente.

Por outro lado, a própria história da formação do Estado é influenciada pelos acontecimentos econômicos, políticos, sociais e culturais presentes em diferentes contextos históricos, os quais, por sua vez, refletem diretamente nas causas e no enfrentamento de pobreza; fenômeno que sempre esteve presente na história da humanidade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 abriu caminho à formulação de políticas públicas, no âmbito social, para reverter e equalizar o estado de pobreza dos brasileiros excluídos da vida social. Estas políticas estariam, naturalmente, atreladas a uma subordinação do crescimento econômico do país e, por conseguinte, aos recursos financeiros residuais das políticas econômicas impactando uma desproporcionalidade entre a demanda dos recursos e o tamanho geográfico de sua pobreza.

Em 2004, segundo o Banco Mundial (BM), o Brasil apresentou um número considerável de, aproximadamente, 22,4 % da população (41.690.065 habitantes) abaixo da linha de pobreza humana. A partir dos dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad, 2015), o BM fez uma estimativa de que 8,7% da população (17,3 milhões de brasileiros) estão abaixo da linha da pobreza,

contra 7,4%, em 2014. Ou seja, o Brasil está fazendo o caminho de volta para as taxas de pobreza do passado recente.

Na América Latina, a contrapartida nos programas de transferência é o ponto comum destas políticas sociais e a face mais moralista e conservadora dos programas é a maior fonte de geração de agressão preconceituosa. No tocante à escola objeto de estudo, a frequência de caráter obrigatória e punitiva dos alunos beneficiários do PBF não evidenciou uma projeção melhor na realização escolar destes alunos.

Nesse cenário, o PBF tem o propósito de deslocar o seu público-alvo abaixo da linha de pobreza pela inserção à Rede de Proteção Social¹ e serviços (educação, assistência social e saúde) essenciais à vida social. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA, 2016), o PBF² que abarca cerca 13.812.535 de famílias beneficiárias em todo o país. Já na Paraíba, são 522.473 famílias beneficiárias e, em Bayeux, são 10.641 famílias beneficiárias.

O forte déficit de aprendizagem dos alunos e dos educandos do Sistema Municipal de Ensino³ de Bayeux, que reflete diretamente sobre os indicadores educacionais, sempre foi objeto de reflexão dos profissionais da educação do Município sobre as possíveis causas que poderiam estar, por traz, alimentando tamanha tragédia educacional. Portanto, o presente estudo surgiu a partir de uma apreensão e uma inquietação no que se refere a avaliar as implicações da população dos alunos e dos educandos beneficiários do PBF em relação ao rendimento escolar, quando da articulação com as minhas próprias experiências vivenciadas ora como Operador Máster, Adjunto da Coordenação de Apoio ao Estudante e Coordenador do PBF, na Secretaria de Educação de Bayeux, de 2010 ao começo de 2017, e ora como estagiário, nos Estágios Supervisionados pela UFPB, realizados nas escolas municipais do sistema de ensino de Bayeux.

¹ “É entendida como o conjunto de programas sociais do Governo Federal, com prevalência dos programas de transferência de renda.” (SILVA, 2007, p. 96)

² Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 2004.

³ Nos termos da Lei nº 1.012/06, que dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino, no Art. 2º, “O Sistema de Ensino visa organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais criadas pelo Município, no Art. 9º, “O Sistema Municipal de Ensino compreende: a Secretaria de Educação; o CME (Conselho Municipal de Educação); CMAE (Conselho Municipal de Alimentação Escolar); CMAFUNDEB (Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério); as instituições de educação infantil, ensino fundamental, educação especial e profissional mantidas pela Prefeitura Municipal de Bayeux; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; o sistema municipal de bibliotecas escolares; o Liceu de Artes e Ofícios de Bayeux. (Ver Anexo K).

As motivações que nos levaram a eleger a EMEF Dr. Moacir Dantas,⁴ como objeto de estudo, foram os seguintes: possuir várias etapas da Educação Básica⁵ (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Modalidade Educação de Jovens e Adultos), estar cadastrada no Sistema Presença para o envio do acompanhamento pela internet e estar inserida num recorte social fragilizado.

Por conseguinte, visando alcançar o objetivo geral, os objetivos específicos que orientaram a pesquisa foram: analisar o motivo⁶ e a frequência escolar dos alunos beneficiários e os alunos não beneficiários; apresentar as percentagens de matrícula dos alunos beneficiários e não beneficiários; analisar a defasagem idade-ano dos alunos beneficiários; comparar as percentagens frequências, abandono, aprovação e eliminação entre alunos beneficiários e alunos não beneficiários; mostrar os percalços da condição na educação do PBF; bem como, apresentar a operacionalização da gestão da condicionalidade educação do PBF.

Perante o tema e dos objetivos desta pesquisa, o problema de pesquisa aqui proposto pode ser assim enunciado: o uso da frequência compulsória dos alunos beneficiários à escola como condicionante do PBF pode impactar sobre os indicadores educacionais da escola?

Do presente estudo, espera-se que subsidie discussões e também possa servir como ponto de partida à gestão municipal para apresentar um planejamento integral e articulado com objetivos estratégicos, diante do propósito de promover a concretização desejável dos direitos sociais mínimos, principalmente, às famílias beneficiárias do PBF. Além disto, espera-se que esta pesquisa desperte para a necessidade de enfrentamento e mudanças duradoras da realidade dos beneficiários, no percurso de longo prazo, bem como a superação dos fenômenos novos e velhos da pobreza pelas próximas gerações em Bayeux.

Com o propósito de delinear este trabalho a seguir estruturamos o mesmo em oito capítulos. No primeiro, apresentamos os objetivos (geral e específicos), o problema da pesquisa, as motivações para a realização da pesquisa e um breve

⁴ Ver Anexo A e B.

⁵ Nos termos da LDBEN nº 9.394/96, no art. 11º, inciso V, cabe ao município: “oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, comprioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência [...]”

⁶ Motivo uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a razão de um comportamento quanto ao seu sentido. (WEBER, 2009, p.8)

cenário da proteção social. Em seguida, buscamos explicitar como, ao longo dos tempos, a pobreza vai se institucionalizando e constituindo uma rede de proteção e apoio para dar conta da negligência deliberada e da profunda tragédia humana, que respinga na realização do ensino e da educação de qualidade.

No terceiro capítulo, discorremos sobre os programas de transferências de renda condicionada na América Latina, com ênfase ao PBF; também apresentamos a abordagem operacional do PBF no tocante à educação. No quarto capítulo, seguimos os percalços dos indicadores educacionais de Bayeux. No quinto capítulo, desdobramos a situação dos alunos beneficiários entre acompanhamento e perfil sobre o PBF na educação.

No sexto capítulo, em seguida, mostramos o caminho de realização da pesquisa privilegiando a abordagem qualitativa e quantitativa, através do estudo de caso; também trazemos a experiência pessoal com o trabalho pedagógico, Coordenador,⁷ ratificando a possibilidade e necessidade da atuação do profissional formado em Pedagogia.

No sétimo capítulo, apresentamos a análise e discussão das informações referentes aos indicadores educacionais da escola objeto de estudo.

Por fim, no oitavo capítulo, apresentamos a conclusão que não se pretende ser conclusiva, mas propositivas e as referências utilizadas na construção do estudo e os anexos.

⁷ Ver Anexos C a F.

2 UM BREVE HISTÓRICO DA PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNDO E NO BRASIL

Inicialmente, não detectamos grupos humanos e sociedades que não desenvolva alguma maneira de proteger seus integrantes ou de uma forma mais simples e natural pelas instituições não especializada⁸ como a família, os grupos comunitários, as associações, os sindicatos, etc., ou pelas instituições mais avançadas (especializadas), isto é, as formas simples e complexas de proteção surgem e transitam o território vivo das sociedades e também dos grupos humanos, apesar das transformações históricas, culturais e políticas.

Por sua vez, o processo de industrialização desencadeou intensos conflitos, tensões e questões sociais que se mostraram pela primeira vez como uma forma de confronto de interesses entre classes sociais e os mecanismos legais acionados pelo o Estado que mudaramo sistema de proteção social, pois as formas de proteção não especializada num determinado instante histórico não conseguiram atender às demandas da sociedade industrial tampouco promover a oferta de políticas públicas.

A propósito, numa tentativa de compreender melhor esse cenário político e social, que passamos a nos ocupar agora da análise de como a Revolução Industrial influenciou a questão da proteção social.

A Revolução Industrial, meados do século XIX, trouxe para os primeiros trabalhadores um tecido social frágil de miséria devastadora e assustadora, principalmente, nos centros urbanos das principais indústrias, como implicação de um processo de exploração da sociedade industrial. A propósito, Bresciani (2001, p. 23), revela que:

Londres da metade do século, com dois e meio milhões de habitantes projeta-se com total nitidez a promiscuidade, a diversidade, a agressão, em suma, os vários perigos presentes na vida urbana. Para além do fascínio se faz sentir o medo. Na expressão de Shelley: o inferno é uma cidade semelhante a Londres, uma cidade esfumaçada e populosa. Existe aí todo tipo de pessoas arruinadas e pouca diversão, ou melhor, nenhuma, e muito pouca justiça e menos ainda compaixão.

Londres da sociedade industrial representou o ápice da Revolução Industrial que expôs seus sinais sombrios de degradação humana das condições: de moradia precária, de migração do homem do campo para o centro urbano e de ausência total do Estado.

⁸ Não se utiliza de uma base legal (legislação) para implementar, planejar e executar as ações protetiva e apoio.

Em meio à sociedade industrial, os primeiros trabalhadores, oriundos da decadência do sistema artesanal, mais, especificamente, na Europa Ocidental, sobretudo, Londres e Paris, carregaram um legado latente de custo social em condições muito precárias (jornada de trabalho excessiva, suicídio, má alimentação, trabalho infantil, moradia, proteção e prevenção na área do trabalho, etc) e novas formas de relações sociais e força de trabalho intensivo. Assim, para Bresciani (2001, p. 50), a decadência do sistema de produção artesanal significou que:

[...] a exteriorização da atividade do trabalho. É a amplitude dessa exposição pública das atividades do trabalho o que choca os contemporâneos. Nessa exteriorização, que produz a identidade social do trabalhador, o que mais espanta é estar esse homem coberto com os sinais da miséria, considerados até então atributos de velhos e doentes, dos incapacitados em geral.

Lentamente, este trabalhador empobrecido e subalterno emergiu se organizando em sindicatos, partidos e movimentos operários reivindicando e alcançando melhores condições de trabalho e garantias no campo social ligado a esta situação desumana e indigna de sua condição humana. Como mostra Bresciani (2001, p. 80), que:

Esta é uma sociedade que se institui sobre o pressuposto da positividade do trabalho. Afinal, são John e Adam Smith que desfazem a imagem negativa do trabalho como patrimônio da pobreza, como fardo exclusivo dos que não possuem propriedade, e o definem como fonte de toda a atividade criadora e da riqueza.

Mesmo diante das adversidades impostas pela sociedade industrial divorciada entre opressores e oprimidos, os trabalhadores e os seus familiares, com suas grandezas e misérias, bateram a porta da esfera pública e expuseram às suas mazelas sociais na agenda política deixando em evidência o custo social do processo de industrialização. A Revolução Industrial se fortaleceu a passos largos com novos avanços no processo industrial, como afirma Lima (1976, p. 26), “[...] nascimento à máquina a vapor, servindo a qualquer ramo industrial e originando uma nova força motriz que movimenta muitas máquinas ao mesmo tempo”. Estas transformações na indústria possibilitaram ao capitalismo industrial aumentar ainda mais os seus lucros e aumentar a exploração sobre a força do trabalho humano, por exemplo, com a inserção no chão fabril de nova mão-de-obra feminina e infantil.

Mesmo considerando os enfrentamentos históricos, bandeiras de luta dos primeiros trabalhadores por condições de vida digna, moradia e trabalho permitiram o próprio avanço da democracia liberal levando o Estado capitalista a constituir

progressivamente mecanismos legais de apoio aos trabalhadores e outras formas institucionalizadas de proteção social como resposta às questões produzidas pelas desigualdades em diversos campos (político, econômico e cultural).

Neste breve momento, abrimos espaço para se desdobrar o papel do Estado no campo social. Para isto, vamos nos debruçar sobre as correntes ideológicas keynesianismo⁹ e neoliberalismo.

Em primeiro momento, o keynesianismo ou Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*), elevada em decorrência da crise do capitalismo, na grande depressão¹⁰ ocorrida nos Estados Unidos da América que se espalhou para os países industrializados da Europa e países capitalistas, que sucedeu ao *crack*¹¹ da Bolsa de Valores de New York, em 1929. Como diz Lima (1976, p. 36), “O que Keynes, preconizou, em resumo, foi a intervenção do Estado através de uma série de medidas, ora restritivas ora incentivadoras, a fim de evitar as crises cíclicas e o desemprego”. O intervencionismo do Estado de Bem-Estar Social, na produção, na reprodução da força de trabalho, nos sistemas de proteção e nas suas políticas, foi permitindo aos trabalhadores e suas famílias o acesso aos recursos e bens e serviços necessários à vida e à justiça social. No que se refere às instituições de proteção social, no primeiro momento, foi se ampliando nas capitais européias capitalistas.

O outro momento, o neoliberalismo que surgiu para se opor ao Estado de Bem-Estar e, conseqüentemente, recompor o nível de exploração ao trabalhador, que aflorou o liberalismo ou novo capitalismo, mais especificamente, com atributos de Estado mínimo que não propicia a intervenção estatal nas questões econômica e social. Notadamente, por exemplo, no hemisfério sul/periférico, permite-nos presenciar um desmanche/privatização das estatais e uma precarização sem precedentes dos serviços públicos que ainda sobraram das políticas públicas sociais universais saúde e educação. O Estado ficou com o papel mínimo de formulação de políticas públicas sociais compensatórias restritas a um público-alvo específico para atenuar o aumento dos conflitos, das pressões e das tensões entre as classes pelas

⁹ John Maynard Keynes (teoria do pleno emprego pela atuação mais efetiva do Estado: keynesianismo).

¹⁰ Grande escalada da decadência da economia industrial e agrícola provocada pela queda das exportações principalmente para a Europa, que significou uma superprodução sem mercado e, conseqüentemente, desemprego maciço (exercito industrial de reserva).

¹¹ Queda dos valores das ações negociadas na Bolsa de Valores de New York.

demandas sociais represadas historicamente pelas desigualdades cultural, social e econômica. Para Bango (2008, p. 136), o enfoque neoliberal enfatiza que: “a melhor política pública é a política econômica”. Ou seja, a política social é coadjuvante, pois está subordinada ao sucesso da política econômica.

No que se refere ainda ao processo de formação do Estado, observa-se que na América Latina e no Brasil, a história, a experiência colonial e a escravidão prolongada expuseram historicamente vários trabalhadores brasileiros à responsabilidade pela sua própria sobrevivência os quais se apoiaram em obras sociais filantrópicas, em organização de ordem religiosa, em redes de solidariedade e em familiares que deram lugar às práticas sociais e à sobrevivência sem o Estado e também sem o mercado.

Os modelos se desenrolaram de forma muito diversificada na América Latina em relação ao processo que ocorreu na Europa, porque na particularidade brasileira (a independência política e não econômica se deu após a vinda do estado imperial da coroa portuguesa com seu aparelho estatal para burocratizar, até então, a colônia) e na América Latina a formação histórica esbarrou nas dificuldades e capacidades em retardar a chegada da modernidade e isto teve um preço devastador e sofrido para o povo.

Por sua vez, o Estado brasileiro já começou este processo como aliado da burguesia estendendo a lógica de expansão do capitalismo na periferia. Conforme Romanova (1968, p. 2), indica que:

(...) os povos dos países latino-americanos, [...], emanciparam-se em luta incruenta do jogo dos colonizadores espanhóis e portugueses. Parecia que, com isto, estariam terminadas as duras provas daqueles povos sofridos. Mas, a independência não acabou com os infortúnios dos jovens estados latino-americanos. [...] Em século e meio de independência política, nenhum país latino-americano conseguiu converter-se em uma potência industrial desenvolvida.[...] No mercadomundial, os países latino-americanos são apenas fornecedores de matérias-primas minerais e de alimentos, convertidos realmente em apêndices do imperialismo, provedores de produtos agrícolas e matérias-primas.

Até hoje, o perfil dos países latinos americanos (clientelista, autoritarista e patrimonialista), mesmo após conquistas constitucionais, guarda ainda marcas desta longa história penetrando e corroendo as políticas sociais e, conseqüentemente, a proteção social brasileira. Junto com a história da colonização, da dependência econômica surge também forte mobilização pela questão das minorias (indígena, feminismo, quilombola, escravismo, luta pela terra, as lutas pela independência, luta

pelo desrespeito aos trabalhadores, os inúmeros processos de exploração da força de trabalho de crianças e de idosos).

A forma como o Brasil foi se modernizando, na sociedade industrial e no projeto de um sistema de proteção, não passou ilesa a sua herança histórica de colonização e de servidão escrava. Isto explica, muitas vezes, o fato de políticas recém lançadas, entre elas, o PBF possuir resquícios ainda da formação do Estado brasileiro, como mostra Silva (2016, p. 103), há um pensamento dominante na sociedade que: “Considera legítimas e desejáveis as condicionalidades enquanto mecanismos de educação dos pobres e cobra dos governos o controle e a punição”. Ou seja, passa a tratar o subalterno, o miserável, o pobre e o trabalhador como inferior, porque se implantou no país a cultura política discriminatória, que se evidencia fortemente em momentos de crise avolumada, está presente nas políticas sociais, mesmo após a Constituição Federal de 1988.

Portanto, a assistência social¹² aos pobres deixou de ser tratado como um favor para se tornar um direito, e, conseqüentemente, estas políticas se espalharam pelo país e se intensificaram a partir de 1990, porque o Estado neoliberal se viu pressionado pelos organismos internacionais (ONU, BM, etc) e locais (sociedade, sindicatos e instituições empresariais) para equalizar as desigualdades sociais históricas.

¹² “É política de seguridade social [faz parte as políticas públicas, além da assistência social, previdência e saúde] não contributiva, realizada pelas ações integradas de iniciativa pública e da sociedade, para garantir atendimento às necessidades básicas.” (TCU, 2013, p. 30)

3 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NA AMÉRICA LATINA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CONDICIONALIDADES

Neste capítulo iremos aprofundar as metodologias empregadas na formulação das políticas sociais de transferência de renda que tratam da pobreza monetária de alguns países da América Latina de acordo com os tipos de condicionalidades, conforme Silva (2016), que podem ser: fortes, sistemas ou redes de condicionalidades e brandas.

Como uma face da atual proteção social, em particular, na América Latina, vê-se uma disseminação da implantação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) nesta região do continente americano para inverter sobre a lógica da desigualdade de renda, onde é profunda na maioria dos países latino-americanos. Vale ressaltar que, os PTRC tiveram fontes importantes de formulação desta política pública sobre influenciada pressão, sobretudo, social pela distribuição de renda, das agências internacionais¹³ (ONU, BM, etc), das instituições empresariais, dos sindicatos e dos programas governamentais.

Conforme dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2017), atualmente, os PTRC estão em desenvolvimento em 19 países distribuídos na América Latina e Caribe em escala geográfica nacional com uma população-alvo em situação pobreza e/ou extrema pobreza e são institucionalizados pelas leis específicas para a superação e enfrentamento da pobreza de renda, principalmente. A propósito, as principais fontes de recurso para as concretizações e implementações dos PTRC são capitaneadas do orçamento geral dos governos locais e, do lado ocidental, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BM) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

¹³ Libâneo (2012, p.15), destaca as influências das políticas destas agências que: “as quais se transformaram em cartilhas no Brasil para a elaboração de planos de educação de educação federal e de estaduais e municipais [PNE, PEM e PME], afetando tanto as políticas de financiamento [FUNDEB], quanto outras como as de currículo [BNCC- Base Nacional Comum Curricular], formação de professores, organização da escola [PPP – Projeto Político-Pedagógico, Plano de Ações e Regimento Interno], práticas de avaliação, [LDBEN/96].

O Quadro 1 apresenta um panorama dos PTRC na América Latina e Caribe, que revela a sua primeira experiência em Honduras, em 1990. Quanto ao programa implementado neste país foi o “Asignación Familiar” (PRAF), que teve o objetivo de promover o investimento no acúmulo do capital humano das crianças pertencentes às famílias de origem social inferior.

Quadro 1 – PTRC¹⁴ em implementação na América Latina e Caribe em 2012

País	Nome do Programa	Ano de Criação
Honduras	Programa de Asignación Familiar (PRAF), “Bonos 10.000” Programa Presidencial Salud, Educación y Nutrición criado em 2010	1990
Equador	Bono de Desarrollo Humano 1998	1998
Colômbia	Programa Familias enAcción	2000
Jamaica	Programme of Advancement through Health and Education (PATH)	2001
México	Oportunidades	2002
Chile	Solidário	2002
Brasil	Bolsa Família	2003
Peru	Red Juntos (Programa Nacional de Apoyo Directo a los más pobres)	2005
Paraguai	Programa Abrazo, Programa Tekoporã e Programa Ñopytyvô	2005
República Dominicana	Programa Solidaridad	2005
Panamá	Red de Oportunidades	2006
Costa Rica	Avancemos	2006
Trinidad e Tabago	Target Conditional Cash Transfer (TCCTP)	2007
Uruguai	Programa Nuevo Régimen de Asignaciones Familiares (AFAM-PE)	2008
Bolívia	Programa Bono Madre – Niño “Juana Azurduy”	2009
El Salvador	Red Solidaridad Programa Comunidades Solidarias Rurales Programa Comunidades Solidarias Urbanas	2009
Argentina	Programa Asignación Universal por Hijo para Protección Social (AUF)	2009
Guatemala	Mi Bono Seguro	2012

Fonte: Silva, 2014.

¹⁴ O quadro acima apresenta PTRC distribuídos em 18 países da América Latina e Caribe, em implementação em 2012. Todavia, é importante considerar que alguns desses programas são formados de mais de um componente, às vezes, considerados programas independentes.

Em primeiro lugar, “as condicionantes fortes”, para Silva (2016), funcionam a partir do estímulo condicionado que é uma recompensa monetária ao comportamento/resposta/operação condicionada do beneficiário mediante o uso da educação pública e dos serviços da saúde para ampliar o desenvolvimento humano das famílias beneficiárias. O acompanhamento das condições para permitir o recebimento monetário, através de normas rígidas e transparentes, corresponde ao grau de utilização dos serviços no campo social. Questionários minuciosos e longos são usados para traçar o perfil socioeconômico dos beneficiários que se habilitam ao programa. Desta feita, o descumprimento dos compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias implica em punições severas. As condicionalidades fortes estão presentes, por exemplo, no México.

No México, o PTRC “Oportunidades” foi instituído em 2002 e se tornou uma referência na região. Este programa é destinado às áreas rurais, que apresenta maior desigualdade de renda na atividade agrícola, e semiurbanas e urbanas de abrangência geográfica nacional, que possui uma população-alvo em estado de pobreza de renda. Este programa tem como contrapartida as áreas de saúde e de educação. Attanasio (2006), mostra que este programa propiciou um aumento sobre número de matrículas em todas as faixas etárias de escolarização nas áreas rurais (dos 8 aos 13 anos= 3% e dos 14 aos 17 anos = 5,9%) e urbana (dos 8 aos 13 anos = 1,3% e dos 14 aos 17 anos= 5,2%) . As exigências dos beneficiários ao programa são: participar de palestras sobre nutrição e saúde, ir regularmente ao serviço de saúde, cumprir o calendário de vacinação das crianças e ter assiduidade escolar para os estudantes nas etapas: Fundamental, Médio e Superior (CEPAL, 2017).

Como diz Weber (2009, p.140),

A obediência de um indivíduo ou de grupos inteiros pode ser dissimulada por uma questão de oportunidade, exercida na prática por interesse material próprio ou aceita como inevitável por fraqueza e desamparo individuais.

Ou melhor, os beneficiários cidadãos respondem, variavelmente, por questões sociais e culturais, as contradições das condições compulsórias atendo na risca as letras mortas da norma, ficando doentes ou tratando com desdém as contrapartidas da lei. Inclui-se ainda a este programa, o apoio alimentar às famílias e recadastramento a cada três anos. A fonte de financiamento é o Governo do México e o BM.

Em segundo lugar, sistemas ou redes de condicionalidades, para Silva (2016), articulam um conjunto de programas, que os beneficiários tem inserção para a promoção na vida social e, por conseguinte, a superação da pobreza não só pela transferência monetária e serviços sociais, esimpor questões diversas que gravitam a pobreza humana. Ao contrário das condicionalidades “forte”, onde o instrumento de transferência de renda é utilizado para obrigar e punir os beneficiários a cumprir as condições do programa, os sistemas ou redes de condicionalidades são bastante maleáveis quanto às contrapartidas das famílias beneficiárias, porque o acompanhamento do percurso psicossocial dos cidadãos beneficiários é mais relevante para o sistema. Este tipo de condicionalidade se faz presente, por exemplo, no Chile.

Para Rivero (2008, p. 148), o Programa “Solidário”, do Chile, criado em 2002, representa “Um conjunto de condições mínimas ou de direitos mínimos que o Estado se compromete a garantir para os mais pobres, para os mais vulneráveis”. Este Programa apresenta três componentes: apoio psicossocial; subsídios garantidos quando da gravidez, do nascimento da criança, pensão aos idosos e pessoas com deficiência; e acesso preferencial a programas de promoção social. Assim como, no Brasil, um dos critérios para a família ser selecionada é a renda *per capita* familiar. A escala geográfica deste programa é nacional e sua fonte de recurso é do próprio governo do chileno.

Em terceiro lugar, temos as condicionalidades “brandas” que se apresenta como um atrativo para famílias dos beneficiários e para os Governos executores, pois para o desligamento das famílias teriam que passar por um longo caminhado de descumprimento das condições de saúde e educação. A metodologia do PTRC, no Brasil, é o melhor exemplo de como acontece este tipo de condicionalidade branda.

3.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

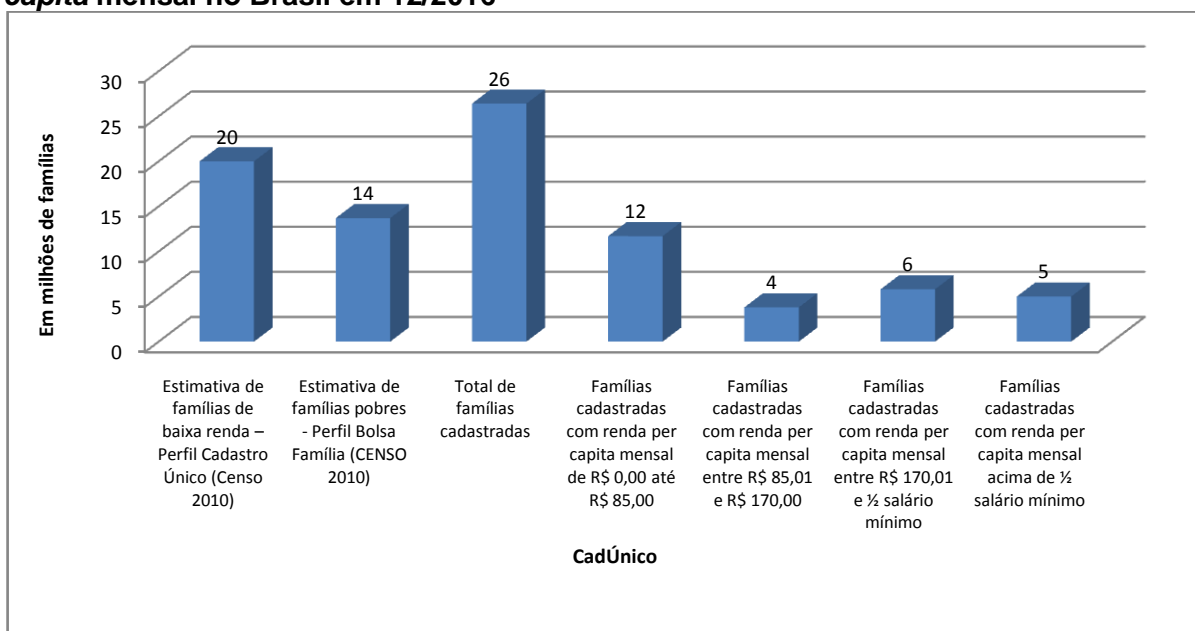
No Brasil, o PTRC representa o maior da região (América Latina) em termos de cobertura, pois atinge todos os municípios dos quatro cantos do país, através da adesão¹⁵ voluntária ao programa. O Programa Bolsa Família foi criado pelo Governo Federal em 2003, que unificou vários programas (Bolsa Escola, Cartão Alimentação

¹⁵ Nos termos da Lei nº 10.836/2004, no parágrafo 1º, “A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família.”

e Bolsa Alimentação), no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que visa melhorar as condições de vida das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico)¹⁶ para programas sociais do Governo Federal e tem como fonte de financiamento o Governo Federal do Brasil e o BM. Os recursos financeiros usados pelo Governo Federal são realocados do orçamento geral, onde toda a sociedade do estrato social alto ao baixo financia o PBF, que é um financiamento do tipo redistributiva branda.

O Gráfico 1 ilustra a distribuição das famílias no CadÚnico, no âmbito nacional, em função da renda *per capita* familiar, que apresenta um total de 15.569 de famílias inseridas no PBF.

Gráfico 1 – Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda *per capita* mensal no Brasil em 12/2016



Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Rocha (2005, p. 13), utiliza-se das linhas de pobreza e extrema para distinguir a população-alvo de acordo com a renda, dizendo:

Pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidade consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes [extremamente pobre], um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais.

¹⁶ CadÚnico: a sua principal função é fornecer um mapa da identificação socioeconômica (parcela mais pobre e vulnerável) da população brasileira.

Somado ao que Rocha (2005, p. 13) expôs, notadamente, o PBF passa a impressão que o aumento da renda *per capita* população do programa indica uma melhoria do seu bem-estar e o do seu padrão, mas isto só é possível se ocorrer mutuamente melhoria dos indicadores sociais da pobreza, do transporte, do trabalho, da saúde, da moradia, do saneamento, da educação, etc., ou seja, aumentar isoladamente a renda *per capita* não resolve a profunda deterioração da desigualdade social.

No que tange as diretrizes relativas ao PBF, conforme Decreto 5.209/2004,¹⁷ são: enfrentamento da pobreza e da desigualdade social (responsabilidade de todos); proteção social não contributiva (livre acesso aos serviços sem nenhum pagamento); proteção social à família (atuação da Assistência Social junto às famílias); intersectorialidade (articulação com as áreas envolvidas); gestão descentralizada (corresponsabilidade dos entes federativos); inclusão social pelas condicionalidades (acesso aos bens e serviços sociais garantindo a efetivação dos direitos).

No que se fere aos objetivos do PBF, segundo o Decreto 5.209/2004, são: promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social, combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional, estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, combater à pobreza; e promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Por sua vez, de acordo com Decreto 5.209/2004, o PBF apresenta três dimensões: promover a transferência de renda para o alívio imediato da pobreza de renda, reforçar as condicionalidades a inserção aos direitos sociais básicos de educação, de saúde e de assistência social e superar a situação de vulnerabilidade pelas ações (Benefício financeiro para Superação da extrema Pobreza – BSP) e programas complementares (Brasil Carinho: voltado à superação da pobreza na primeira infância, programa que consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento, para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da Educação Infantil, contribuir com

¹⁷ Regulamenta a Lei nº 10.836/2004, que cria o PBF.

as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil).¹⁸

Conforme Decreto 5.209/2004, no tocante às condicionalidades do PBF, destacam-se a saúde e a educação. Quanto à saúde são exigidas as seguintes iniciativas: acompanhar o calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de sete anos, acompanhar o pré-natal das gestantes e das nutrizes. Quanto à condição da educação, destacamos: ter frequência maior ou igual a 85% para alunos de 6 a 15 anos e frequência maior ou igual a 75% para alunos de 16 a 17 anos em instituição de ensino regulamentada.

No que pese, no Brasil, o PTRC se diferencia dos demais programas dos países latino americanos por ser descentralizado, isto é, o Governo Federal transfere a responsabilidade, principalmente, aos municípios brasileiros pelo seu êxito. Nesse sentido, Silva (2016, p. 106), reforça que:

As condicionalidades estejam afetas aos três níveis de governo, é sobretudo no município que recai a maior responsabilidade pela oferta de serviços, por sua gestão e acompanhamento das famílias em descumprimento. Bem sabemos da fragilidade e falta de condições estruturais, de recursos e de pessoal para a maioria dos municípios brasileiros ofertarem serviços de educação e de saúde em quantidade e de qualidade para atender adequadamente à demanda da população.

Ademais, observamos que o objetivo do Governo Federal foi obter um controle social¹⁹ do PBF e uma maior regulação sobre as famílias beneficiárias. Na sua formulação, o PBF foi pensado intersetorialmente, mas foi construído e executado setorialmente. Nesta lógica perversa, este programa só atende aos interesses de quem serve/assiste e não quem é servido/assistido a uma causa, como revela Demo (2002, p. 109), que: “Nas salas de aula pode predominar o discurso crítico, mas no dia-a-dia predomina a política da primeira-dama”. É isto mesmo? Sim, porque os serviços quando ofertados aos usuários e beneficiários são fragmentados, isolados, envelhecidos, descontextualizados e ineficientes.

O PBF completou quatorze anos, tendo à frente um leque amplificado de desafios, haja vista foi a primeira vez que se projetou uma política social que assiste aos quatro cantos do Brasil, voltada ao enfrentamento da pobreza e visando garantir

¹⁸ Projeto de lei nº 16/2012, que altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil.

¹⁹ “É realizado pelo cidadão a partir da sua vivência na comunidade, no trabalho, na escola. É a forma organizada que os cidadãos tem de demandar os órgãos de governo para o aperfeiçoamento das políticas: na área de assistência social, educação e saúde.” (TCU, 2013, p. 26),

o acesso das famílias pobres e extremamente pobres, não apenas a um auxílio financeiro para aliviar em curto prazo o estado de pobreza²⁰ absoluta e relativa, e sim dar acesso aos direitos sociais básicos e fomentar o cidadão beneficiário a investir mesmo desprovido de capital humano.

Com isto, superam-se indicadores animadores que marcam a vida escolar dos alunos dos bolsões de pobreza com baixas taxas de sucesso escolar, que impactariam na redução das taxas de abandono, eliminação, distorção idade-ano, idade-conclusão e, conseqüentemente, a ruptura da irradiação do círculo intergeracional da miséria humana pelo acesso condicionado aos direitos básicos.

Ademais, as políticas públicas brasileiras elaboradas de cima para baixo e pensadas sob o viés capitalista como é o caso do PBF, no âmbito da política de assistência social, é fonte de preocupação, como alerta Algebaile (2009, p. 320), que:

O abalo sofrido pelas administrações municipais com a implantação do Bolsa Família não se deveu apenas à subordinação municipais da atuação municipal a finalidades traçadas em nível federal. Deve-se, também, à subordinação e ao uso instrumental do setor educacional para finalidades que, em princípio, estariam inscritas em outros setores de ação governamental.

Diante disso, concordamos com o posicionamento de Algebaile, porque os municípios tem suas estruturas utilizadas pelo Governo Federal para reforçar o enquadramento de modo mais intenso na vida dos beneficiários do PBF. No campo educacional, a escola saiu da sua rota do trabalho de escolarização de sua especificidade em prol de se atender, no espaço escolar, os interesses do Estado para contornar pressões dos organismos internacionais por melhores indicadores sociais em troca de repasses financeiros aos fundos das prefeituras.

Souza (1987, p. 31) destaca que:

Historicamente, a ação social está ligada às formas de assistência que muitas instituições assumem em função daqueles indivíduos que, devido a obstáculos de idade ou enfermidade física, mental ou social não conseguem usufruir os bens necessários à existência.

²⁰ “Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física. A pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedade onde o mínimo vital já é garantido a todos.” (ROCHA, 2005, p. 11)

A propósito, vincular o PBF à escolarização está avizinhada à necessidade, no país, dos alunos de idade escolar não evadir a escola para ajudar à família no mundo explorador do trabalho infantil ao desemprego.

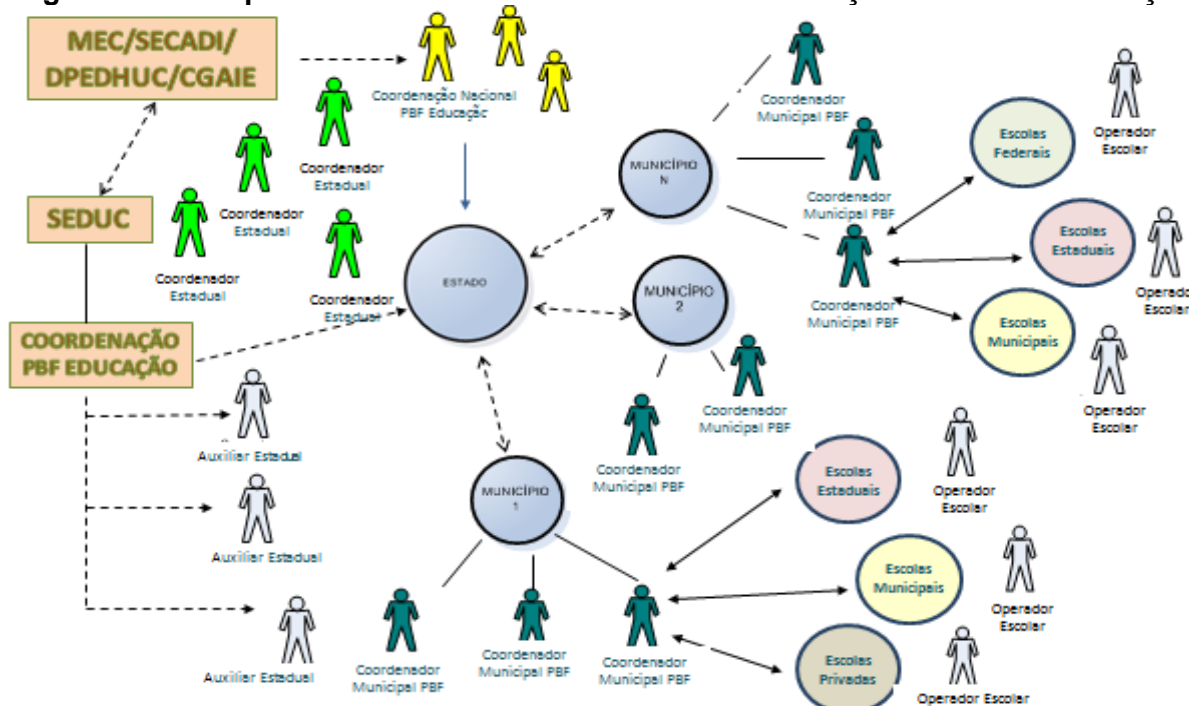
Assim, o PBF retarda que os alunos em idade de escolarização não entrem precocemente no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o programa se torna uma boa estratégia, pois vincula a renda mínima aos alunos na linha de pobreza por meio das contrapartidas compulsórias (educação e saúde).

3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DO BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO

O acompanhamento da condicionalidade na área da educação é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Para realizar este acompanhamento, o município dispõe do Sistema Presença, ferramenta desenvolvida pelo MEC. Segundo a Portaria Interministerial nº 3.789/2004, o gestor deste Sistema no município é o Secretário Municipal de Educação, que é o titular do órgão municipal de educação. Uma das atribuições do Secretário Municipal de Educação é indicar o Coordenador Municipal da Educação, responsável por coordenar as ações para realizar o registro das informações da frequência escolar dos beneficiários no Sistema Presença.

Conforme essa Portaria, o Coordenador municipal tem as seguintes atribuições: integrar a Coordenação Municipal do PBF, promover a apuração mensal da frequência escolar dos alunos nos respectivos estabelecimentos de ensino, público ou privado, realizar planejamento ao longo do bimestre quanto à recepção, consolidação e transmissão das informações; garantir, por meios diversificados, considerando as realidades do seu município, a coleta de frequência escolar, apoiar ações educativas visando assegurar o desenvolvimento integral dos alunos e combater a evasão e o abandono escolar, capacitar os profissionais de educação para o acompanhamento da frequência escolar dos alunos, pactuar com as escolas da rede privada o estabelecimento de fluxo de informações objetivando o efetivo acompanhamento da frequência escolar dos alunos, supervisionar os lançamentos efetuados no sistema de frequência escolar, responsabilizando administrativa, civil ou penal quando comprovada irregularidade de procedimentos.

Figura 1 – Acompanhamento da condicionalidade da educação do PBF na educação



Fonte: MEC/SECADI, 2017.

A Figura 1 mostra os profissionais envolvidos no processo de acompanhamento da condicionalidade na educação em consonância com a Portaria Interministerial nº 3.789/2004. De acordo ainda com esta Portaria, as atribuições do Operador Escolar são: identificar e disponibilizar ao gestor municipal os dados atualizados dos alunos e ocorrências, como mudança de endereço, transferência, abandono e falecimento; no caso de transferência de escola, informar o nome do estabelecimento de ensino destino; cumprir os prazos estabelecidos no calendário para a apuração, registro e encaminhamento da frequência escolar dos alunos para o gestor municipal; comunicar ao Conselho Tutelar fatos relativos ao art. 56º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e informar, quando for o caso, as justificativas apresentadas pelo responsável do aluno para frequência inferior a 85% da carga horária mensal ao gestor municipal.

De acordo com o calendário fornecido pelo MEC (SECADI), o processo de acompanhamento (frequência e motivo) condicionalidade é realizado em parceria com as escolas, bimestralmente, em cinco períodos ao longo do ano (ver Anexo G). Inicialmente, o MDSA envia ao MEC base de dados dos alunos aptos ao acompanhamento na educação, em seguida, o MEC recebe os dados e atualiza o Sistema Presença.

Em seguida, o Coordenador Municipal e os Operadores Escolares acessam as relações de alunos beneficiários para levantar e registrar informações relativas ao cumprimento ou não da frequência²¹ escolar mínima exigida pelo PBF e ajustarem as situações relativas às transferências, incremento e ano/série dos alunos beneficiários.

Como mostra a Figura 2, os registros do motivo e da frequência escolar dos beneficiários do PBF acontecem em dois conjuntos no Sistema Presença. O primeiro conjunto é formado por crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 15 anos, que devem frequentar, no mínimo, 85% do período letivo mensal. O outro é formado por adolescentes na faixa etária de 16 a 17 anos de idade, cuja frequência escolar mensal deve atingir no período letivo, no mínimo, 75% de frequência escolar.

Figura 2 – Sistema Presença/MEC conjunto 85% escola

The screenshot displays the 'Sistema Presença' web application. At the top, there's a header with the URL 'frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/controller/aluno/manterAluno.php#top' and navigation links like 'Participe', 'Acesso à informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this, a sidebar on the left shows the 'Sistema Presença' logo and a green box indicating 'FALTAM 05 dias para encerrar' for the 'PERÍODO DE FEV E MAR'. The main content area is titled 'REGISTRAR FREQUÊNCIA POR ALUNO DE 06 À 15 ANOS' and shows filters for 'FREQUÊNCIA 85%' and 'FREQUÊNCIA 75% (BVJ)'. It includes input fields for 'ESCOLA', 'INEP', 'NOME EMEF', and 'MUNICÍPIO Bayeux/PB'. A table below lists student records with columns for 'MÊS', 'FREQ', and 'MOTIVO'. The table shows data for February and March with frequencies of 99%, 75%, and 80%.

MÊS	FREQ	MOTIVO
FEV	99 %	
MAR	75 %	64a
FEV	99 %	
MAR	99 %	
FEV	99 %	
MAR	80 %	64a

Fonte: Sistema Presença/MEC (2017).

A qualquer momento da coleta, o coordenador municipal gera o relatório gerencial, através do Sistema Presença, para conferir as informações produzidas e inseridas no sistema pelas escolas.

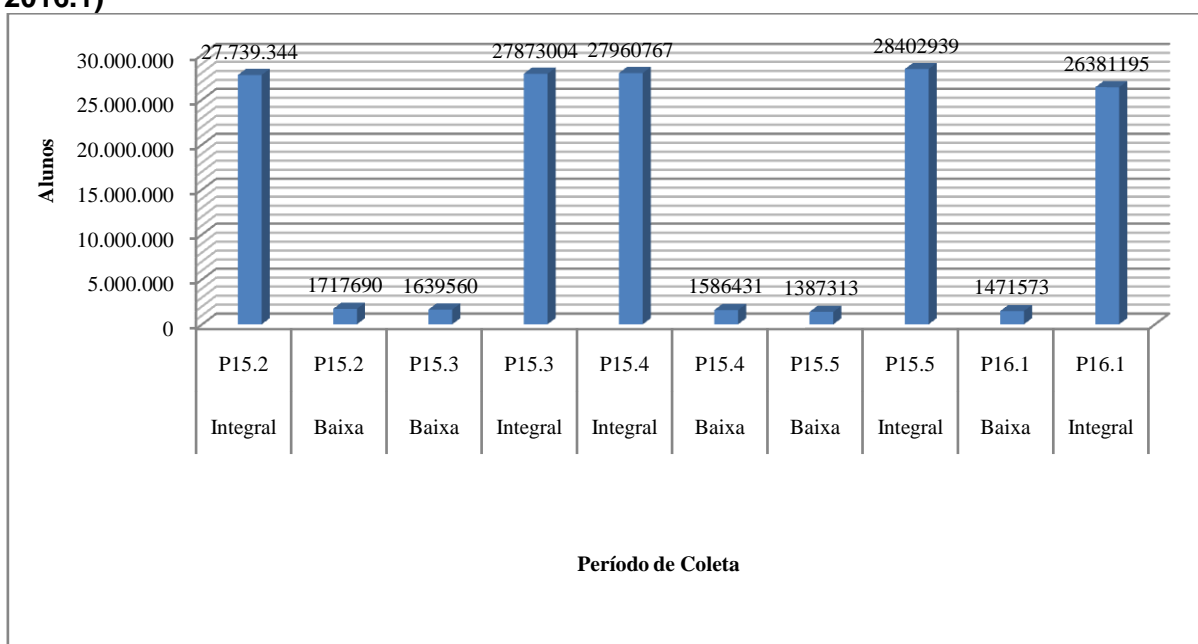
²¹ Nos termos da Lei 10.836/04, no art. 3º: “A concessão dos benefícios dependerá do comprimento, no que couber, de condicionlidades à frequência escolar de 85% [6 a 15 anos] e 75% [16 a 17] em estabelecimento de ensino regular.”

No caso de descumprimento, é necessário registrar o motivo indicativo, para que ações complementares sejam planejadas com a finalidade de enfrentamento e superação destes motivos, com vistas à melhoria da qualidade da educação das populações em situação de risco, violação de direitos e vulnerabilidade social. Estes registros são efetivados diretamente pelas escolas.

Por outro lado, as escolas também tem acesso direto ao Sistema Presença pela internet, quando dos cadastros realizados no sistema pelos coordenadores para transferência de poder através da descentralização com estratégia de gestão para mapear os principais problemas vivenciados pelas famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, relacionados à oferta dos serviços de educação e saúde, e identificar as áreas e as ocorrências de maior vulnerabilidade e violação de direitos.

O Gráfico 2 mostra como foram enviadas as frequências integrais e baixas dos alunos beneficiários através do Sistema Presença, no âmbito nacional. Observamos que as frequências integrais atribuídas aos alunos superam em milhões (aproximadamente, 26.000.000 alunos beneficiários) as frequências baixas. Deste modo, os dados nos induzem a enunciar que os alunos beneficiários estiveram presentes às aulas, em grande número.

Gráfico 2 – Resultados de frequência por período no âmbito nacional, (2015.2 a 2016.1)



Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Concluído o período de coleta da frequência escolar do PBF, a base de dados com as informações dos registros de frequência, realizados pelos operadores municipais do acompanhamento da frequência escolar, no Sistema Presença, o Ministério da Educação (MEC) repassa ao MDSA os dados consolidados para que sejam processadas as repercussões e medidas referentes à gestão do PBF, conforme Figura 3.

Figura 3 – Sistema SIGPBF/SICON/MDSA

NIS	Nome	Condicionalidades	NIS Convertido
		Saúde, Educação	-
		Saúde, Educação	-
		Saúde	-

Mês/Ano	Foi público-alvo	Foi acompanhado	% Frequência	Freq. mínima atingida	Motivo	Tipo de benefício	Inep	Série
Nov/15	Sim	Sim	70%	Não	58b Motivo da baixa frequência não foi informado - A escola esclarece que a família não informou o motivo	BFA	25113046	3º Ens. Fund. (8 anos)
Out/15	Sim	Sim	63%	Não	58b Motivo da baixa frequência não foi informado - A escola esclarece que a família não informou o motivo	BFA	25113046	3º Ens. Fund. (8 anos)
Set/15	Sim	Sim	99%	Sim	-	BFA	25113046	3º Ens. Fund. (8 anos)

Fonte: SIGPBF/SICON/MDSA (2017).

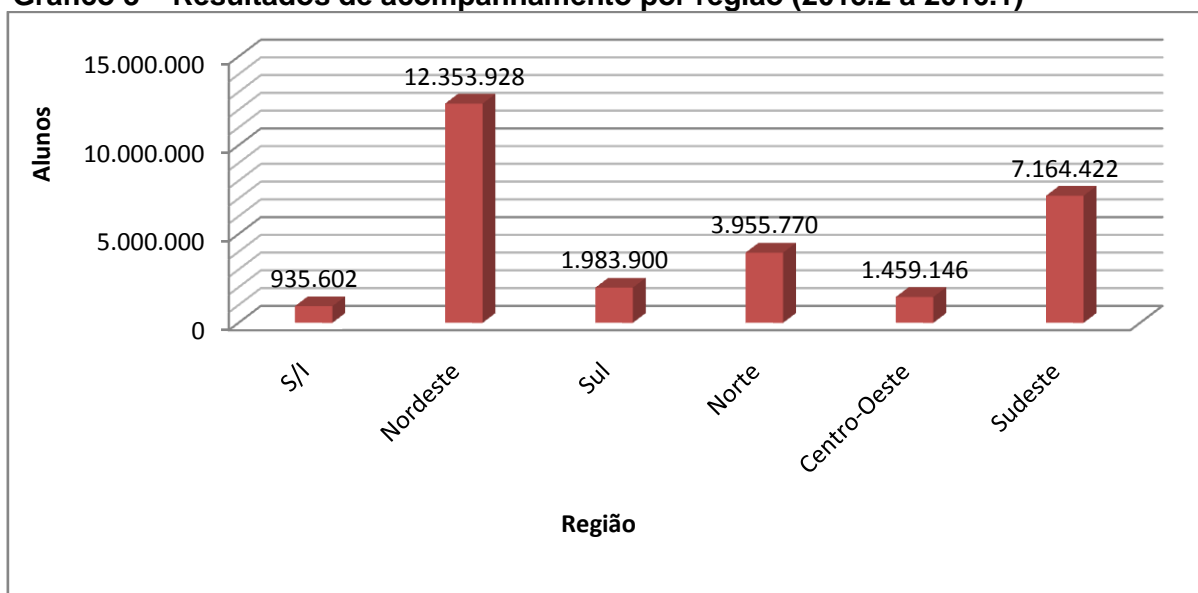
A propósito, a regulação desejável pelo Estado²² sobre as famílias beneficiárias só tem êxito se houver sistemas avançados tecnologicamente que auxiliem a gestão do PBF, tais como: CadÚnico, Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), Sistema de Condicionalidades (SICON), Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único (Secad), Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família na Saúde (SISVAN), Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do Programa Bolsa Família (Sistema Presença).

²² “O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército, polícia), capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores.” (BOURDIEU, 1996, p. 99),

No Brasil, 96,16% dos estudantes PBF estudam em escolas públicas (MEC, 2016). No âmbito nacional, houve alunos do público do acompanhamento em 96,16% das escolas públicas da educação básica do Brasil, excluídas as escolas exclusivas de educação infantil (MEC, 2016). O acompanhamento da frequência escolar, em 2016, mobilizou o envolvimento de uma rede escolar, onde os alunos beneficiários do PBF estavam distribuídos em 152.089 escolas, sendo (MEC, 2016): 595 escolas da Rede Federal, 30.648 escolas das redes estaduais, 94.924 escolas das redes municipais, 25.922 escolas privadas.

O Gráfico 3 revela os resultados de acompanhamento por região geográfica do Brasil. Verificamos que a região Nordeste tem o maior número de alunos beneficiários (12.353.928), porque apresenta a maior população de pobres do país.

Gráfico 3 – Resultados de acompanhamento por região (2015.2 a 2016.1)



Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

No sentido de aprimorar e de fortalecer o acompanhamento do PBF na educação, três pontos são importantes: buscar a efetivação do direito à educação para todos, avaliar intersetorialmente os registros de baixa frequência e, consequentemente, mobilizar a rede de proteção.

4 INDICADORES DO SISTEMA DE ENSINO EM BAYEUX

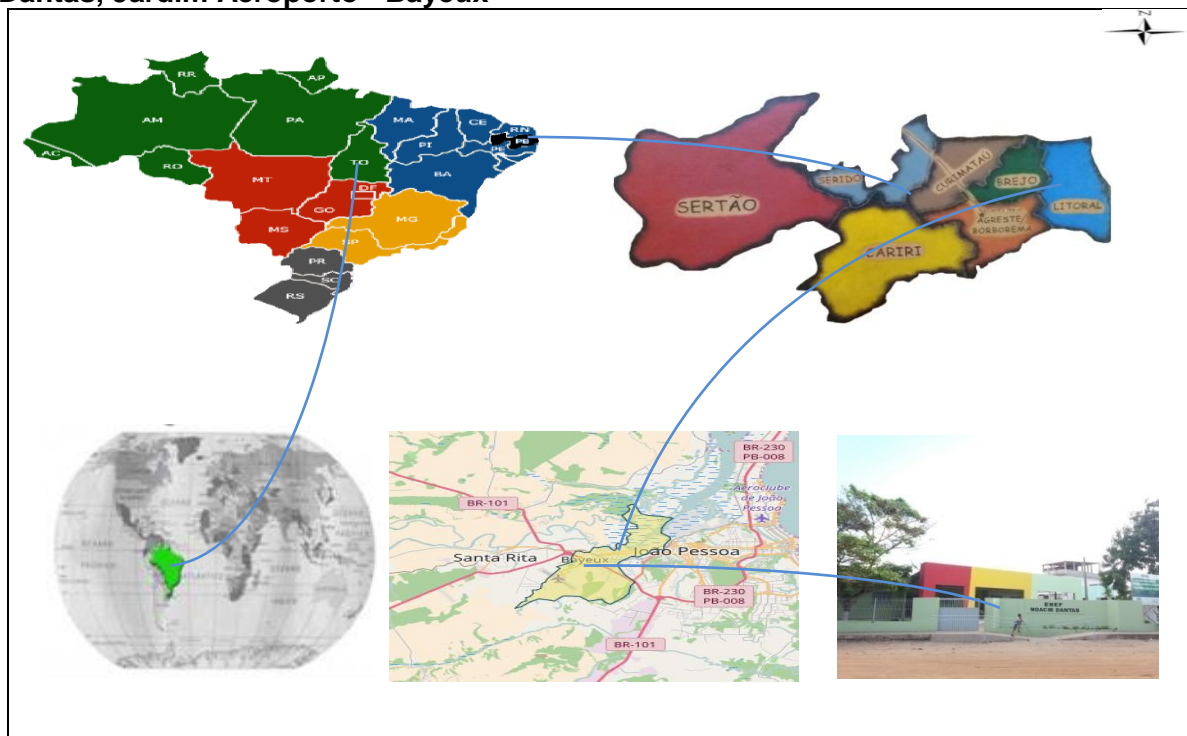
Antes de examinarmos a situação da condicionalidade na educação do PBF em Bayeux, apresentaremos o lócus da pesquisa e, em seguida, faremos uma análise dos seus indicadores educacionais do Sistema Municipal de Ensino que explicam, em parte, o cenário atual do processo ensino-aprendizagem e possibilitam estimar as necessidades, as demandas e as veredas de seu futuro desenvolvimento.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA

Para avaliar as consequências do PBF no quadro de rendimento escolar dos alunos, elegemos como universo da pesquisa o município de Bayeux que está localizado, na microrregião de João Pessoa. O Município está localizado na microrregião do litoral norte paraibano, tem como limites as cidades de João Pessoa a leste e Santa Rita a oeste. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), sua população é 99.716 habitantes e área da unidade territorial de 27.536 km² (IBGE, 2015). Conforme o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²³ do Município avançou de 0,505 (em 2000) para 0,649 (em 2010), mas ainda está inferior ao índice do Brasil e Paraíba (0,727 e 0,658, respectivamente, em 2010). O Sistema Municipal de Ensino apresentou 10.188 alunos matriculados (INEP/MEC, 2015).

²³ “É um dado utilizado pela ONU para analisar a qualidade de vida de uma população. Critérios de cálculo são: renda per capita; educação (taxa de alfabetização da população adulta e número médio de anos cursados na escola); nível de saúde (expectativa de vida da população e taxa de mortalidade infantil). O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.” (MELO, 2013, p. 52)

Figura 4 – Localização da área de pesquisa, do global para o local, EMEF Dr. Moacir Dantas, Jardim Aeroporto - Bayeux



Fonte: Elaboração dos autores da pesquisa, 2017.

Como ilustra a Figura 4, a EMEF Moacir Dantas está localizada na Rua Projetada, sem número, no Bairro Jardim Aeroporto. Esta escola possui os seguintes profissionais que atuam na instituição: na gestão, 1 (um) diretor e 2 (dois) diretores adjuntos e 1 (uma) secretária; na equipe docente, 31 professores (27 nível superior e 4 – quatro – médio/normal) e 4 (quatro) monitores; na equipe pedagógica, 2 (dois) supervisores.

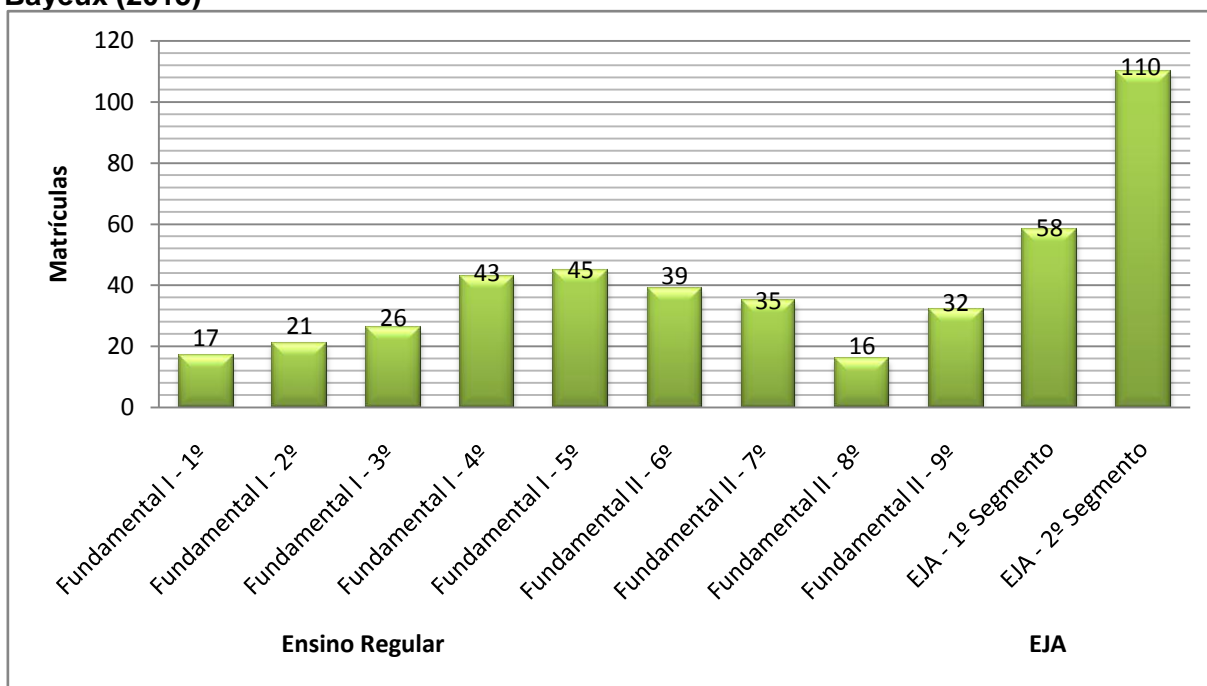
No que se refere ao corpo técnico e apoio, atua: 3 (três) vigilante, 3 (três) e 6 (seis) auxiliares de serviços. No que tange à parte física, a instituição possui: 1 (uma) sala de secretaria; 1 (uma) sala de direção; 1(um) refeitório, acessibilidade para pessoas com deficiência; 1 (uma) sala de recursos multifuncionais para ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE);²⁴ 2 (dois) banheiros para os

²⁴ Nos termos das Diretrizes de serviços nº 01/CGE/CITE/CME/16: 4. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: 63 - A Educação Especial é uma modalidade transversal de educação básica que permeia todos os níveis, etapas e modalidades da educação, por meio da realização do Atendimento Educacional Especializado - AEE, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e/ou suplementar de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, orientando e colaborando com a educação regular. 64- As Salas de Recursos Multifuncionais são espaços destinados à oferta do AEE, organizadas com mobiliários e recursos específicos para o atendimento aos alunos, público alvo da educação especial, sendo ofertado em horário oposto ao ensino regular, com métodos e técnicas próprios.

alunos; 2 (dois) banheiros para os funcionários; fossa séptica; energia (ENERGISA); água portátil (CAGEPA); cozinha; sala de direção; sala de coordenação; 9 (nove) salas de aulas. Vale ressaltar que, em 2016, esta escola passou por uma reforma.

No tocante aos dados educacionais, a escola em 2015 apresenta: 443 alunos (sendo 211 alunos beneficiários), Educação Básica (Regular e EJA), como ilustra o Gráfico 4. Verificamos um elevado número de matrículas na EJA, que no decorrer do processo de ensino-aprendizagem se transformou numa alta percentagem de evasão como veremos na análise e discussão dos dados (ver Tabela 11).

Gráfico 4 – Número de matrículas por etapa e modalidade na EMEF Dr. Moacir Dantas-Bayeux (2015)



Fonte: Elaboração dos autores da pesquisa, 2017.

Pelo fato desta escola ofertar todas as etapas legais,²⁵ motivou-nos a eleger para investigação; estar cadastrada no Sistema Presença para o envio do acompanhamento pela internet e estar inserida num recorte carente de políticas públicas sociais concretas.

²⁵ Nos termos da Lei nº 1.012/06, que dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino, no Art. 2º, "O Sistema de Ensino visa organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais criadas pelo Município, no Art. 9º," O Sistema Municipal de Ensino compreende: [...] as instituições de educação infantil, ensino fundamental, educação especial [...] mantidas pela Prefeitura Municipal de Bayeux.

Constatamos que a forma de provimento à direção da escola objeto de pesquisa aconteceu por meio de eleições que são realizadas de dois em dois, através do voto dos professores, profissionais da educação, responsáveis familiares e alunos. Ou seja, a escola está inserida dentro do princípio da “Gestão democrática de ensino público”, conforme Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996, e Resolução nº 023 (BAYEUX, 2010).²⁶

Concordamos com Paro (1997, p. 40), ao discorrer que: “No âmbito da unidade escolar, esta constatação aponta para a necessidade de a comunidade participar efetivamente da gestão da escola de modo a que esta ganhe autonomia em relação aos interesses dominante representados pelo Estado.” Mas, o contexto social dos sujeitos da comunidade, principalmente, local e escolar não ajuda ir além de participação ativa na eleição (mecanismo da gestão democrática), que muitas vezes estaria conectado ao clientilismo. Ou seja, os sujeitos históricos indicam seus representantes e lhes dar poder que possivelmente não os representaria mais, e sim a subordinação ao órgão (Secretaria de Educação) e mecanismos (avaliações, diretrizes, leis e resoluções) externos, por exemplo, podemos destacar as resoluções baixadas pelo CME (Conselho Municipal de Educação) .

No que tange a definição do CME²⁷ de Bayeux, que foi criado pela Lei municipal nº 1.013/2006, no seu artigo 2º, que diz:

E um órgão colegiado, integrante da Secretaria Municipal de Educação, responsável, nos termos da lei, com atribuições consultiva, fiscalizadora e deliberativa, e competência normativa se constituindo no mecanismo mediador entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal na discussão elaboração e implementação das políticas municipais de educação, da gestão democrática do ensino público e na defesa da qualidade para todo o município da cidade de Bayeux.

Constatamos que o CME aumentar a força de denominação sobre a autonomia relativa das escolas. Isto fica mais evidente quando uma determinada escola não tem gestão democrática.

²⁶ Ver Anexo J.

²⁷ Ver anexo L.

O Sistema Municipal de Ensino no Município de Bayeux tem no seu conjunto os seguintes equipamentos: 18 escolas do Ensino Fundamental²⁸ I, 10 escolas do Ensino Fundamental II e 1 (uma) escola Médio/Normal, 9 creches 1 (uma) filantrópica conveniada com o Município e 17 escolas de ensino regular com pré-escola. Este Sistema atende um total de 10.188 alunos (Educacenso/INEP, 2015).

No que se refere às relevantes ações pedagógicas, iremos nos debruçar em cinco momentos. O primeiro, em 2011, foi criada a Matriz de Habilidades Construindo o Alicerce²⁹ (1º, 2º e 3º anos), com o objetivo de contemplar os direitos de aprendizagem das crianças credenciadas nestes três anos; a Matriz foi adequada às especificidades do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC); discussão dos resultados do IDEB em reuniões pedagógicas; e as escolas são orientadas para incluir em seu currículo os descritores da Prova Brasil.

O segundo, em 2013, destacou-se a adesão ao PNAIC. Em seguida, no terceiro momento, em 2015, foi criado o sistema de Avaliação Municipal da Alfabetização de Bayeux (AMABY)³⁰ com o objetivo de acompanhar o nível de aprendizagem dos alunos e também foi realizado o simulado com as turmas do 4º, 5º, 8º e 9º baseado nos descritores da Prova Brasil, isto é, uma caricatura de Prova Brasil fora de época. O outro momento, em 2016, destacou-se com a reelaboração da Matriz “Construindo o Alicerce” para o ciclo de alfabetização, contemplando os Direitos de Aprendizagem do PNAIC.

²⁸ Nos termos da LDBEN nº 9.394/96, no art. 32, “O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.”

²⁹ Com base na Resolução nº 07/10 CNE e 024/11 CME – Bayeux, implantada no ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, prevê conteúdos, procedimentos didáticos e organização da rotina para as séries estabelecidas, de acordo com o PNAIC. A Matriz de Habilidades terá um dos seguintes princípios didáticos: retenção no 3º ano para os alunos que não alcançarem os critérios mínimos estabelecidos no documento reformulado da Matriz Construindo o Alicerce com o objetivo de contemplar os direitos de aprendizagem das crianças credenciadas anos iniciais do Fundamental I.

³⁰ Diretrizes de Serviços nº 01/CGE/CITE/CME/16: “A Secretaria de Educação realizará anualmente a AMABY (Avaliação Municipal da Alfabetização de Bayeux) e Simulados para as turmas do 4º, 5º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental.” Ver Anexo I.

4.2 INDICADORES EDUCACIONAIS

À luz do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica),³¹ apresenta nos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma boa tendência: cumprir as metas preestabelecidas pelo sistema de ensino. Os resultados destas metas foram superados, com mostra o Quadro 2, no 5º ano.

Quadro 2 – IDEB de Bayeux (5º ano)

Ano	Ideb Observado	Ideb Projetado
2005	2.5	–
2007	2.9	2.6
2009	3.3	3.0
2011	4.0	3.5
2013	3.8	3.7
2015	4.2	4.0

Fonte: Adaptado do INEP (2017).

Diferentemente da situação do quadro anterior, o Quadro 3 evidência uma certa frustração, no Ensino Fundamental II, no 9º ano, com indicadores de qualidade educacional que nos últimos anos de avaliação não consegue nem atingir as metas projetadas.

Quadro 3 – IDEB de Bayeux (9º ano)

Ano	Ideb Observado	Ideb Projetado
2005	2.2	–
2007	3.1	2.3
2009	2.8	2.5
2011	3.4	2.8
2013	3.2	3.3
2015	3.6	3.7

Fonte: Adaptado do INEP (2017).

³¹ “IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (SAEB: Prova Brasil, ANEB - Avaliação Nacional da Educação Básica, ANRESC - Avaliação Nacional de Rendimento Escolar) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação).” (INEP, 2015).

Como mostra o Quadro³² 4, no 5º ano, do Sistema Municipal de Ensino de Bayeux, em 2007, 14 escolas superaram as metas projetadas. Em 2009, 15 escolas obtiveram índices iguais e superiores as metas projetadas. Em 2011, 20 escolas obtiveram resultados também iguais e superiores as metas projetadas, que foi o melhor ano para os resultados do IDEB no Sistema de Ensino Municipal. Em 2013, 13 escolas mostraram índices que superaram as metas projetadas com destaque para a EMEF Flávio Ribeiro Coutinho com o índice de 5.0.

Quadro 4 – IDEB das escolas do Sistema Municipal de Ensino 5º ano em Bayeux

Escola ↕	Ideb Observado						Metas Projetadas								
	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕	
EMEF ASSIS CHATEAUBRIAND	2.9	3.3	3.6	4.7	4.5	4.8	2.9	3.2	3.7	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF BERENICE RIBEIRO COUTINHO	2.4	3.0	2.9		3.7	4.3	2.5	3.0	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	
EMEF DOM HELDER CAMARA	2.3	2.7	2.8	3.6	3.3	**	2.4	2.7	3.1	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	
EMEF DR EDGARD SEARGER	3.1	3.0	3.5	3.9	4.8	4.0	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	
EMEF DR MOACIR DANTAS		2.6	2.8	4.0	3.7	4.4		2.8	3.2	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	
EMEF FERNANDO CUNHA LIMA	3.0	3.6	3.0			**	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	
EMEF FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	2.4	3.0	3.0	4.1	5.0	3.7	2.5	2.8	3.2	3.5	3.8	4.1	4.4	4.7	
EMEF FRANCISCO JOAQUIM DE BRITO		3.1	2.4	3.8	3.1	3.9		3.3	3.7	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF JAIDE RODRIGUES MENEZES					2.8	4.2					3.1	3.4	3.7	4.0	
EMEF JAIME CAETANO			3.8			**			4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	
EMEF JOANA FORTUNATO DE SOUSA			3.0	3.8	3.9	4.7			3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	
EMEF JOAO FERNANDES DE LIMA	2.0	2.8	2.6	4.2	4.2	4.4	2.2	2.8	3.4	3.6	3.9	4.2	4.5	4.9	
EMEF JOAQUIM LAFAYETTE	2.3	2.5	3.5	4.2	4.8	3.9	2.5	3.0	3.5	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	
EMEF JOSE RIBEIRO DE MORAIS	2.0	2.3	2.8	3.2	3.4	4.0	2.2	2.8	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	
EMEF LUCIANO RIBEIRO DE MORAIS	2.8					**	2.8	3.2	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF MARIA DAS NEVES LINS	2.6	3.1	3.3	3.8	3.9	4.6	2.7	3.1	3.6	3.9	4.1	4.4	4.8	5.1	
EMEF MARIA DO CARMO DA SILVEIRA LIMA	2.2	2.7	3.1	3.5	2.9	3.6	2.4	3.0	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF MARIA JOSE PINTO DE LIMA	2.3	2.5	3.5	4.1	3.5	3.5	2.5	3.1	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF OTILIO CIRAULO	2.5	3.2	3.2	3.8	4.0	**	2.6	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	
EMEF PASCOAL MASSILIO	2.4	2.9	3.0	4.1	3.7	**	2.6	3.1	3.6	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	
EMEF PETRONIO FIGUEIREDO		2.5	3.2	4.2	3.7	**		2.7	3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	
EMEF PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES			3.5	3.8		**			3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2	
EMEF SANDRA MARIA CARNEIRO DE SOUZA		2.6	3.2	4.1	4.1	4.8		2.8	3.1	3.4	3.6	3.9	4.2	4.5	
EMEF SENADOR RUY CARNEIRO		2.4		4.2	3.4	3.8		2.7	3.0	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	
EMEF VEREADOR JOAO BELMIRO DOS SANTOS		3.8	4.3	4.6	4.3	4.8		4.0	4.3	4.6	4.9	5.1	5.4	5.7	
EMEF VEREADOR JOAO JACINTO DANTAS	1.9	2.8	3.3	3.7	4.2	5.3	2.2	3.0	3.7	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	

Fonte: INEP (2017).

Por fim, em 2015, das 18 escolas, no 5º ano, do Sistema Municipal de Ensino de Bayeux, 11 escolas obtiveram resultados que cumpriram e superaram as metas projetadas pelo Governo Federal. Por outro lado, 3 (três) escolas estiveram muito próximas de atingir a meta projetada. Neste mesmo anos, 7 (sete) escolas não

³² Obs:

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

realizaram a Prova Brasil, não ofertaram matrículas ao Ensino Fundamental I, nos anos finais. A EMEF Ver. João Jacinto conseguiu o índice de 5.3, isto é, o maior da série histórica no Município para o IDEB. Observamos que no decorrer dos anos de aplicação desta avaliação externa (SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica), o número de êxito das escolas tende a diminuir, pois a cada ano de avaliação o índice de meta projetado do Governo Federal vai aumentando.

O Quadro³³ 5 revela os índices das escolas do Sistema Municipal de Ensino, no 9º. Inicialmente, em 2007 e 2009, apenas 5 (cinco) escolas tiveram resultados dentro das metas projetadas, em seguida, em 2011, 7 escolas tiveram índices superiores às metas projetadas. Em 2013, nenhuma escola atingiu as metas projetadas. Finalizando, em 2015, apenas 2 (duas) escolas obtiveram resultados. A EMEF Luciano Ribeiro Coutinho se destacou pelo número insuficiente de participantes e 2 (duas) escolas (EMEF Berenice Ribeiro Coutinho e EMEF Presidente Tancredo de Almeida Neves) não participaram da avaliação neste ano.

Quadro 5 – IDEB das escolas do Sistema Municipal de Ensino 9º ano em Bayeux

	Ideb Observado						Metas Projetadas								
Escola ↕	2005 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2007 ↕	2009 ↕	2011 ↕	2013 ↕	2015 ↕	2017 ↕	2019 ↕	2021 ↕	
EMEF ASSIS CHATEAUBRIAND		3.0	2.6	3.9	3.4	3.4		3.1	3.3	3.6	3.9	4.2	4.5	4.7	
EMEF BERENICE RIBEIRO COUTINHO		2.7				**		2.8	3.0	3.3	3.7	3.9	4.2	4.4	
EMEF DOM HELDER CAMARA	1.5			3.3		2.9	1.7	2.0	2.5	3.1	3.5	3.8	4.1	4.3	
EMEF DR MOACIR DANTAS					3.6	3.7					3.9	4.1	4.4	4.7	
EMEF FERNANDO CUNHA LIMA	2.8	3.7	3.5	3.5	3.0	2.9	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.3	4.6	4.9	
EMEF FRANCISCO JOAQUIM DE BRITO	2.9	3.7	2.7	3.0	2.6	2.6	2.9	3.0	3.3	3.7	4.1	4.4	4.6	4.9	
EMEF JOAO FERNANDES DE LIMA	2.0	2.7	2.7	3.2		4.3	2.1	2.4	2.7	3.2	3.7	3.9	4.2	4.5	
EMEF LUCIANO RIBEIRO DE MORAIS		3.2	2.8	3.3	3.2	*		3.2	3.4	3.8	4.1	4.4	4.6	4.9	
EMEF MARIA DO CARMO DA SILVEIRA LIMA	1.6	2.9	2.7	3.5	2.8	3.5	1.8	2.1	2.5	3.1	3.6	3.8	4.1	4.4	
EMEF MARIA JOSE PINTO DE LIMA		3.2	3.9	3.2	3.2	3.6		3.3	3.5	3.8	4.2	4.4	4.7	5.0	
EMEF PASCOAL MASSILIO			3.0	3.7	3.0	4.1			3.2	3.4	3.8	4.0	4.3	4.6	
EMEF PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	1.8	3.2	2.8	3.6	2.4	**	1.9	2.2	2.7	3.3	3.8	4.0	4.3	4.6	
EMEF VEREADOR JOAO JACINTO DANTAS					4.0	3.9					4.2	4.5	4.8	5.0	

Fonte: INEP (2017).

³³ Obs:

* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

** Sem média na Prova Brasil 2015: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta.

Como mostra a Tabela 1, os resultados dos indicadores educacionais do quadro de rendimento (aprovação) do Sistema Municipal de Ensino foram um dos antecedentes sobre os desfechos dos resultados negativos do IDEB que analisamos anteriormente.

Tabela 1 – Taxas de Rendimento total da Educação Básica (Ensino Regular – Fundamental I e II) do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2012-2015)

Rendimento total/ano	2012	2013	2014	2015
% de Abandono	6,0	5,1	6,5	4,7
% de Aprovação	81,9	82,2	82,0	85,9
% de Reprovação	12,1	12,7	11,5	9,4

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Notadamente, o indicador aprovação se mantém estagnado entre 2012 e 2014. Em 2015, o indicador aprovação sofreu uma pequena melhora em função das reduções das taxas de abandono e de reprovação que ainda continuam altas. Para Webere (1970, p.99),

A escola não corresponder às expectativas da grande maioria dos seus alunos, seja porque não encontram nada que justifique a sua permanência nela, porque nenhum proveito tiram dos conhecimentos que porventura adquirem, seja porque, cansados de serem reprovados, desistem logo de lutar para aquisição de um mínimo de escolaridade.

Concordamos com a autora, porque o indicador retenção anualmente é fomentado pelos descritores voltados às avaliações e resultados imediatos deixando a diversidade dos alunos em segundo plano. Verificamos que a reprovação se destacou negativamente na nossa pesquisa na etapa Fundamental, que implica numa desordem nas matrículas do Sistema de Ensino, por idade-ano, nas turmas (ver Tabela 4 distorção idade-ano).

A Tabela 2 permite indicar um cenário ainda pior, ou seja, o fracasso desolador da Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município. A Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), de 20 de dezembro de 1996, prevê que:

A educação de jovens e adultos se destina aqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio, na faixa etária de 7 a 17 anos, e deve ser oferecidas em sistemas gratuitos de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características, interesses, condições de vida e de trabalho do cidadão.

Após longo tempo, no limbo do processo de ensino, esse direito público subjetivo dos educandos da EJA só foi possível concretizar de fato através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação a (FUNDEB),³⁴ com vigência³⁵ até 2020. Contudo, os seus indicadores de qualidade analisados serem desanimadores no Município.

Tabela 2 – Taxa de Rendimento da Modalidade EJA do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2013 – 2015)

Rendimento total/ano	2013	2014	2015
% de Abandono	31,0	39,0	43,6
% de Aprovação	15,0	44,0	45,0
% de Reprovação	54,0	17,0	11,4

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

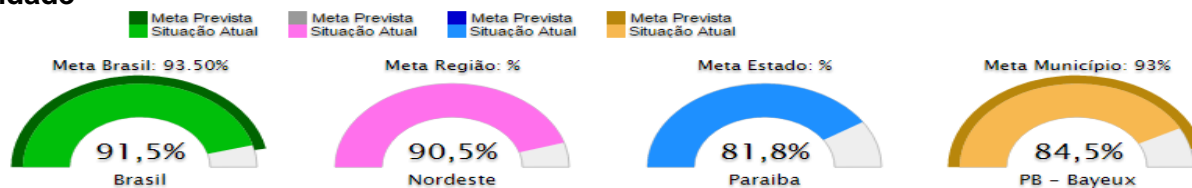
As taxas de abandono e reprovação superam as taxas de aprovação. Neste instante, o indicador que sobressaiu foi o abandono em detrimento da aprovação. Ou seja, à deriva, a EJA em Bayeux caminha a passos largos para o fechamento de turmas e, conseqüentemente, retirada de direito público subjetivo ao conhecimento desta população, que continua a padecer das políticas públicas fracassadas no âmbito educacional, pois não mais atende as perspectivas dos educandos.

Como contrapartida ao fracasso da modalidade no Município, o Plano Municipal de Educação (PME) atual (2014-2024), de acordo com o Gráfico 5, permite, através de estratégias, dar um alento à situação do Município de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93% até 2015 e, até o final da sua vigência, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional no Município.

³⁴ Nos termos da lei nº 10.494/2007, art. 11º, “A apropriação dos recursos em função das matrículas na modalidade de educação de jovens e adultos, percentual de até 15% (quinze por cento) dos recursos do Fundo respectivo.”

³⁵ Nos termos do Decreto Emenda Constitucional nº 53/2006, no art. 60º, “Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212º da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.”

Gráfico 5 – Indicador 9A da Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade



Fonte: SEMEC (2017).

Em meio a esse contexto, a Secretaria de Educação de Bayeux apresentou a nova Matriz de Referência Curricular em 2016, com o objetivo geral de elevar o nível de aprendizagem, reafirmando os educandos como sujeito de direitos, respeitando suas especificidades. Para isto, a Matriz apresenta um conjunto de competências e descritores a serem desenvolvidas por meio dos conteúdos necessários a cada ano/série, alinhados ao mundo do trabalho e a formação para cidadania, buscando compreender a EJA, em sua globalidade e em suas particularidades.

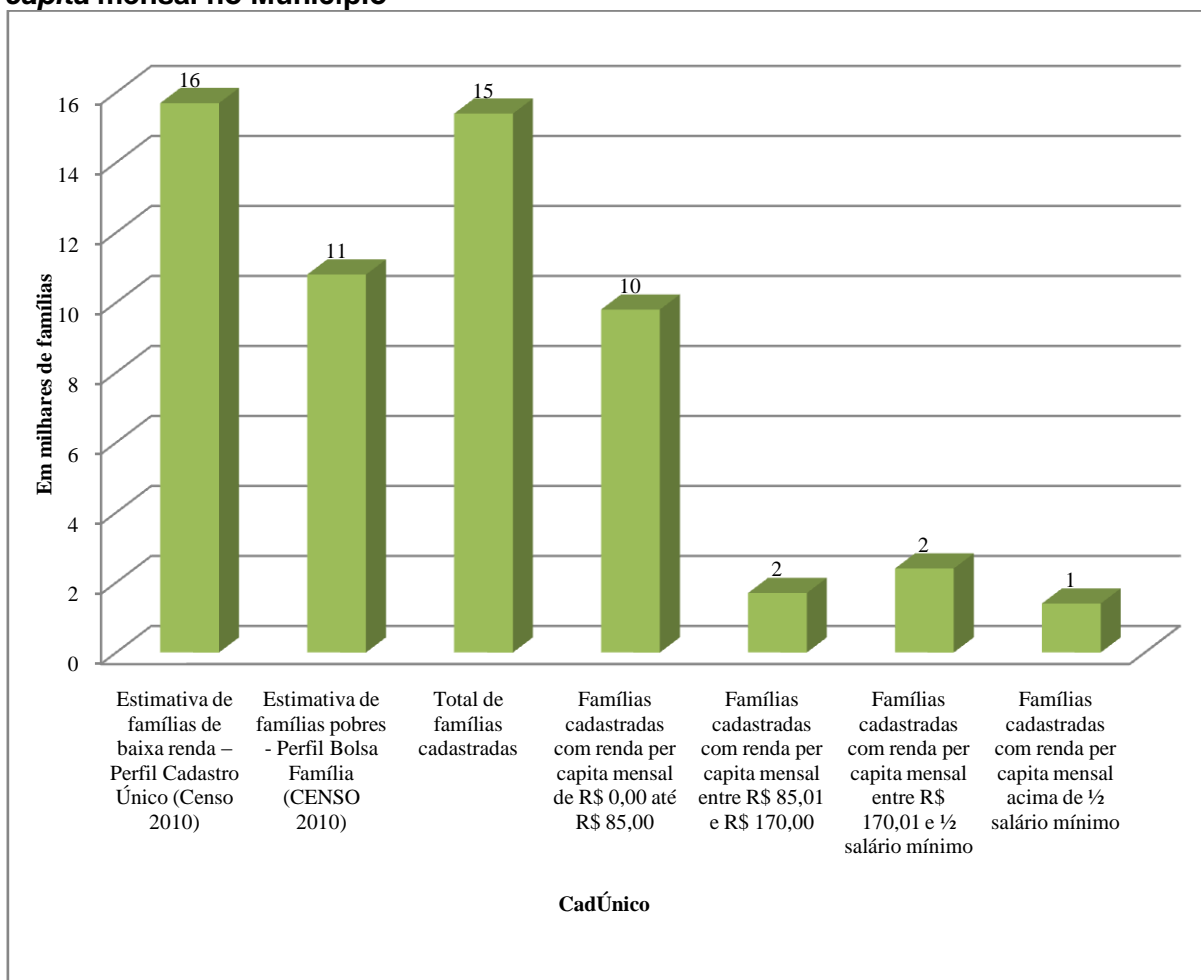
Para facilitar a organização didática e a avaliação, a Matriz de Referência está organizada em duas matrizes para o primeiro e segundo segmento da EJA distribuídas em: eixos, conteúdos, competências, descritores e sugestões metodológicas. Para cada competência são elencados os descritores que os educandos devem desenvolver. Estes descritores não se referem a situações didáticas isoladas, portanto pode ser desenvolvido em diferentes situações e, no planejamento, pode envolver atividades com diferentes descritores, de diferentes competências do mesmo componente curricular.

A Matriz foi organizada também com a pretensão de facilitar o desenvolvimento das atividades de sala de aula, planejamento e avaliação. Mas, é imprescindível que os professores tenham uma visão ampla das competências e descritores em todos os componentes curriculares, e de como interrelacionam para que no desenvolvimento das atividades e projetos possibilite realizar um trabalho interdisciplinar significativo. Nesta Matriz foram elencadas as competências e descritores essenciais que os discentes devem desenvolver no período do ensino fundamental. Entretanto, o professor tem autonomia de realizar adaptações relevantes à sua prática pedagógica, que considera pertinentes à realidade dos educandos.

5 ANÁLISE SOBRE O BOLSA FAMÍLIA EM BAYEUX

Como já foi frisado, o PBF é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres, inscritas no CadÚnico. O PBF beneficiou, em Bayeux, no mês de fevereiro de 2017, 10.641 famílias, representando uma cobertura de 97,9% da estimativa de famílias pobres no município, como apresenta o Gráfico 6.

Gráfico 6 – Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico por faixa de renda *per capita* mensal no Município



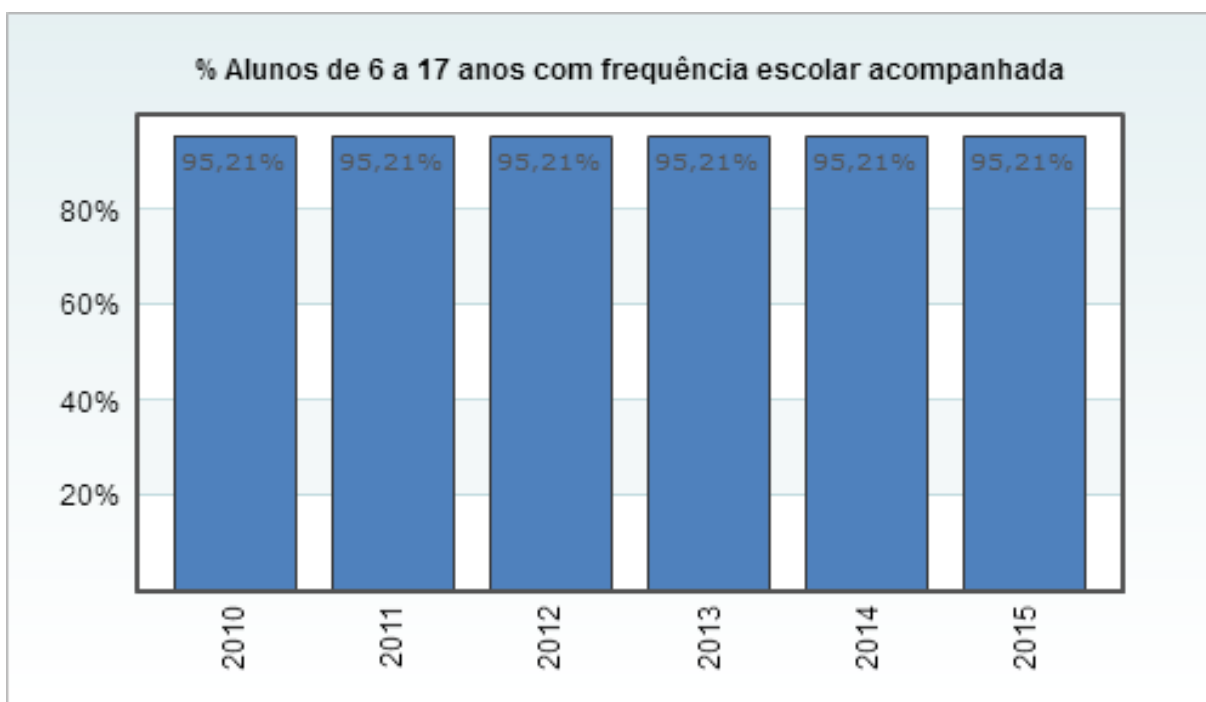
Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Conforme o MDSA (2016), as famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 169,42 e o valor total transferido pelo Governo Federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 1.802.769,00 no mês.

5.1 O ACOMPANHAMENTO DA CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO

Em relação à condicionalidade educação, percebe-se que o acompanhamento da frequência escolar, com base no intervalo de 2010 a 2015, atingiu o percentual de 95,21%, para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, o que equivale a 9.545 alunos acompanhados em relação ao público no perfil equivalente a 10.042 alunos. Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 95,8%, resultando em 2.498 jovens acompanhados de um total de 2.607 alunos, como mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Taxa de Frequência dos alunos beneficiários 85% (2010-2015) do Sistema Municipal de Ensino em Bayeux (2010-2015)



Fonte: Sistema Presença/MEC (2016).

No que se refere aos resultados do acompanhamento da frequência dos alunos beneficiários, a necessidade e as implicações da condicionalidade não são consensuais. Se o Sistema Presença, que é a ferramenta responsável pelo processamento das informações de frequência e de motivo, apresenta uma percentagem de frequência em torno de 95% dos alunos beneficiários que obtiveram a frequência escolar acompanhada, ou seja, estão dentro da regulação preconizada,

em lei,³⁶ pelo Governo Federal. Então, estes alunos beneficiários, muito provável, estariam dentro do espectro de frequência adequada³⁷ independente do enquadramento instituído pelo PBF.

O Quadro 6 apresenta os recursos realizados pelos responsáveis familiares³⁸, quando do acompanhamento da condicionante na educação ocorrem efeitos³⁹ (advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento) em decorrência da relação frequência/motivo. Constatamos que o elevado número de recursos deferidos (182) coloca em dúvida a eficiência e eficácia deste tipo de condicionalidade “branda”, ou seja, as famílias beneficiárias ficam submetidas aos efeitos gradativos quando descumprem a condição para terem direito à transferência direta de renda.

Quadro 6 – Relatórios dos Recursos (SIGPBF/SINCON 2009-2016)

Recursos	Número de recursos
Avaliados	188
Não avaliados	10
Deferido	182
Indeferido	6
Disponível para avaliação	2
Com prazo expirado	8
Cadastro desatualizado	17
Medida socioeducativa	2
Ameaça na escola	3
Erro no registro	34
Outros	41
Total	198

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

³⁶ Lei 10.836/04, no art. 3º, frequências: 85% para alunos de 6 a 15 anos e 75% para alunos 16 a 17 anos de idade. Ver Anexo H.

³⁷ Nos termos, LDBEN nº 9.394/96, inc. VI, “o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.”

³⁸ Nos termos da lei 10.836/04, parágrafo 14, “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.”

³⁹ Portaria MG/MDS nº 321/08, efeitos: advertência (a família continua a receber o benefício); bloqueio (após 30 dias a família volta a receber o benefício, inclusive, saca a parcela bloqueada); suspensão (após 60 dias a família volta a receber o benefício, sem o pagamento das parcelas); e cancelamento (a família é desligada do BF).

Apesar do que analisamos, no quadro anterior, a ação do PBF de acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens em vulnerabilidade tem a escolarização como importante estratégia de superação da situação de vulnerabilidade social e violação de direitos. Assim, compete à Secretaria de Educação: acompanhar, em parceria com o Sistema de Ensino, a condicionalidade em educação dos alunos beneficiários do PBF; e propor ações intersetoriais de inclusão escolar de crianças e adolescentes.

5.2 O PERFIL DOS ALUNOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

Nesta parte do trabalho pretendemos desdobrar o perfil dos alunos beneficiários do PBF, nos seguintes âmbitos: nacional e local (Bayeux).

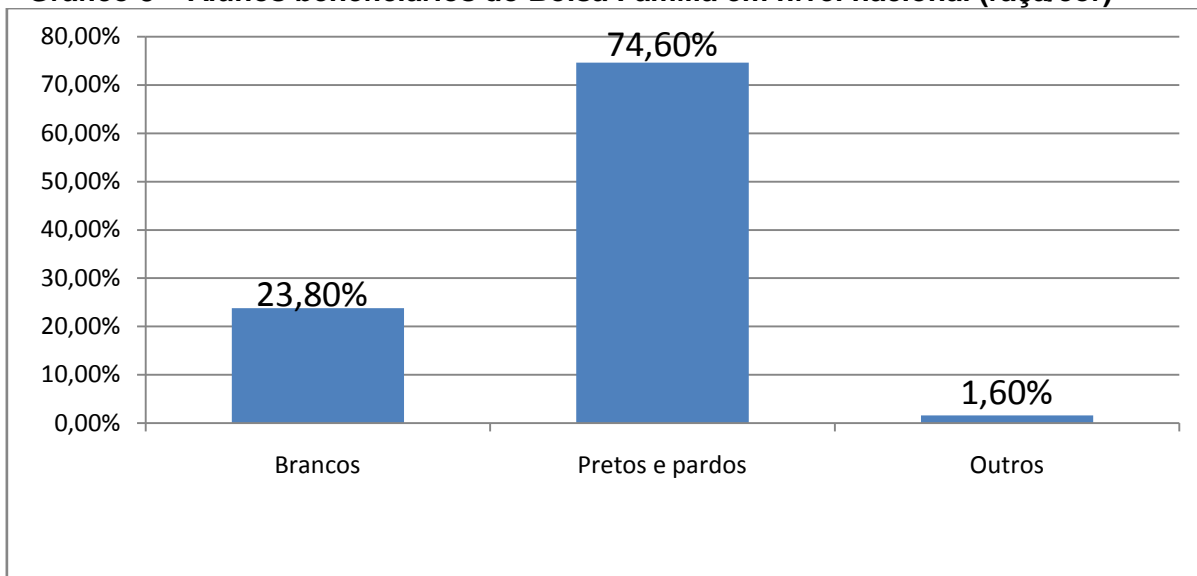
No âmbito nacional, com 13,5 milhões de famílias beneficiárias, o PBF atende aproximadamente 25% da população brasileira (SAGI/MDSA, 2016), com a maior concentração deste público na região Nordeste (49,8%). Este recorte da população reflete no perfil do público acompanhado pela educação, com acentuada presença de segmentos mais vulneráveis da população, tais como: negros, indígenas, pessoas com deficiência, população urbana e rural. Os públicos-alvo do PBF evidenciam mais dificuldade em seguir a trajetória escolar apresentando situações repetência, distorção idade-ano, abandono e evasão, o que contribui para a diminuição da escolaridade e dificulta a inclusão social.

No que se refere ao perfil de renda, 12 milhões de famílias tem renda *per capita* inferior a R\$ 85,00, situando-se, segundo critérios do PBF, entre os extremamente pobres (SAGI/MDSA, 2016).

No que tange o perfil do nível de escolarização dos responsáveis familiares, 12,1% declararam que não possuem nenhum nível formal de escolarização e 52,1% declararam que possuem apenas a etapa do Ensino Fundamental I (CadÚnico, 2016). Conforme Bourdieu (1998, 42), “A influência do capital cultural se deixa apreender sob a forma da relação, muitas vezes constatada, entre o nível cultural global da família e o êxito da criança”. Estas informações são um achado para inferir que o sucesso escolar dos alunos beneficiários está conectado a fatores como má alimentação, pobreza, conflitos familiares e nível de escolaridade da família, etc.

O Gráfico 8 revela o perfil de crianças e adolescentes, no que se refere ao quesito cor/raça dos alunos beneficiários do PBF, com forte predomínio dos alunos pretos e pardos (74,60%).

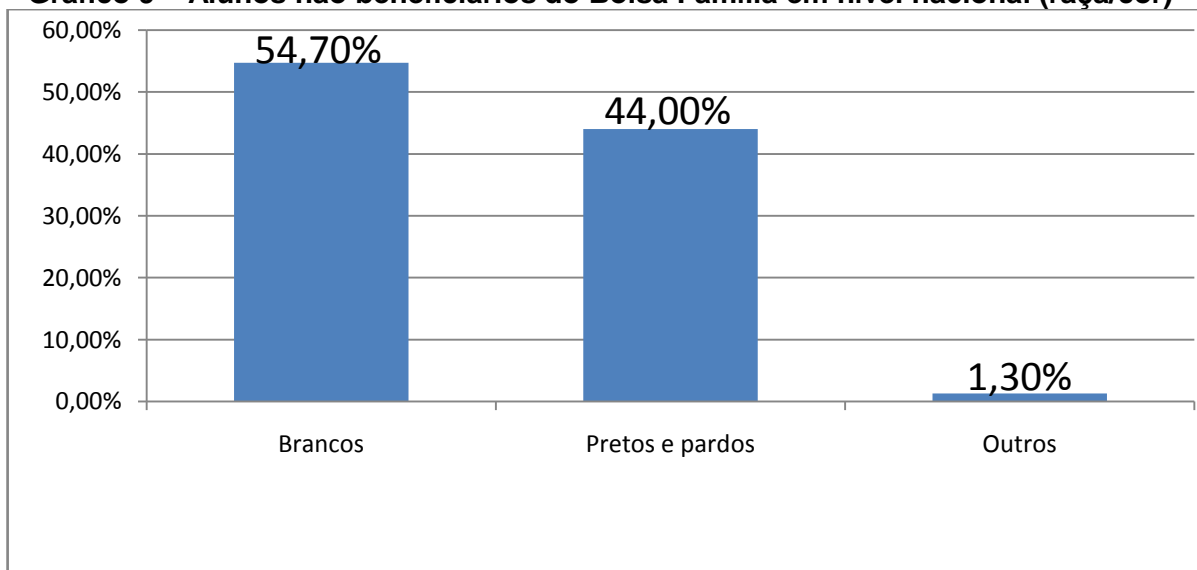
Gráfico 8 – Alunos beneficiários do Bolsa Família em nível nacional (raça/cor)



Fonte: Adaptado do MEC/SECADI (2016).

Por outro lado, no Gráfico 9, quando as informações são relacionadas aos alunos não beneficiários, o perfil predominante é alunos brancos (54%). Enquanto, o segmento de pretos e pardos aparece numa proporção menor entre os não beneficiários (44%).

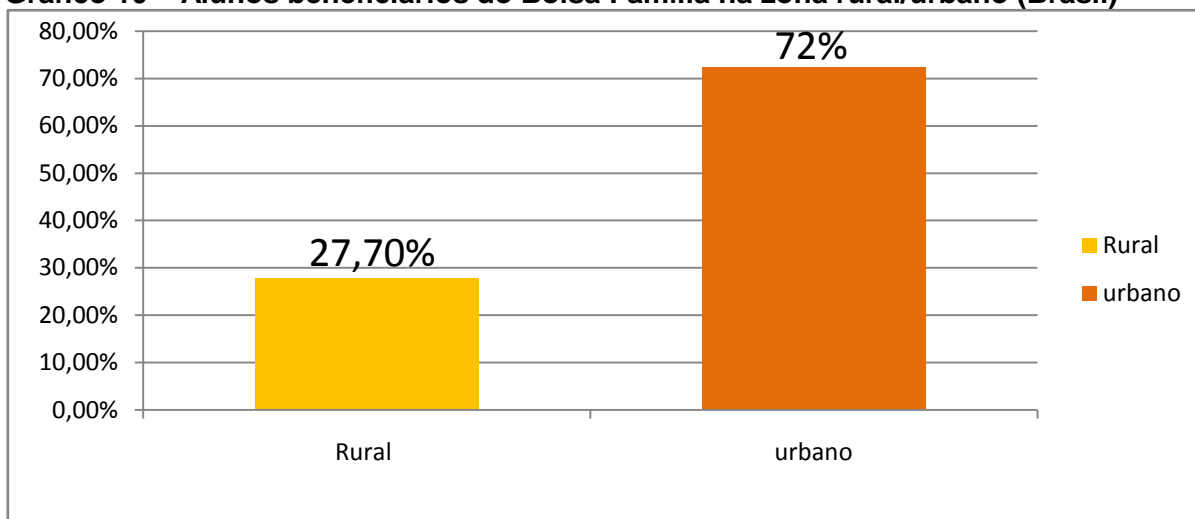
Gráfico 9 – Alunos não beneficiários do Bolsa Família em nível nacional (raça/cor)



Fonte: Adaptado do MEC/SECADI (2016).

O Gráfico 10 revela o perfil dos alunos crianças e adolescentes do Bolsa Família por localidade, onde a grande maioria está no meio urbano (72%) e, conseqüentemente, pegas pela armadilha da desigualdade de renda, educação, saúde, saneamento, etc.

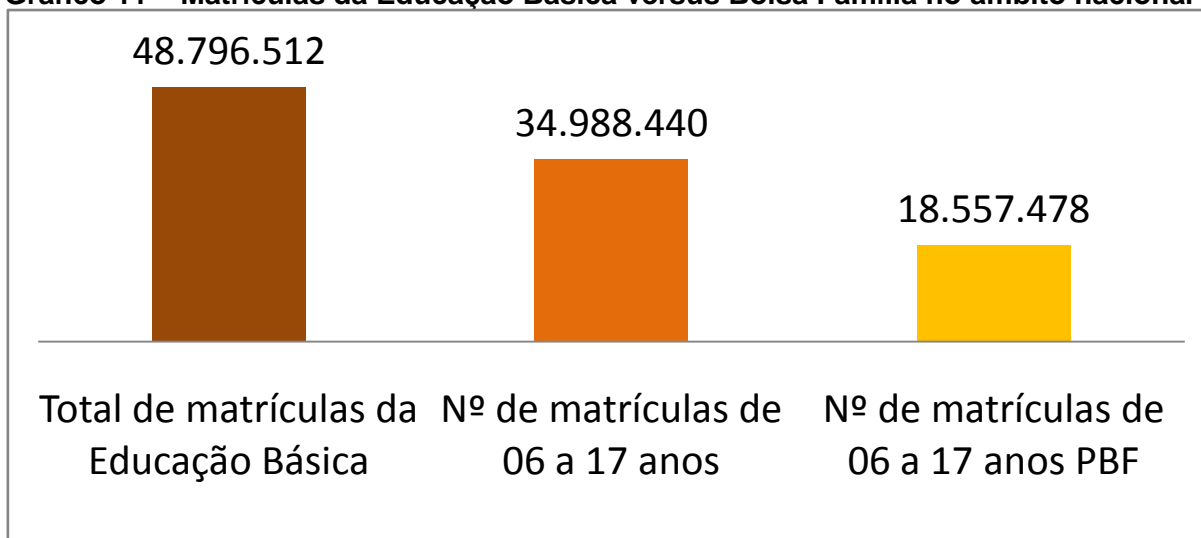
Gráfico 10 – Alunos beneficiários do Bolsa Família na zona rural/urbano (Brasil)



Fonte: Adaptado do MEC/SECADI (2016).

O Gráfico 11 apresenta o total de matrículas na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) de alunos (6 a 17 anos de idade) e relaciona o número de matrículas de alunos (6 a 17 anos de idade) com o número de alunos (6 a 17 anos de idade) beneficiários matriculados, aproximadamente, 52%.

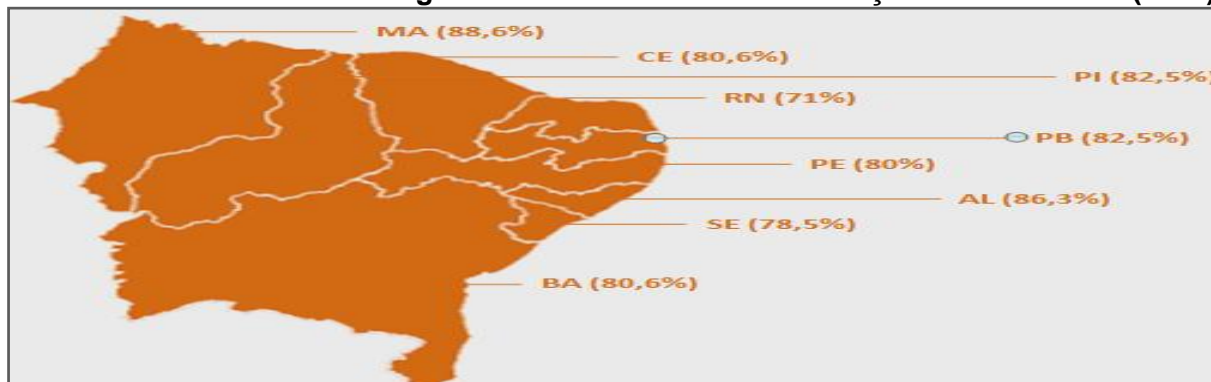
Gráfico 11 – Matrículas da Educação Básica versus Bolsa Família no âmbito nacional



Fonte: Adaptado do MEC/SECADI (2016).

A Figura 5 que aponta uma elevada concentração da taxa dos beneficiários residentes na região Nordeste, pois se trata de uma localidade geográfica que apresenta índices socioeducacionais com maior vulnerabilidade e risco social, por exemplo, na Paraíba 82,5% das matrículas na Educação Básica são alunos beneficiários do PBF, em 2016.

Figura 5 – Taxas de matrículas na Educação Básica (entre 6 a 17 anos de idade) dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na educação no Nordeste (2016)



Fonte: MEC/SECADI (2016).

No âmbito local, o perfil dos alunos beneficiários do público-alvo acompanhado pela educação, apresenta uma acentuada presença de segmentos mais vulneráveis da população dos ribeirinhos, negros, pessoas com deficiência, que implica uma política social bem focalizada. Nesta parte da pesquisa não foi possível traçar a estatística dos perfis (cor/raça) dos alunos. Todavia, não foge as taxas (%) estatísticas do âmbito nacional já apresentado, anteriormente.

No tocante ao perfil das moradias, segundo dados do CadÚnico (MDSA, 2017), as condições são as piores possíveis, porque os domicílios se formam precariamente em beira dos Rios (Paroeira, do Meio, Sanhauá e Paraíba), invasão, mercado público, fundos de casa e vilas. Para Jesus (1998, p. 48), “[...] nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais”. Este perfil da moradia que a autora vivenciou, no início do século XX, também está muito vivo na população dos alunos beneficiários bayenenses. Em termos do perfil de renda, as 10.641 famílias beneficiárias de Bayeux tem renda *per capita* inferior entre R\$ 85,00 a 170,00, situando-se, segundo critérios do PBF, entre os pobres e extremamente pobres (SAGI/MDSA, 2016).⁴⁰

⁴⁰ Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação/Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

7 PERCURSO METODOLÓGICO

Em termos do universo amostral da pesquisa, os sujeitos foram constituídos de 394 alunos beneficiários do PBF (Fundamental I e II) e 25 educandos beneficiários (EJA), tendo como local de produção de dados a Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Moacir Dantas, no Bairro Jardim Aeroporto, em Bayeux. Adotamos como recurso para a produção dos dados o estudo de caso. De acordo com Gonsalves (2007, p. 69), este tipo de pesquisa “[...] privilegia um caso particular, uma unidade significativa, considerada suficiente para análise de um fenômeno”, que se pretende explorar o contexto cotidiano da escola para fazer uma avaliação das situações e dificuldades vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa.

A Figura 6 apresenta o contato direto/interativo do pesquisador com a escola investigada, no intuito de buscar informações necessárias à apreensão da realidade da pesquisa.

Figura 7 – Contato direto do pesquisador com objeto de estudo, na EMEF Dr. Moacir Dantas, Jardim Aeroporto - Bayeux



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador, 2017.

Neste cenário, a academia serviu para entender o ambiente educacional em que os sujeitos pobres experimentam suas práticas educativas. Sendo assim, percebeu-se a necessidade de ir ao encontro da escola investigada e dos protagonistas históricos da pesquisa. Este encontro foi possibilitado inicialmente por meio dos estágios supervisionados, palestras, reuniões com a comunidade (local e escolar). Para Freire (2002, p. 30), “Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo minha constatação não me leva à impotência.”

Assim, encontrei-me com a pedagogia, que foi pensada para os excluídos, para investigar por que as crianças, alunos e educandos são invisibilizados e marginalizados no cotidiano da escola pesquisada. De outra banda, Rego (2013, p. 29), afirma que: “[...] vítimas da injustiça possuem um acesso privilegiado ao conhecimento dela, que a conhecem melhor do que qualquer observador”. Este saber remete a necessidade do pesquisador se despir do protagonismo social, e assim, enxergar estes atores sociais pesquisados como: não cegos, não passivos e conscientes das suas ações e motivos.

De acordo com Gonsalves (2007, p. 72), “A produção de dados será a etapa da pesquisa em que dar início à aplicação dos instrumentos a serem utilizados no estudo”. A produção dos dados foi proveniente da utilização dos seguintes recursos: EMEF Dr. Moacir Dantas, Atas de Rendimento (2014 e 2015), Educacenso (INEP/MEC), SIGPBF (SICON) e Sistema Presença (MEC).

Por seu turno, os documentos utilizados no processo de análise dos dados para propiciar a resposta ao problema proposto na pesquisa foram: LDBEN nº 9.394/96, Lei nº 10.836/04 que dispõe sobre o PBF, Diretrizes de serviços nº 01/CME/2016, Resolução nº 035/12/CME, Lei nº 11.700/08 que assegurar vaga na escola pública de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental mais próxima de sua residência, Parecer nº CNE/CEB nº 11/10, Matriz de Habilidades “Construindo o Alicerce” com base na Resolução 07/10 CNE e 024/11 CME – Bayeux e Decreto nº 7.332 que trata do Índice de Gestão Descentralizada, de 19 de outubro de 2010 e Lei que dispõe sobre o FUNDEB (Lei nº 11.494/07). Os interlocutores que foram utilizados para análise das informações: a Gestora escolar, Bourdieu, Furtado, Jannuzzi e Libâneo.

Com relação à forma de abordagem do problema, foi utilizado o método quanti/qualitativa. Sobre a abordagem quantitativa, para Gonsalves (2007, p.69), buscou-se realizar “uma explanação das causas, por meio de medidas objetivas, testando hipóteses, utilizando-se basicamente da estatística. Nesses termos, transformou-se a vida social em números”. Já a abordagem qualitativa foi realizada por meio de um estudo de campo, com o propósito de levantar dados reais, produzidos pelos sujeitos (alunos beneficiários e servidores públicos envolvidos com o processo de ensino) da pesquisa. Conforme Gonsalves (2007, p. 69), a pesquisa qualitativa “preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

8 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta parte do trabalho pretendemos nos debruçar sobre as análises estatísticas dos indicadores educacionais da escola objeto de estudo. Tal como define Jannuzzi (2004, p. 15), o indicador social diz respeito a “Um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”, que possibilita ao gestor tomar conhecimento da dimensão da realidade educacional em processo. Para medir as quantidades destes indicadores utilizamos a unidade básica percentagem.

A amostra da pesquisa da pesquisa foi constituída de 394 alunos beneficiários do PBF (Fundamental I e II) e 25 educandos beneficiários (EJA);⁴¹ tendo como local de produção de dados a EMEF Dr. Moacir Dantas, no Bairro Jardim Aeroporto, em Bayeux.

Inicialmente, a Tabela 3 apresenta os conjuntos de matrícula das etapas da Educação Básica (Ensino Fundamental I e II e Modalidade EJA) relacionada com os anos iniciais e finais e séries, no biênio 2014-2015.

Na Análise comparativa das matrículas, observamos que as percentagens de alunos beneficiários com relação aos alunos não beneficiários do Ensino Fundamental I e II (22 turmas), apenas em 1(uma) turma (4º B) a quantidade de alunos beneficiários não sobressaiu em relação aos alunos não beneficiários.

No que tange ao Ensino Fundamental I e II referente aos anos de 2014 e 2015, observamos a grande presença de alunos beneficiários e o fenômeno da abertura de turmas a mais para absorver os anos iniciais e finais do Fundamental I objetivando a dar conta da demanda ocasionada pela natureza dos acontecimentos, tais como: a reorganização⁴² das etapas da Educação Básica do sistema de ensino municipal atingiu o pólo donde está inserida a escola objeto de estudo e a atitude administrativo-pedagógica de isolar os alunos com distorção idade-ano.

⁴¹ De acordo com a Resolução Nº 035/2012 – CME, no Art. 8º, o ingresso de aluno em curso de Educação de Jovens e Adultos para as séries do Ensino Fundamental está condicionado à idade mínima de: 1ª e 2ª Ciclo (1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental) 15 anos completos; 3ª Ciclo – (5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental) 15 anos completos; e 4ª Ciclo – (7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental) 16 anos completos.

⁴² Nos termos da Lei nº 11.700/2008, inciso X no art. 4, fixa como dever do Estado efetivar a garantia de vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar quatro anos de idade.

Tabela 3 – Matrículas da Educação Básica (Ensino Regular e Modalidade EJA) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

ENSINO REGULAR														
Matrícula/ano	ENSINO FUNDAMENTAL I (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL I (2015)						
	ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS			ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS		
	1º	2º	3º A	3º B	4º A	4º B	5º	1º	2º	3º	4º A	4º B	5º A	5º B
Matrículas	22	21	24	24	23	17	32	17	21	26	26	17	23	22
Beneficiários	15	17	17	12	23	14	26	12	11	18	12	12	21	17
% (em relação às Matrículas)	68	81	71	50	91	82	81	71	52	69	46	71	91	78
Não beneficiários	7	4	7	12	2	3	6	6	10	8	14	5	2	5
% (em relação às Matrículas)	32	19	29	50	9	28	19	27	48	31	54	29	9	22
	ENSINO FUNDAMENTAL II (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL II (2015)						
	6º		7º		8º		9º	6º		7º		8º		9º
Matrículas	38		25		39		30	39		35		16		32
Beneficiários	26		11		26		15	27		27		9		26
% (em relação às Matrículas)	68		44		67		50	69		77		56		81
Não beneficiários	12		44		13		15	12		8		7		6
% (em relação às Matrículas)	32		56		33		50	31		33		46		19
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS														
Matrícula/série	1º SEGMENTO (2014)			2º SEGMENTO (2014)			1º SEGMENTO (2015)			2º SEGMENTO (2015)				
	1ª e 2ª	3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª e 2ª	3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
Matrículas	17	23	40	18	6	16	16	22	20	35	43	32		
Beneficiários	1	-	1	3	1	-	-	2	1	6	6	4		
% (em relação às Matrículas)	6	-	3	17	17	-	-	9	5	17	14	13		
Não beneficiários	16	23	39	15	5	16	16	20	19	29	37	28		
% (em relação às Matrículas)	94	100	97	83	83	100	100	91	99	83	86	87		

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Observamos também nesta tabela a formação de turmas com limites de alunos deslocados (3º acima e 4º B abaixo) do que dispõe as diretrizes⁴³ de serviço da Secretaria de Educação de Bayeux. Por sua vez, o Ensino Fundamental II sinaliza a não abertura de turmas e a grande demanda de matrícula de alunos beneficiários; também apresenta turmas com matrículas bem abaixo de um ano para o outro, por exemplo, em 2014, o 8º ano registra um elevado número de matrículas (39 alunos) e na turma do 8º (16 alunos), em 2015; e também esta etapa indica a presença maciça de alunos beneficiários em relação à abundância das matrículas.

⁴³ Nos termos das Diretrizes de serviços nº 01/CGE/CITE/CME/16: “42 - As turmas de Ensino Fundamental 1º ao 9º serão compostas atendendo aos limites de: 4º ano mínimo de 25 alunos e do 6º ao 9º ano de 30 alunos no mínimo e no máximo de 35 alunos. 43 - Caso as turmas de Ensino Fundamental tenham alunos com deficiência, o número máximo de alunos será limitado em 25% por turma, de acordo com a série, ficando estabelecido o seguinte: 3º ano 22 alunos e no 4º ano limite de 25 alunos.”

Por outro lado, a Modalidade EJA indica uma população, em algumas turmas, formada tipicamente apenas por educandos não beneficiários, ou seja, supera em muito as matrículas de educandos beneficiários, que implicaria num *status* social e num estrato social de renda melhor para estes alunos permanecendo no Ensino Regular pelo possível sucesso do fluxo escolar e, por conseguinte, os cidadãos beneficiários escapariam de um trabalho mal remunerado precocemente e da encruzilhada da EJA na escola objeto de estudo, porque esta Modalidade está isolada da discussão mais ampla na agenda pedagógica escolar, que poderia prejudicar a sua realização escolar e profissional. Observamos nesta Modalidade também a formação de turmas com limite de educandos abaixo do que dispõe as Diretrizes⁴⁴ de Serviço da Secretaria de Educação de Bayeux.

É importante notar pela Tabela 4, o fenômeno do descompasso, no que diz respeito à idade-ano, atinge enormemente aos alunos beneficiários.

Tabela 4 – Distorção idade-ano (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

ENSINO REGULAR														
Distorção/ano	ENSINO FUNDAMENTAL I (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL I (2015)						
	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS				ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS			
	1º	2º	3º A	3º B	4º A	4º B	5º	1º	2º	3º	4º A	4º B	5º A	5º B
Beneficiários com distorção	-	4	2	4	-	9	14	3	2	3	1	11	6	11
% (em relação aos beneficiários)	-	24	22	33	-	64	54	19	14	17	7	92	27	65
Distorção/ano	ENSINO FUNDAMENTAL II (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL II (2015)						
	6º		7º		8º		9º	6º		7º		8º		9º
	6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º		
Beneficiários com distorção	12	9	11	5	11	12	4	11	12	4	11	12	4	11
% (em relação aos beneficiários)	46	82	42	43	28	34	45	42	28	34	45	42	28	34

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Quando a demanda de alunos aumentou, usou-se a estratégia de colocá-los em turmas isoladas em formato de “*apartheid*”⁴⁵ escolar dos que estavam com fluxo escolar normal, por exemplo, em 2014 e 2015, a escola formou 2 (duas) turmas com *status* social desigual dos 4º (A e B) anos. Em ressonância a isto, Bourdieu (1998, p. 58) diz que a escola:

⁴⁴ Nos termos das Diretrizes de serviços nº 01/CGE/CITE/CME/16: “47 - As turmas de Educação de Jovens e Adultos, com ensino presencial, serão formadas atendendo aos limites de: mínimo de 20 (vinte) alunos e máximo de 40 (quarenta) alunos.”

⁴⁵ Segregação racial na África do Sul de minoria branca, legalmente, implementada entre 1948 e 1994.

[...] Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, a aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de dons ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em distinção de qualidade, e legitima a transmissão da herança cultural.

As turmas (4º A) não tiveram praticamente a presença de alunos beneficiários do PBF com entrada tardia no processo de escolarização com exceção de um aluno, em 2015. As outras apresentaram turmas com altas percentagens (64% e 92%) dos alunos beneficiários com distorção no percurso escolar. O atraso na entrada do fluxo escolar se verifica mais acentuadamente nos anos finais do Fundamental I e observamos também na etapa seguinte do Fundamental II.

Para agravar o estado dos indicadores da escola objeto de estudo, analisamos também nesta tabela a idade-conclusão dos alunos beneficiários das turmas das etapas finais (3º, 5º e 9º anos), em 2014 e 2015, que apresenta percentagens altas, sob dois fatores – segundo a origem social e, por conseguinte, o déficit no fluxo escolar – desde os anos iniciais do Fundamental I, que chega a 65%, em 2015, no 5º B.

Quando analisamos a Tabela 5, referente ao rendimento escolar do Ensino Regular - Fundamental I se verifica três indicadores educacionais de rendimento (abandono, aprovação e retenção), com relação aos anos iniciais e finais. O indicador abandono indica, em 2014 e 2015, que há uma baixa percentagem em relação ao número de matrículas para esta etapa de ensino, mas apresenta uma alta percentagem (67%) entre os alunos beneficiários em relação ao número de abandonos desta etapa, ou seja, entre os 3 abandonos observamos que 2 foram de alunos beneficiários.

Tabela 5 – Rendimento Escolar (Ensino Regular - Fundamental I) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

ENSINO REGULAR														
Rendimento/ano	ENSINO FUNDAMENTAL I													
	ANOS INICIAIS (2014)				ANOS FINAIS (2014)		ANOS INICIAIS (2015)			ANOS FINAIS (2015)				
	1º	2º	3º A	3º B	4º A	4º B	5º	1º	2º	3º	4º A	4º B	5º A	5º B
Abandono	-	1	1	-	-	3	4	1	-	-	-	1	-	1
% (em relação às Matrículas)	-	5	4	-	-	18	13	6	-	-	-	6	-	5
Beneficiários	-	1	1	-	-	2	3	1	-	-	-	1	-	-
% (em relação ao Abandono)	-	100	100	-	-	67	75	100	-	-	-	100	-	-
Não beneficiários	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1
% (em relação ao Abandono)	-	-	-	-	-	23	25	-	-	-	-	-	-	100
Aprovação	22	18	18	23	19	14	22	16	20	22	21	11	18	19
% (em relação às Matrículas)	100	86	82	86	83	83	69	94	95	85	81	65	78	86
Beneficiários	15	14	12	12	18	12	18	11	11	15	8	6	16	16
% (em relação à Aprovação)	68	78	67	52	95	86	82	69	55	68	38	55	70	73
Não beneficiários	7	4	6	12	1	2	4	5	9	7	13	5	2	3
% (em relação à Aprovação)	32	22	33	48	5	14	18	31	45	32	62	45	30	14
Retenção	-	2	3	1	4	-	6	-	1	4	5	5	5	2
% (em relação às Matrículas)	-	10	13	4	17	-	19	-	5	15	19	29	22	9
Beneficiários	-	1	2	-	3	-	5	-	-	3	4	4	-	1
% (em relação ao Retido)	-	50	67	-	75	-	83	-	-	75	80	80	-	50
Não beneficiários	-	1	1	1	1	-	1	-	1	1	1	1	5	1
% (em relação ao Retido)	-	50	33	100	25	-	17	-	100	25	20	20	100	50

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Quanto ao indicador de rendimento, aprovação, este revela saltos visíveis nas percentagens que varia entre 100% a 60% no êxito escolar dos alunos no Ensino Fundamental I, que mostra um sistema educacional desigual na promoção da oportunidade ao conhecimento.

Quanto ao outro indicador, retenção, este semostra pela pedagogia da repetência, em 2014 e 2015, pois contatamos um percentual bem preocupante, sobretudo, em relação aos alunos beneficiários que, não tiveram no percurso escolar, um acompanhamento integral da escola objeto de estudo e da Secretaria de Educação de Bayeux. Como se pode observar, esta parcela significativa de alunos (abandonos e retidos), que ficaram para traz, no atraso escolar, impactou em indicadores educacionais desanimadores e em desperdício de gasto⁴⁶ público na

⁴⁶ Nos termos da lei nº 11.494/2007 Art. 15, inc. III, o valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do FUNDEB, em 2014: Fundamental: anos iniciais R\$ 2.285,57, anos finais R\$ 2.514,13 e tempo integral R\$ 2.971,24; EJA: R\$ 1.828,46 e em

relação entre custo versus benefício no financiamento⁴⁷ da educação de Bayeux. Destacamos que o financiamento da educação é desproporcional, no que se refere à contribuição ao FUNDEB, União levou isto à via do absurdo, porque arrecada mais com impostos dos cidadãos e contribui (18%) menos para o Fundo, que implica numa sobrecarga de responsabilidade institucional (25% ao Fundo) do Município já empobrecido.

De acordo com as informações do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE), o Município investiu pela Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) 26,8%, em 2014, e 28,18%, em 2015 (ver Anexos I). Verificamos que nos anos iniciais, em 2014 e 2015, tiveram retenções com destaque para os alunos beneficiários. No que peseo combater ao atraso escolar dos alunos numa sociedade marcada pela colonização, pode-se dizer que desde cedo, são prisioneiros da pedagogia da eliminação, pois, segundo Paiva (2009, p. 148), “[...] o acesso não tem sido suficiente para garantir escolarização, porque não se consegue a permanência, nem o sucesso dos alunos”. Assim, à luz da pedagogia, uma pequena justiça se organizaria sobre os propósitos de punir, asfixiar e ferir: a dignidade humana, isto é, o direito legal fica aliado do conhecimento, a autoestima e o acesso à escolarização com qualidade.

Daí, a necessidade de aplicar punição e responsabilização ao governo municipal pelas evidências de negligência, de omissão e de ineficiência do serviço mínimo prestado à comunidade local, porque este tem a função de dá à educação deste Município, mas que transferiu a sanção e responsabilidade exclusivamente pelo insucesso do fluxo escolar aos alunos que foram pedagogicamente eliminados pelas ações educativas que identificam o acesso ao conhecimento como um privilégio somente dos ricos. De acordo com Libâneo (2012, p. 16), ao analisar o binário perverso sobre a escola pública, argumenta que:

[...] a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres e dedicada, primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças.

2015: Fundamental: anos iniciais R\$ 2.545,31, anos finais R 2.799,84 e tempo integral R\$ 3.308,91; EJA: R\$ 2.036,25.

⁴⁷ Limite constitucional (art. 212 determina que o Município deve investir, no mínimo, 25% para Fundo - FUNBEB) anual a ser cumprido no término do exercício e conforme o que dispõe os termos da LDBEN/96, Artigos 11 e 70.

No que se refere aos indicadores, que analisamos até o momento, legitimam a escola do acolhimento, para não as chamar de depósito humano, porque o conhecimento se mostrou mínimo e, por conseguinte, estaria apenas em consonância com o mercado de trabalho, com as cartilhas governamentais e com a socialidade.

A propósito, a Matriz de Habilidades “Construindo o Alicerce” com base nas Resoluções 07/10 CNE e 024/11 CME – Bayeux, implantada no ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, prevê conteúdos, procedimentos didáticos e organização da rotina para as séries estabelecidas, de acordo com o PNAIC. A Matriz de Habilidades possui um dos seguintes princípios didáticos: Retenção no 3º ano para os alunos que não alcançarem os critérios mínimos estabelecidos no documento reformulado da Matriz “Construindo o Alicerce”, com o objetivo de contemplar os direitos de aprendizagem das crianças credenciadas nos anos iniciais do Fundamental I. Por sua vez, o Parecer⁴⁸ do CNE/CEB, nas DCNs, recomenda que os alunos não sejam submetidos à retenção nos anos iniciais do Fundamental I. Ademais, a LDB estabelece que: a eliminação ocorre devido ao ajustamento de uma frequência escolar mínima de 75%⁴⁹ que o aluno tem de cumprir nos muros da escola⁵⁰.

Na Tabela 6, com base nos resultados da Prova Brasil, em 2015, observamos os dados sobre a proporção de alunos a aprendizagem desejável a sua etapa escolar (Ensino Fundamental I e II), no 5º e 9º ano, em Língua Portuguesa e Matemática, e os níveis de proficiência em que os alunos se posicionam, ou seja, o que estes alunos são capazes de responder corretamente, conforme cada proficiência dentre os níveis de conhecimento voltados para Língua Português e Matemática.

⁴⁸ Nos termos do Parecer nº CNE/CEB nº 11/2010: “A promoção dos alunos deve vincular-se às suas aprendizagens; não se trata, portanto, de promoção automática. Para garantir a aprendizagem, as escolas deverão construir estratégias pedagógicas para recuperar os alunos que apresentarem dificuldades no seu processo de construção do conhecimento.”

⁴⁹ Nos termos da LDBEN nº 9.394/96, inciso VI no art. 24, exige que a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação.

⁵⁰ A Matriz de Habilidades “Construindo o Alicerce” com base na Resolução 07/10 CNE e 024/11 CME – Bayeux, implantada no ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, prevê conteúdos, procedimentos didáticos e organização da rotina para as séries estabelecidas, de acordo com o PNAIC. A Matriz de Habilidades terá um dos seguintes princípios didáticos: Retenção no 3º ano para os alunos que não alcançarem os critérios mínimos estabelecidos no documento reformulado da Matriz Construindo o Alicerce com o objetivo de contemplar os direitos de aprendizagem das crianças credenciadas anos iniciais do Fundamental I.

Tabela 6 – Níveis de Proficiência (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família das turmas do 5º ano e do 9º ano, na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2015, em Bayeux-PB

Proficiência/disciplina	ENSINO REGULAR			
	ENSINO FUNDAMENTAL I		ENSINO FUNDAMENTAL II	
	5º ANO		9º ANO	
	Português	Matemática	Português	Matemática
Avançado				
Alunos	2	0	0	0
%	5	0	0	0
Proficiente				
Alunos	17	9	4	1
%	41	22	13	3
Básico				
Alunos	15	26	20	16
%	35	62	63	50
Insuficiente				
Alunos	8	7	7	15
%	19	16	24	47

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Na escola de pesquisa, em Português, no 5º ano, dos 42 alunos, 46% (Avançado 5% + Proficiente 41%) aprenderam o desejável na competência de leitura e interpretação de textos e 19 alunos (2 alunos além da expectativa e 17 alunos com aprendizagem esperada) demonstraram o aprendizado desejável e 23 alunos apresentou pouco ou quase nenhuma aprendizagem. Já em Matemática, no 5º ano, dos 42 alunos, ou seja, 22% ou 9 (nove alunos) obtiveram uma aprendizagem desejada na competência de Resolução de Problemas e 78% (33 alunos) demonstraram pouco ou quase nenhuma aprendizagem.

Por seu turno, em Matemática, 13% dos alunos que aprenderam o desejável na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano. Dos 33 alunos apenas 4 (quatro) demonstraram o aprendizado desejado. Já 3% dos alunos que aprenderam o desejável na competência de resolução de problemas até o 9º ano. Dos 33 alunos, 1(um) demonstrou o aprendizado desejado. Vale ressaltar que, no 5º ano, dos 42 alunos que se submeteram à Prova Brasil, 84% (38 alunos beneficiários) destes são alunos beneficiários e, no 9º ano, dos 32 alunos da turma, 26 alunos são beneficiários (81%).

Na Tabela 7, em comparação com os resultados do IDEB da escola estudada (Tabelas 8 e 9), os achados só vem ao encontro do desempenho fraco dos alunos (5º ano e 9º ano) na Prova Brasil, em 2015. Ou seja, observamos que a conquista do conhecimento, através dos descritores das disciplinas, até o 5º ano, não está ao alcance dos alunos.

Tabela 7 – Média aritmética (Ensino Regular - Fundamental I e II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família das turmas do 5º ano e do 9º ano, na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2015, em Bayeux-PB

Aluno/média	ENSINO REGULAR			
	ENSINO FUNDAMENTAL I		ENSINO FUNDAMENTAL II	
	5º ano		9º ano	
	Média Português	Média Matemática	Média Português	Média Matemática
Alunos beneficiários	7,0	6,9	6,8	6,2
Alunos não beneficiários	6,5	6,6	7,8	6,9
Média da turma	6,7	6,7	7,3	6,5

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Cabe lembrar que, estes percentuais vieram à luz, em 2016, e pelo investimento do erário público sobre o PBF, apesar de uma linha de corte muito baixa e valores monetários pagas às famílias serem muito pouco, os desempenhos dos alunos beneficiários ainda não tem contribuído para os indicadores da escola objeto de estudo, sofrerem uma melhora.

Os Quadros 7 e 8 revelam o espectro da qualidade educacional pelo IDEB da escola objeto de estudo do 5º ano e do 9º ano.

Quadro 7 – IDEB da EMEF Dr. Moacir Dantas, 5º ano, em Bayeux-PB (SAEB/Prova Brasil)

Ano	Ideb Observado	Ideb Projetado
2005	2.2	
2007	2.7	2.4
2009	3.1	3.0
2011	3.5	3.6
2013	2.9	3.9
2015	3.6	4.2

Fonte: Adaptado do INEP (2017).

No 5º ano, observamos que a escola objeto de estudo em apenas duas ocasiões, em 2007 e 2009, os resultados dos índices observados estiveram presentes acima das metas projetadas. Em 2015, o índice observado (3.6) esteve

bastante distante do índice projetado (4.2), que explica o fracasso visível nos indicadores educacionais dos alunos na escola pesquisada.

Por sua vez, no 9º ano, na Tabela 9, o fracasso foi mais desanimador, pois em apenas uma situação, em 2011, o índice observado superou a meta projetada.

Quadro 8 – IDEB da EMEF Dr. Moacir Dantas, 5º ano, em Bayeux-PB (SAEB/Prova Brasil)

Ano	Ideb Observado	Ideb Projetado
2005	1.6	–
2007	2.9	1.8
2009	2.7	2.1
2011	3.5	2.5
2013	2.8	3.1
2015	3.5	3.6

Fonte: Adaptado do INEP (2017).

A Tabela 8 indica o rendimento escolar do Fundamental II com relação aos anos iniciais e finais.

Tabela 8 – Rendimento Escolar (Ensino Regular - Fundamental II) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015.

ENSINO REGULAR								
Rendimento/ano	ENSINO FUNDAMENTAL II (2014)				ENSINO FUNDAMENTAL II (2015)			
	6º	7º	8º	9º	6º	7º	8º	9º
Abandono	-	5	3	2	1	1	-	-
% (em relação às Matrículas)	-	20	8	7	3	3	-	-
Beneficiários	-	3	2	2	1	1	-	-
% (em relação ao Abandono)	-	60	67	100	100	100	-	-
Não beneficiários	-	2	1	-	-	-	-	-
% (em relação ao Abandono)	-	40	33	-	-	-	-	-
Aprovação	35	15	34	26	30	31	13	31
% (em relação às Matrículas)	92	60	87	87	77	89	81	97
Beneficiários	24	5	21	11	20	23	6	25
% (em relação à Aprovação)	69	37	62	42	67	74	46	81
Não beneficiários	11	10	13	15	10	8	7	6
% (em relação à Aprovação)	31	63	38	58	33	26	54	19
Retenção	3	4	8	3	5	2	3	1
% (em relação às Matrículas)	8	16	21	10	13	6	19	3
Beneficiários	2	3	5	2	3	2	3	1
% (em relação ao Retido)	67	75	62	67	60	100	100	100
Não beneficiários	1	1	3	1	2	-	-	-
% (em relação ao Retido)	33	25	38	33	40	-	-	-

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Observamos que em relação à percentagem abandono, em 2014 e 2015, houve uma redução em relação ao número de matrículas para esta etapa de ensino, mas, no ensino Fundamental I analisado, anteriormente na Tabela 5, apresenta-se alta entre os alunos beneficiários em relação ao número de abandonos.

Ao analisarmos as percentagens da aprovação dos alunos, percebemos que o desempenho dos alunos beneficiários no processo de ensino-aprendizagem não ajuda a melhorar o indicador aprovação, por exemplo, no 7º ano em que apenas 60% dos alunos tem êxito escolar e que apenas 37% dos alunos beneficiários (5 de 11 alunos) aparece como aprovado.

Como se pode ser constatado, a questão da retenção se apresenta, mais uma vez, pela pedagogia da eliminação, em 2014 e 2015. Mostra ainda uma percentagem maior para os alunos beneficiários que impacta negativamente no percentual de aprovação da etapa, que chega a 100% dos retidos em três turmas (7º, 8º e 9º). Ao fim de 2014 e 2015, como se pode constatar, uma geração e mais um percentual de excluídos invisíveis pelo processo de escolarização dão início a um novo ciclo vicioso e oneroso às famílias, à escola e ao sistema de ensino do Município.

Assim, podemos evidenciar deste quadro que: a cada ano, estes sujeitos cidadãos deixam de ser um problema concreto para a escola objeto de estudo e para a comunidade local para se transformarem em dígitos sem vida, e assim, estes excluídos somem do processo de escolarização e retornam mais tarde num ciclo da EJA qualquer, para mais um fracasso escolar no sistema de ensino de Bayeux, conforme nos mostra a Tabela 2, referente à taxa de rendimento da Modalidade EJA do Sistema Municipal de Bayeux, entre 2013 a 2015.

A Tabela 9 revela o rendimento escolar da EJA. No que diz respeito aos educandos não beneficiários, as percentagens de abandono em 8 (oito) turmas chegam a 100%, na população, dos educandos que abandonaram o processo de escolarização.

Tabela 9 – Rendimento Escolar (Modalidade EJA) dos alunos beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS												
<i>Rendimento/série</i>	1º SEGMENTO (2014)						2º SEGMENTO (2015)					
	1ª e 2ª	3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª e 2ª	3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Abandono	5	10	6	9	2	7	8	11	11	18	11	9
% (em relação às Matrículas)	29	44	60	43	33	44	50	50	55	51	26	78
Beneficiários	-	-	1	-	-	-	-	1	1	2	-	-
% (em relação ao Abandono)	-	-	17	-	-	-	-	9	9	11	-	-
Não beneficiários	5	10	5	9	2	7	8	10	10	16	11	9
% (em relação ao Abandono)	100	100	83	100	100	100	100	91	91	89	100	100
Aprovação	3	8	4	7	4	8	7	10	9	17	15	23
% (em relação às Matrículas)	18	35	40	33	67	50	46	45	45	49	35	72
Beneficiários	1	-	1	-	1	-	-	1	-	3	5	4
% (em relação à Aprovação)	33	-	25	-	25	-	-	10	-	6	23	17
Não beneficiários	2	8	3	7	3	8	7	9	9	14	10	28
% (em relação à Aprovação)	67	100	75	100	75	100	100	90	100	51	67	83
Retido	9	5	-	3	-	-	-	-	-	2	1	-
% (em relação às Matrículas)	53	22	-	14	-	-	-	-	-	6	2	-
Beneficiários	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
% (em relação ao Retido)	-	-	-	33	-	-	-	-	-	50	100	-
Não beneficiários	9	5	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-
% (em relação ao Retido)	100	100	-	67	-	-	-	-	-	50	-	-

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

A EJA se revela uma modalidade de ensino de baixo número de matrículas dos educandos beneficiários na escola objeto de estudo. Apesar da frequência obrigatória, o reduzido número de matrículas dos beneficiários também contribui ainda mais para aumentar, a já elevada porcentagem de evasão da escola que se apresenta fortemente entre os educandos pertencentes à população dos não beneficiários do Bolsa Família.

Por sua vez, a situação apresentada pelo indicador aprovação é preocupante, haja vista que as percentagens de aprovação da EJA para a maioria das turmas são pífias, que vem corroborando, assim, com a afirmação de Furtado (2015, p. 137) ao dizer “direito velado” dos educandos intrínseco nas ações no campo da EJA.

Concordamos com Paiva (2009, p. 146) ao dizer que: “Quando se pensa a educação de criança, admitir o seu não atendimento causa perplexidade e não resta qualquer dúvida a ninguém que este direito tem de ser cumprido”. Mas, quando se

trata dos seus projetos de vida e direito ao conhecimento os educandos jogariam adianteem prol do aumento de capital humano dos seus filhos pela escolarização.

Com relação à quantidade de educandos retidos, apenas não se apresenta maior na EJA, pois o indicador de rendimento abandono abraça fortemente esta Modalidade, não fornecendo margem para o surgimento de novos fenômenos. Já nas etapas anteriores, o indicador de rendimento retenção é que ameaça o fluxo escolar dos alunos.

Comparando com as outras etapas do Ensino Regular, a análise sobre a EJA implicou numa discrepância nos indicadores educacionais principalmente no que se refere à percentagem de abandono.

A Tabela 10 apresenta as porcentagens referentes às frequências dos alunos beneficiários retidos, em 2014 e 2015. Verificamos que do total de 38 alunos reprovados: 7 (sete) alunos estão abaixo do limite (75%) da percentagem de frequência que dispõe a legislação.⁵¹ Nos anos iniciais, percebemos que 50% dos alunos beneficiários estão com as frequências em conformidade com a lei para os seus progressos na realização escolar, mas são eliminados da escolarização.

Tabela 10 – Frequência dos alunos beneficiários retidos (Ensino Regular - Fundamental I) na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

ENSINO REGULAR																
Frequência/ano	ENSINO FUNDAMENTAL I (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL I (2015)								
	ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS			ANOS INICIAIS				ANOS				
	1º	2º	3º A	3º B	4º A	4º B	5º	1º	2º	3º	4º A	4º B	5º A	5º B		
Frequência (%)	-	61	56 e 81	-	3x97	-	76, 78, 86, 90 e 95	-	-	63, 87 e 98	82, 85 e 2x95	0, 75, 76, 77 e 80	64, 65, 66, 68 e 95	75		
Total (retidos)	-	1	2	-	3	-	5	-	-	3	4	4	5	1		
Frequência/ano	FUNDAMENTAL II (2014)							FUNDAMENTAL II (2015)								
	6º		7º		8º		9º	6º		7º		8º		9º		
	52 e 55		83, 84 e 86		66, 83, 94 e 94		89 e sem informação	73, 68 e 61		49 e 93		69 e 2x94		75		
Total (retidos)	2		3		4		2	3		2		3		1		
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS																
Frequência/ano	1º SEGMENTO (2014)				2º SEGMENTO (2014)				1º SEGMENTO (2015)				2º SEGMENTO			
	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª	6ª	7ª	8ª	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª	6ª	7ª	8ª
	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª	6ª	7ª	8ª	1ª e 2ª		3ª e 4ª		5ª	6ª	7ª	8ª
Frequência (%)	-		-		-	Sem informação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (retidos)	-		-		-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

⁵¹ LDBEN nº 9.394/96 e CNE/CEB nº 11/2010

Nesse cenário, o Sistema Presença (Projeto Presença/MEC) de acompanhamento (registros: motivos e frequências) se revela uma ferramenta inócua de inclusão social, no que se refere à inserção e à permanência, dos alunos e dos educandos, de 6 a 17 anos de idade, em situação de risco pessoal e de vulnerabilidade social violação de direitos. Por hora, no que se atribui à gestão da condicionalidade na educação, o Sistema Presença não consegue mobilizar e promover articulações intersetorial e intergovernal para o enfrentamento das demandas existentes e postas pela escola objeto de pesquisa, ou seja, este Sistema consegue desempenha um papel solitário de absorver dados para engordar as estatísticas do PBF e o Fundo de Assistência Social⁵² do Município pelo acompanhamento dos alunos e para fomentar repercussão gradativa dos efeitos (advertência, bloqueio, suspensão e cancelamento) do descumprimento dos compromissos das famílias junto ao PBF.

Nesse contexto, observamos os registros no Sistema Presença para os anos iniciais apenas motivo de tratamento de doença e atenção à saúde dos alunos. Nos anos finais, a infrequência aumenta e os motivos se diversificam como: tratamento de doença e atenção à saúde, motivo da baixa frequência não foi informado à escola esclarece que a família não informou o motivo, abandono e desinteresse e/ou desmotivação pelos estudos. O acontecimento de desinteresse/desmotivação pelos estudos dos alunos denuncia a própria escola objeto de estudo com seu projeto-pedagógico neutro e não atrativo, que não vivência, não contempla os problemas cotidianos dos alunos e, conseqüentemente, não forma cidadãos críticos e conscientes. Por exemplo, quando das análises das atas de rendimento da escola objeto de estudo, verificamos que 2 (dois) alunos beneficiários tiveram retenções recorrentes, em 2014 e 2015, que implica em ausência de acompanhamento das famílias e dos alunos beneficiários do PBF e a não incorporação de uma necessidade básica humana que é o direito ao conhecimento.

⁵² Nos termos do Decreto nº 7.332, de 19 de outubro de 2010, no art. 11º. “O IGD medirá a qualidade da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, considerando as seguintes variáveis: inc. II - envio das informações sobre o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação pelos beneficiários do Programa Bolsa Família, no parágrafo 5º Os repasses dos recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa Bolsa Família serão realizados diretamente do FNAS aos FAS dos Municípios.”

Tabela 11 – Frequência dos alunos beneficiários menor que 85% (Ensino Regular - Fundamental I) na EMEF Dr. Moacir Dantas, em 2014 e 2015, em Bayeux-PB

ENSINO REGULAR																
Frequência/ano	ENSINO FUNDAMENTAL I															
	ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS			ANOS INICIAIS			ANOS FINAIS						
	1º	2º	3º A	3º B	4º A	4º B	5º	1º	2º	3º	4º A	4º B	5º A	5º B		
Frequência<85% (%)	67, 77, 80 e 83	59,61, 62, 70, 79, 82 e 87	3x0, 56, 80,81 e 82	77 e 83	78	2x0, 73,76 e 77	3x0, 69,76 e 3x78	0, 75, 2x79 e 83	2x75, 80, 83 e 84	63 e 83	82	0, 75, 76, 77 e 80	64, 65 e 66	2x75, 79 e 80		
Total (Beneficiários)	4	10	6	2	1	5	8	5	5	2	1	4	3	4		
Frequência <85% (%)	ENSINO FUNDAMENTAL II (2014)							ENSINO FUNDAMENTAL II (2015)								
	6º		7º		8º		9º		6º		7º		8º		9º	
Frequência <85% (%)	52, 55, 71, 79 e 82		3x0, 79, 83 e 84		2x0, 81, 83 e 1 sem informação no SICON		62, 81 e 83		0, 61, 68, 73 e 2x82		49, 75, 81 e 82		69 e 75		75 e 2x79	
Total (beneficiários)	5		7		5		3		8		4		2		3	
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS																
Frequência <75% (%)	1º SEGMENTO (2014)			2º SEGMENTO (2014)			1º SEGMENTO (2015)			2º SEGMENTO (2015)						
	1ª e 2ª		3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	1ª e 2ª		3ª e 4ª	5ª	6ª	7ª	8ª		
Frequência <75% (%)	-		-	0	2x0	-	-	-	0	0	2x0	-	-			
Total (beneficiários)	-		-	1	2	-	-	-	1	1	2	-	-			

Fonte: Levantamento estatístico dos dados da pesquisa, 2017.

Finalmente, a Tabela 11 que indica a condição de continuar no Programa Bolsa Família pela regulamentação da frequência⁵³ obrigatória na escola não foi suficiente para que os alunos beneficiários tivessem uma frequência mínima exigida pelo programa e pudessem ter êxito nos seus percursos escolares, pois a escola permite apenas a matrícula e não faz minimamente a sua parte no jogo do processo de ensino-aprendizagem para que os alunos permaneçam e, conseqüentemente, atenda suas perspectivas integrais pelo sucesso escolar e social, na escola objeto de estudo.

⁵³ Nos termos da Lei 10.836/04, no art. 3, que diz: “A concessão dos benefícios dependerá do comprimento, no que couber, de condicionantes à frequência escolar de 85% [6 a 15 anos] e 75% [16 a 17] em estabelecimento de ensino regular.”

9 CONCLUSÃO

Como já foi frisado, o objetivo geral desta monografia foi avaliar os impactos do PBF sobre os indicadores educacionais, nos anos de 2014 e 2015, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Moacir Dantas, no município de Bayeux.

Na lógica das ideias, o Governo Federal instituiu a frequência compulsória dos alunos beneficiários à escola como condicionante do PBF para reforçar direitos básicos que já são direitos universais (saúde, educação e seguridade social), pois só foi dado o acesso quantitativo, mas não foi ofertada aos alunos beneficiários: a permanência com qualidade social e permanência com oportunidades iguais ao conhecimento.

Podemos observar essa tragédia de finalidades do PBF, por exemplo, no fenômeno escancarado da distorção idade-ano e, consequentemente, idade-conclusão. Ora, se o sujeito cidadão beneficiário tem que atestar o seu vínculo escolar para ter direito ao Programa, então, como se explica tamanho descompasso avolumado na trajetória escolar dos alunos beneficiários? Também o problema pode estar na dimensão conjuntural (alívio imediato da pobreza pela transferência de renda) que o PBF atua e não na dimensão estruturante (atacar as formas de exploração do capitalismo periférico sobre a população).

Nesse contexto, no que tange o papel da escola pesquisa, ficou evidente que se comportou como provedora da reprodução de desigualdades sociais, pois suas práticas educativas, por meio do currículo, não conseguiram superar o ambiente familiar deteriorado e escasso de, principalmente, capital cultural herdado pelo ambiente familiar aos alunos beneficiários na sua grande maioria constituídos de cor/raça parda e negra.

Por seu turno, verificamos que a escola objeto de estudo contribui para o acompanhamento dos motivos das infrequências dos alunos, mas isoladamente o Sistema Presença se tornou sem propósito e função, ou seja, não conseguiu viabilizar enfrentamentos à violação de direitos, situação de vulnerabilidade e risco pessoal dos alunos beneficiários e familiares, que compõem o cadastro familiar. Constatamos que é relevante investigar com profundidade as causas das infrequências dos alunos beneficiários que vai ao encontro dos eixos do PBF (intersectorialidade, superação da pobreza e renda).

Num primeiro momento da pesquisa, constatamos que a saída para melhorar a contrapartida na educação seria mudar de tipo de condicionalidade para “Forte ou Sistemas”, pois o tipo “brando” adotado pelo Governo Federal se tornou atos do teatro do “faz de conta” que o Estado burguês estabeleceu para discriminar os beneficiários. Num segundo momento, partimos para uma perspectiva do Governo Federal abandonar a prática discriminatória da condicionante contra a população pobre e extremamente pobre, partindo, através de atores sociais, para o campo educativo possibilitar aos excluídos saberem por que são excluídos da vida social por meio de orientações, informações e comunicações para não caírem na armadilha da pobreza multidimensional (fome, miséria, sofrimento, voto, escolarização, renda, guerra, violência, etc).

Concordamos que o PBF retirou milhões de famílias da linha de pobreza e conseguiu ter uma universalização sobre o seu público-alvo focalizado, onde faz toda diferença ter uma refeição e não ter uma refeição num país que bate recorde na produção de commodities e paradoxalmente uma parcela significativa da população brasileira não tem o que comer; também o PBF contribui para retardar o início de carreira (trabalho infantil degradante) precoce das crianças principalmente nas duas primeiras infâncias.

Pelo exposto, é válido destacar que o desfecho dos indicadores educacionais (Ensino Regular e EJA) dos alunos e educandos que revelamos esboçam não só os limites da escola objeto de pesquisa; também desenham o grave legado herdado pela classe dos alunos e educandos numa sociedade dividida em classes sociais. Como se percebe, a comunidade escolar e local presenciou a universalização do acesso à matrícula, quantitativamente, dos alunos e educandos à escola, mas o fracasso escolar ainda se apresenta alto e resistente, na fronteira da escolarização, que se torna motivo, principalmente, de apreensão, porque a capacidade de resposta e solução aos novos e velhos problemas não estão à vista dos gestores.

Não se pretende que este estudo seja conclusivo, mas espera-se que possa servir como fonte de consulta para outras pesquisas que tratem da mesma temática, visando, sobretudo, um maior aprofundamento em aspectos que não foram possíveis aprofundar neste estudo.

REFERÊNCIAS

ALGEBAIL, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina Faperj, 2009. p. 320.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013. p. 181.

ATTANASIO, O.; FITZSIMMONS, E.; GÓMEZ, A. **The impact of a conditional education subsidy on school enrollment in Colombia**. London: Institute for Fiscal Studies, 2005, (Report summary: famílias).

Disponível em: <http://www.ifs.org.uk/edepo/rs_fam01.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2017.

BAYEUX. Diretrizes de Serviços. Bayeux, PB: Conselho Municipal de Educação, 2016. p. 3-25.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/constituicaoaudio.html/constituicao-federal>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento social. Brasília: SECADI, 2014. Disponível em:

<http://www.fn-de.gov.br/web/formacao_pela_escola.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:

<<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional desenvolvimento da Educação.

Disponível em: <[HTTP://www.fn-de.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao](http://www.fn-de.gov.br/fnde-sistemas/sistema-siope-apresentacao)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

_____. Tribunal de Contas da União. Controle exercido por conselhos da assistência social no Brasil: políticas, recursos e controle. 3. ed. Brasília: TCU, 2013. p. 26-30.

BANGO, Julio. **Metodologias do trabalho social. Uruguai: A metodologia do programa Infamília**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008. p. 135-138.

BOURDIEU, Peirre. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Editoras Vozes, 1998. p. 42-58

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 7. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996. p. 99.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX:** O espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. p. 23-80.

DEMO, Pedro. **Educação pelo avesso:** assistência como direito e como problema. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.109.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.30.

FURTADO, Quêzia Vila Flor. **Jovens na educação jovens e adultos:** produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2015. p. 137.

GONSALVES, Elisa. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. p. 65-69.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 7. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 1998. p. 48.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira:** escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

MELO, Ademir Alves de. **Paraíba em números:** 2013 – indicadores socioeconômicos da Paraíba. João Pessoa: Editora UFPB, 2013. p. 52.

LIMA, Heitor Ferreira. **História do pensamento econômico no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 26-36.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos.** Petrópolis. RJ: DP ET Alí e FAPERJ, 2009. p. 146-148.

REGO, Walquíria Leão; REGO, Alessandro Pinzani. **Vozes do Bolsa Família:** autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 29.

RIVERO, Francisca. **Metodologias do trabalho social. Chile:** A metodologia do programa Puente. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008. p. 148.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 9-13

ROMANOVA, Z. **A expansão econômica dos Estados Unidos na América Latina.** Tradução de Frederico Pita. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira S.A. 1968. p. 2.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família:** verso e reverso. Campinas, SP: Papel Social, 2016. p. 103-107.

_____. **Caracterização e Problemática dos Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) na América Latina e Caribe.** In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Programas de Transferência de Renda na América Latina e Caribe.** São Paulo: Cortez, 2014. p. 85-232.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação.** São Paulo: Cortez, 1987. p. 31.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. V.1. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2009. p. 140.

WEBER, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. p.99.

ANEXOS

ANEXO A – Solicitação de autorização para pesquisa na EMEF Dr. Moacir Dantas

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA ESCOLA EMEF DR MOACIR DANTAS


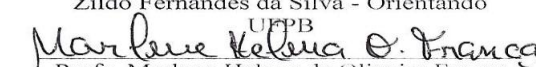
João Pessoa, 02 de maio de 2017.

Ao responsável pela Instituição “*lócus*” da pesquisa

Eu, Zildo Fernandes da Silva, responsável principal pela pesquisa intitulada: Os impactos do Bolsa Família no rendimento escolar dos alunos, vinculada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, venho pelo presente, solicitar autorização da Gestora da EMEF Dr Moacir Dantas para realizar pesquisa com o objetivo de realizar um estudo sobre o rendimento escolar dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família com os seguintes objetivos: avaliar os possíveis impactos dos alunos beneficiários cidadãos do programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família sobre o quadro do rendimento escolar; analisar a frequência escolar dos alunos beneficiários e os alunos não beneficiários; apresentar a percentagem de matrícula dos alunos beneficiários e não beneficiários; analisar a defasagem idade-ano dos alunos beneficiários; comparar as percentagens (frequências, aprovação, abandono e retenção) entre alunos beneficiários e alunos não beneficiários; trazer a visão do responsável escolar pelo acompanhamento do programa no cotidiano da escola; mostrar os percalços da contra partida civilizatória na educação do Bolsa Família; bem como, apresentar a operacionalização da gestão da condicionalidade educação do Bolsa Família. Este estudo está sob a orientação da Prof^ª Marlene Helena de Oliveira França

Na certeza de contar com a autorização desta instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,


Zildo Fernandes da Silva - Orientando
UEPB

Prof.ª Marlene Helena de Oliveira França
Coordenadora de TCC- FPB


Cláudia de Fátima da Silva
Diretora Adjunta
AUT. 227/2016

03.829.813/0001-87
Esc. Mun. E. F. Moacir Dantas
Rua Projetada, 5/N
INEP - 25113046
Paraíba

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, Cláudia de Fátima da Silva, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa “Os impactos do Bolsa Família no rendimento escolar dos alunos”. Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho “Os impactos do Bolsa Família no rendimento escolar dos alunos” terá como objetivo geral avaliar os possíveis impactos dos alunos beneficiários cidadãos do programa de transferência de renda condicionada Bolsa Família sobre o quadro do rendimento escolar.

Ao voluntário só caberá a autorização para responder ao questionário e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial, revelando os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.
- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número (083)98805-0720 – Zildo Fernandes da Silva.
- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.
- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Zildo Fernandes da Silva
Assinatura do pesquisador responsável

Cláudia de Fátima da Silva
Diretora Adjunta
Assinatura do Participante
AVG. 227/2016

Cláudia de Fátima da Silva

03.829.813/0001-87
Esc. Mun. E. F. Modelli Vantas
Rua Projetada, s/n
INEP-25113046
Paraíba



Assinatura Dactiloscópica
Participante da pesquisa

ANEXO C – Declaração do Operador Municipal Máster/MEC



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/SECAD

3.1 Declaração do Operador Municipal Máster

Declaro para os fins devidos, que aceito a função de Operador Municipal Master para operar o sistema para registro de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, responsabilizando-me pela veracidade dos registros efetuados neste Município, inclusive quando lançados por operadores municipais auxiliares e/ou operadores diretores de escola, nos casos dos cadastramentos desses operadores terem sido por mim efetuados.

22/03/2010
Data

Lilde Fernandes da Silva
Assinatura do Operador Indicado

4. Declaração do Gestor Municipal do sistema de frequência escolar, que nos termos do Art. 5º da Portaria Interministerial nº 3.789/2004, será o titular da Secretaria Municipal de Educação.

Declaro para os fins devidos, e em decorrência do cargo, o pleno conhecimento do conteúdo da Portaria Interministerial nº 3.789/2004 de 17 de novembro de 2004, bem como o compromisso de exercer na íntegra as atribuições contidas no seu artigo 6º, de forma a cumprir a condicionalidade da frequência escolar e viabilizar assim o Programa Bolsa Família em conformidade com Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família assinado pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

25/03/2010
Data

Maria Magdalena de Araújo Lima
Assinatura do Secretário Municipal de Educação e Cultura

Obs1: Anexar cópia do documento de nomeação do titular da Secretaria Municipal de Educação;

Obs2: Devolver à SECAD/MEC pelo Fax nº: (61) 2104-6247

5. Identificação do Município (novamente)

Nome do Município

BAIXO

Código IBGE 0501807 UF PARAIBA

Obs.: Anexar cópia do documento de nomeação do titular da Secretaria Municipal de Educação;



CARLOS ULYSSES
SERVIÇO NOTARIAL DO 1º OFÍCIO E REGISTRAL IMOBILIÁRIO DA ZONA SUL
TITULAR: Bel. Walter Ulysses de Carvalho
Av. Epitácio Pessoa, 105 - Centro - CEP: 53.013-000 - João Pessoa - PB
Fone: (33) 3222-0393 - Fax: (33) 3221-4927

Fico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido, em 14/03/2010, Art. 215 III do CPC.
João Pessoa/PB 26 de março de 2010.
CG - MARCOS MINITUS

ANEXO D – Ofício nº 482/10



**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Ofício nº 482/10

Bayeux, 12 de julho de 2010.

A 1ª Região de Ensino do Estado
Att. Sr. ANTONIO CALDAS
GERENTE DE ESTATÍSTICA

Solicitamos de V.S.a a mudança da senha do super usuário do Educar Censo do funcionário Suel de Amorim Porto CPF nº 473.412.544-91 para o funcionário Zildo Fernandes da Silva CPF nº 726.304.264-91, em virtude de remanejamento de setores.

Certo de seu pronto atendimento, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Prefeitura Municipal de Bayeux
Secretaria de Educação
MARIA MADALENA DE ARAÚJO

**Maria Madalena de Araújo
Secretária de Educação**

*Recebido
12/7/10
Célia*



ANEXO E – Portaria Interna nº 003/2011-GS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA INTERNA Nº 003 / 2011-GS


Bayeux, 03 de janeiro de 2011.

A **Secretária Municipal de Educação**, do município de Bayeux, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 48, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, c/c as disposições da Lei Municipal 1012/2006 do Sistema Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Zildo Fernandes da Silva**, para responder como Coordenador Adjunto da **Divisão de Registro da Vida Escolar do Aluno e Operador Master**, do Sistema Municipal de Ensino de Bayeux-PB.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.


MARIA MADALENA DE ARAÚJO LIMA
Secretária

ANEXO F – Portaria Interna nº 001/2014-GS

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA INTERNA Nº001/2014-GS**Bayeux, 06 de Junho de 2014.**

A Secretária Municipal de Educação, do município de Bayeux, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art.48, parágrafo único, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei 1.012/2006 do Sistema Municipal de Ensino.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Zildo Fernandes da Silva**, para responder como Coordenador do **Programa Bolsa Família na Educação**, do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.



Maria Gorete de Araújo Souza Costa
Secretária de Educação

Maria Gorete de Araújo Souza Costa
Secretária

ANEXO G – Calendário de Coleta/2017

Ministério da
EducaçãoCALENDÁRIO DO ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR
DO BOLSA FAMÍLIA 2017

Períodos de Referência (Ano/Mês)	Período de coleta e registro da Frequência Escolar do Bolsa Família			Quantidade de dias	
	Abertura para impressão de formulários	Abertura para registro da frequência escolar	ENCERRAMENTO (Fechamento do Sistema Presença)	Total de dias	Dias úteis
P17.1 (Fevereiro e Março)	16/03/2017	31/03/2017	28/04/2017	44	30
P17.2 (Abril e Maio)	18/05/2017	01/06/2017	30/06/2017	44	32
P17.3 (Junho e Julho)	18/07/2017	01/08/2017	25/08/2017	39	29
P17.4 (Agosto e Setembro)	19/09/2017	01/10/2017	30/10/2017	42	29
P17.5 (Outubro e Novembro)	17/11/2017	01/12/2017	22/12/2017	36	26

frequenciaescolar@mec.gov.br

(61) 2022-9171 - Atendimento das 7h30 às 19h30

 Tutorial Multimídia do Sistema Presença: <http://tutorial.presenca.mec.gov.br>


Ministério da Educação – MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI
Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania – DPEDHuC
Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar – CGAIE

ANEXO H – Lei 10.836/2004



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

Regulamento

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 132, de 2003

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela [Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001](#), do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#).

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de três benefícios por família; (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~III - o benefício variável, vinculado ao adolescente destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família. (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família; (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrízes, crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de cinco benefícios por família; e (Redação dada pela Medida Provisória nº 535, de 2011)~~

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

~~IV - o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)

~~a) tenham em sua composição crianças de zero a seis anos de idade; e~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)

~~b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)

~~IV - o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de 1 (um) por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:~~ [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

~~a) tenham em sua composição crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade; e~~ [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

~~IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente:~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

~~a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e~~ [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de 0 (zero) a 15 (quinze) anos de idade; e [\(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

~~II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento;~~ [\(Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007\).](#)

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

~~§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do caput será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).~~

~~§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do caput será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 (cem reais).~~

~~§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do caput poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do caput, observado o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 5º A família cuja renda per capita mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do caput, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~II - o benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 60,00 (sessenta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal per capita de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. (Redação dada pela Medida Provisória nº 570, de 2012)~~

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. (Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012)

§ 5º A família cuja renda familiar mensal per capita esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do caput deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.~~

~~§ 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito à vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.~~

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: (Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~I - contas correntes de depósito à vista; (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~II - contas especiais de depósito à vista; (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~III - contas contábeis; e (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do caput deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. (Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008)~~

~~§ 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo federal. (Redação dada pela Medida Provisória nº 570, de 2012)~~

§ 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do caput serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - contas correntes de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - contas especiais de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

III - contas contábeis; e [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

~~§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) **per capita**, e será calculado por faixas de renda. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) **per capita** e será calculado por faixas de renda. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) **per capita**. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)~~

§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) **per capita**. [\(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

~~§ 16. Caberá ao Poder Executivo: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~I - definir as faixas de renda familiar **per capita** e os respectivos valores a serem pagos a título de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, conforme previsto no § 15; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~II - ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar **per capita**, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~§ 16. Caberá ao Poder Executivo: [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~I - definir as faixas de renda familiar **per capita** e os respectivos valores a serem pagos a título de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, conforme previsto no § 15; e [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~II - ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar **per capita**, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar **per capita**, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)~~

§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar **per capita**, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. [\(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

I - (revogado); [\(Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

II - (revogado). [\(Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

§ 17. Os beneficiários com idade a partir de 14 (quatorze) anos e os mencionados no inciso III do caput deste artigo poderão ter acesso a programas e cursos de educação e qualificação profissionais. [\(Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

Art. 2º-A. A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do ~~caput~~ do art. 2º será estendido, independentemente da observância da alínea "a", às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III

~~do caput do art. 2º, igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita. (Incluído pela Medida Provisória nº 607, de 2013) (Vigência encerrada)~~

Art. 2º-A. A partir de 1º de março de 2013, o benefício previsto no inciso IV do caput do art. 2º será estendido, independentemente do disposto na alínea a desse inciso, às famílias beneficiárias que apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III do caput do art. 2º, igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) per capita. [\(Incluído pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

~~Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do art. 2º considerará setenta e cinco por cento de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007)~~

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do caput do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no [inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastro Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

~~Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.~~

~~Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. (Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012)~~

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações Orçamentárias existentes. [\(Redação dada pela Lei nº 12.817, de 2013\)](#)

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastro Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

~~§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Programa Bolsa Família. (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família—IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~I—medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~II—incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~III—calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~I—os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~II—os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~III—os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do § 2º, inciso I, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. (Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009)~~

~~§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)

~~§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a três por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado.~~ [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no caput serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o caput é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O art. 5º da [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"[Art. 5º](#) As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo [art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#)." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º.

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação" encerra-se em 31 de dezembro de 2011. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o caput do art. 1º.

Parágrafo único. A relação a que se refere o caput terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

~~Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.~~

~~— § 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Poder Executivo, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.~~

~~— § 2º Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita prevista neste artigo aplica-se, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada, anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.~~

Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

I - inserir ou fazer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 1º (Revogado). [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o caput fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente. [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no caput será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º, observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
José Dirceu de Oliveira e Silva



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO – CGE
COORDENAÇÃO DE INSPEÇÃO TÉCNICA ESCOLAR - CITE
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME

DIRETRIZES DE SERVIÇO 2016



06 - A reposição de aulas, por motivo de faltas do professor, deverá ser realizada no prazo máximo de trinta dias, a contar do dia da falta, para que as mesmas não sejam computadas pela Secretaria Municipal de Administração, gerando descontos salariais.

07 - A reposição de aulas deverá ser planejada pelo professor em ficha padrão (anexo), a ser entregue e certificada a sua execução pelo serviço de supervisão pedagógica da escola, que deverá arquivá-la em pasta específica, quando necessário poderá apresentá-la à Secretaria Municipal de Educação, para fins de comprovação do exercício profissional.

II – DAS MATRÍCULAS

08 – As matrículas para os alunos da escola e os novatos deverão ser efetuadas a partir do **dia 11 de janeiro de 2016**.

09 - Após trinta dias do início das aulas, a gestão da escola enviará à Secretaria Municipal de Educação, o quadro demonstrativo da matrícula inicial da escola no período de **11/03 a 15/03/2016**.

10 – A ficha individual do aluno deverá ter todos os campos devidamente preenchidos, datados e assinados no ato da matrícula, de acordo com as orientações dada pela Coordenação de Inspeção Técnica Escolar-CITE.

11 - Deverá ser encaminhado à Coordenação de Educação Especial, **o quadro dos alunos com necessidades especiais e/ou alunos com deficiência**, matriculados com seus respectivos dados pessoais, série/ano, turma e turno.

III – DA ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E ADMINISTRATIVA

12 – De **01 (dois) a 05 (cinco) de fevereiro** acontecerá a Semana Pedagógica para o Sistema Municipal de Ensino. Nessa oportunidade, deverão ser definidas ações educativas e realizada uma reflexão sobre práticas e metodologias pedagógicas.

13 – No dia **01 de março de 2016**, a Coordenação Geral de Educação realizará uma reunião com Diretores (as) e Supervisores (as) para tomarem conhecimento de todas as ações planejadas pela (s) escola (s) (projetos, seminários, palestras, eventos, etc.).

14 – O Planejamento Pedagógico Bimestral obedecerá aos dias estabelecidos no Calendário Escolar, não sendo computado como dia letivo.

15 - O diretor, o supervisor e o secretário escolar exercerão suas funções, cumprindo obrigatoriamente a carga horária com revezamento de turnos, o que possibilitará o funcionamento da escola nos horários de atividades acadêmicas.

16 - A jornada de trabalho dos ocupantes dos cargos de diretor (a), diretor (a) – adjunto (a) e secretário (a) escolar será de 40 (quarenta) horas semanais.

17 – O (a) professor (a) readaptado (a) exercerá, obrigatoriamente, função pedagógica e cumprirá a carga horária de professor. O (a) mesmo (a) deverá apresentar o projeto de trabalho à Secretaria de Educação.



18 – Os professores readaptados que estão em exercício nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM's), obrigatoriamente, deverão participar dos planejamentos pedagógicos, assim como, serem acompanhados pela equipe técnica da escola em que atuam.

19 - A jornada de trabalho a ser cumprida pelos técnicos: supervisores, orientadores, psicopedagogos e psicólogos será de 25 horas semanais, conforme Lei do PCCR. São atribuições dos técnicos:

Supervisor Escolar: Segundo a resolução do CME 028/2011, que estabelece normas para divisão de supervisão escolar do Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.

Psicopedagogo é o profissional que se preocupa com a aprendizagem do aluno. Segundo definição da Associação Brasileira de Psicopedagogia, o psicopedagogo lida com o processo de aprendizagem, seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio (família, escola e sociedade) no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios. Na clínica, com iniciativas de intervenção, e na instituição escolar com iniciativas de prevenção. Caso haja espaço e o psicopedagogo tenha habilitação em clínica ele poderá atuar com intervenções psicopedagógicas, porque não há nenhuma restrição contra essa prática. O mesmo não pode ocorrer ao psicólogo, que em vias de regras, não pode clinicar em espaço não conveniente ao paciente.

Psicólogo Escolar tem a missão de avaliar o desenvolvimento emocional e aplicar conhecimentos no campo da psicologia para os integrantes da comunidade escolar. Ele é responsável por diagnósticos e avaliação de distúrbios emocionais e de adaptação social. Também participa do projeto de planejamento da comunidade escolar e exerce outras atividades correspondentes.

Orientador Educacional é o profissional que se preocupa com a formação pessoal de cada estudante. Em parceria com o supervisor ele providencia, avalia e coordena os trabalhos pedagógicos com a equipe escolar, facilitando o processo de integração ensino-aprendizagem. Além de realizar outras atividades correlatas.

20 - A jornada básica de trabalho do ocupante do cargo de Professor é de 25 (vinte e cinco) horas semanais, distribuídas em 20 (vinte) horas-aulas e (5) cinco horas de atividades de acordo com o PCCR.

21 – O horário das aulas do turno matutino terá início às 7h00min e término às 11h30min (da Educação Infantil ao 5º Ano) e 11h50min (do 6º ao 9º Ano). O horário vespertino terá início às 13h00min e término às 17h30min (da Educação Infantil ao 5º Ano) e 17h50min (do 6º ao 9º Ano). O horário noturno terá início às 19h00min e término às 22h20min. Os intervalos serão de 30 (trinta) minutos para Educação Infantil ao 5º ano, 20 (vinte) minutos do 6º ao 9º ano e 15 (quinze) minutos para EJA.

22 - Fica determinado que os alunos não deverão ser dispensados por eventuais falta (s) de professor (es), bem como, em ocasiões que ocorram exercícios de verificação da aprendizagem ou como forma de punição antes do término do horário das aulas, exceto possíveis casos de violência, que deverão ser comunicados através de ofícios e relatórios encaminhados aos órgãos competentes.

IV – DO USO DO DIÁRIO DE CLASSE

23 - Os diários de classe deverão estar sempre preenchidos, atualizados, permanecendo na escola para os procedimentos pedagógicos e administrativos necessários.



24 - Será vetada ao professor, supervisor e demais funcionários da escola, a retirada do diário de classe do estabelecimento de ensino sem ordem documentada.

25 - É de extrema necessidade a permanência dos diários na escola para que possa atender a vistoria da Inspeção Técnica Escolar. Caso a escola não esteja de posse dos diários, será notificada e penalizada conforme a legislação pertinente.

26 - A Educação Infantil e o 1º, 2º, e 3º anos do Ensino Fundamental I terão diários específicos.

V – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

27 - A avaliação do rendimento escolar obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) Em caso de reprovação, o aluno terá direito ao Conselho de Classe, se tiver obtido média final entre 4,5 e 4,9, em no máximo 02 (duas) disciplinas, conforme resolução 042/2013.
- c) Obrigatoriedade dos estudos de recuperação, paralelos ao período letivo para os casos de alunos com notas inferiores a 7,0 (sete) e no caso da Educação de Jovens e Adultos, inferiores a 6,0 (seis). Atendendo às necessidades específicas do educando, de acordo com o disposto no art. 24, inciso V, da Lei 9394/96 e Resolução Nº 35/2013 do CME.
- d) **A avaliação no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental** terá caráter qualitativo garantindo os direitos de aprendizagem de cada ano, não devendo o aluno sofrer interrupção nos referidos anos desde que possua frequência regular durante o ano letivo cursado, em conformidade com a resolução 024/2011.
- e) O aluno do 1º, 2º ou 3º ano do Ensino Fundamental será retido, caso possua **frequência inferior a 75%**, em conformidade com a resolução 024/2011.
- f) A Secretaria de Educação realizará acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem das escolas do Sistema Municipal de Ensino.
- g) A Secretaria de Educação realizará acompanhamento das turmas do 4º ao 9º anos por meio do Quadro de Rendimento Bimestral, que deverá ser entregue 10 (dez) dias após o término do bimestre.
- h) As turmas do 4º ao 9º anos que apresentarem índice de reprovação de 15% no ano letivo corrente estarão com metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação para a redução de, pelo menos, 10%, as quais serão acompanhadas sistematicamente por meio de rendimento bimestral.

]



VI - ~~DOS NÍVEIS~~ ^{ANEXO} E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E ENSINO

1. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

28 - A oferta da Educação Infantil, segundo a Resolução 025/2011 do Conselho Municipal de Educação, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

29 - Para ingresso nas Unidades de Ensino que oferecem turmas de Educação Infantil IV e V, é pré-requisito a idade mínima de 04 (quatro) anos e 05 (cinco) anos respectivamente.

30 - A Educação Infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até 05 (cinco) anos de idade;

31 - O atendimento às crianças com deficiência será feito em estabelecimento da educação infantil, em sala regular, sob a orientação da Educação Especial.

32 - Crianças com deficiência que necessitem de cuidadora, deve ser solicitada através de ofício direto à Secretaria de Educação com a devida justificativa e documentação, caso exista. A criança será avaliada e acompanhada pelo CRIS.

33 - O planejamento da Educação Infantil será realizado de acordo com o calendário escolar estabelecido pela Coordenação Geral da Secretaria Municipal de Educação.

34 - O número de alunos não deverá ultrapassar 25 (vinte e cinco) alunos por turma e este limite deverá considerar o tamanho da sala.

35- As crianças atendidas pela Educação Infantil, **serão promovidas automaticamente** para o Ensino Fundamental de acordo com o Art. 31 da LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Parágrafo único - Em hipótese alguma, a escola deverá permitir a suspensão de aluno por indisciplina.

36 - Quanto à Educação Infantil:

- A rotina sistematizada pela Divisão da Educação Infantil deverá ser adotada por todas as creches e escolas.
- O horário deverá ser respeitado de acordo com a determinação da Secretaria Municipal de Educação:

CRECHES	ESCOLAS
Entrada: 07:00 hs - com tolerância de 30 minutos.	Manhã - 07:00 às 11:30 hs
Saída: 17:00 hs	Tarde - 13:00 às 17:30 hs

37 - Definição da faixa etária:

- a) Em consonância com a Resolução Nº 025/2011 do CME/BY as normas estabelecidas para idades de matrícula dos alunos da Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino da cidade de Bayeux - PB são:
 - I - Infantil I - 06 meses até 01 ano e 03 meses até 31 de março



- II - Infantil II – 01 ano e 04 meses até 02 anos até 31 de março;
- III - Infantil III - 03 anos até 31 de março;
- IV- Infantil IV - 04 anos até 31 de março;
- V- Infantil V - 05 anos - Crianças que nasceram entre 01 de abril e 31 de dezembro.

b) Fica estabelecido que as instituições não devem formar turmas mistas.

EX.: Infantil IV e Infantil V

38 – O Projeto **Sexta é Dia de Festa** é um projeto que foi implantado em 2013 em todas as Unidades de Ensino da Educação Infantil. As atividades desse projeto são QUINZENAIS (**exceto quando houver datas comemorativas especiais: FOLCLORE, DIA DAS MÃES, DIA DOS PAIS, SEMANA DA CRIANÇA, ETC**) e estão dentro do planejamento PADRÃO da Educação Infantil, portanto, devem ser desenvolvidas POR TODAS AS UNIDADES DE ENSINO.

2. DO ENSINO FUNDAMENTAL

39 – O Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, será oferecido com duração mínima de nove anos no turno diurno, conforme orientações abaixo:

- 1º ano do Ensino Fundamental com 06 anos de idade até 31 de março;
- 2º ano do Ensino Fundamental com 07 anos de idade até 31 de março;
- 3º ano do Ensino Fundamental com 08 anos de idade até 31 de março;
- 4º ano do Ensino Fundamental com 09 anos de idade até 31 de março;
- 5º ano do Ensino Fundamental com 10 anos de idade até 31 de março;
- 6º ano do Ensino Fundamental com 11 anos de idade até 31 de março;
- 7º ano do Ensino Fundamental com 12 anos de idade até 31 de março;
- 8º ano do Ensino Fundamental com 13 anos de idade até 31 de março;
- 9º ano do Ensino Fundamental com 14 anos de idade até 31 de março.

Parágrafo Único: Alunos com deficiência que nunca frequentaram a escola deverão ser matriculados na série que mais se aproximar da sua idade cronológica.

40 - O Ensino Fundamental do **1º ao 5º ANO terá** módulo-aula com duração de 60 minutos, **excluindo as horas reservadas ao intervalo.**

41 - O Ensino Fundamental do **6º ao 9º ANO** será oferecido nos períodos diurno e vespertino com módulo-aula de duração de 45 minutos.

42 - As turmas de Ensino Fundamental (**1º ao 9º ANO**) serão assim compostas:

- a) 1º ano – 25 (vinte e cinco) alunos (mínimo de 18 alunos);
- b) 2º ano – 25 (vinte e cinco) alunos (mínimo de 20 alunos);
- c) 3º ano – 25 (vinte e cinco) alunos (mínimo de 20 alunos);
- d) 4º ano – 30 (trinta) alunos (mínimo de 25 alunos);
- e) 5º ano – 30 (trinta) alunos (mínimo de 30 alunos);
- f) 6º ao 9º ano 35 – (trinta e cinco) alunos (mínimo de 30 alunos).

43 - Caso as turmas de Ensino Fundamental tenham alunos com deficiência, o número máximo de alunos será limitado em 25% por turma, de acordo com a série, ficando estabelecido o seguinte:

- a) 1º ano – 18 (dezoito) alunos;
- b) 2º ano – 22 (vinte e dois) alunos;
- c) 3º ano – 22 (vinte e dois) alunos;

- d) 4º e 5º anos – 25 (vinte e cinco) alunos;
- e) 6º ao 9º ano – 30 (trinta) alunos.

Parágrafo Único: Fica proibida a abertura de turmas com número de alunos inferior ao estabelecido.

2.1. DA MATRIZ DE HABILIDADES: “CONSTRUINDO O ALICERCE”

44 - A Matriz de Habilidades “Construindo o Alicerce” com base na Resolução 07/10 CNE e 024/11 CME – BY, implantada no ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, prevê conteúdos, procedimentos didáticos e organização da rotina para as séries estabelecidas, de acordo com o PNAIC. A Matriz de Habilidades terá os seguintes princípios didáticos:

- a) A rotina de sala;
- b) Avaliação contínua, a qual se dará mediante o alcance dos direitos de aprendizagens dos alunos para cada ano/série;
- c) O aluno não sofrerá retenção no 1º, 2º e 3º anos do Ensino Fundamental nas escolas do Sistema Municipal de Ensino, desde que possua frequência regular durante o ano letivo cursado;
- d) O aluno poderá sofrer interrupção no 1º, 2º e 3º anos, caso possua frequência inferior a 75%, a escola deve enviar um relatório justificando a retenção;
- e) Para atuar nos anos iniciais (1º, 2º e 3º anos), os professores deverão participar da formação continuada do PNAIC e, de preferência, devem ser professores efetivos;
- f) O processo avaliativo deverá garantir os direitos de aprendizagens no ciclo de alfabetização;
- g) O perfil das turmas do 1º ao 3º ano deverá ser encaminhado à Coordenação até o final do mês de fevereiro do corrente ano, baseado na sugestão de instrumento de acompanhamento da turma pelo PNAIC;
- h) No final do ano letivo, deverá ser encaminhado à Coordenação, o perfil final das turmas do 1º, 2º e 3º anos;
- i) Para acompanhamento do desenvolvimento do aluno, o professor deverá acompanhar sistematicamente os alunos por meio do diário de classe e de fichas bimestrais que deverão ser entregues a coordenação do Ensino Fundamental;
- j) Ao final do ano letivo, os professores do 1º ao 3º ano serão avaliados pela equipe técnica da escola e esta deverá enviar relatório a Secretaria de Educação;
- k) Os alunos dos 2º anos terão avaliações externas, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre, em leitura e escrita e matemática (Provinha Brasil);
- l) Ao final do 3º ano, todos os alunos farão uma avaliação externa coordenada pelo INEP - ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), com o objetivo de avaliar o nível de alfabetização alcançado pelas crianças ao final do ciclo. Esta será mais uma maneira do Sistema analisar o desempenho das turmas e adotar as medidas e políticas necessárias para aperfeiçoar o que for necessário.



3. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

45- A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental na idade própria.

46- De acordo com a Resolução Nº 035/2012 – CME, no Art. 8º, o ingresso de aluno em curso de Educação de Jovens e Adultos para as séries do Ensino Fundamental está condicionado à idade mínima de:

- I – 1ª e 2ª Etapas – (1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental) 15 anos completos;
- II – 3ª Etapa – (5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental) 15 anos completos;
- III – 4ª Etapa – (7ª e 8ª séries do Ensino Fundamental) 16 anos completos.

47 - As turmas de Educação de Jovens e Adultos, com ensino presencial, serão formadas atendendo aos limites de:

- a) Mínimo de 20 (vinte) alunos;
- b) Máximo de 40 (quarenta) alunos.

Parágrafo Único: Fica proibida a abertura de turmas com número de alunos inferior ao estabelecido.

48 - A Educação de Jovens e Adultos será oferecida no turno noturno com o módulo-aula do 1º segmento de 45 (quarenta e cinco) minutos e 2º segmento de 40 (quarenta) minutos, nas escolas do Sistema Municipal de Ensino abaixo:

- E.M.E.F Assis Chateaubriand
- E.M.E.F Berenice Ribeiro Coutinho
- E.M.E.F João Jacinto
- E.M.E.F Joaquim de Brito
- E.M.E.F José Ribeiro de Moraes
- E.M.E.F Luciano Ribeiro de Moraes
- E.M.E.F Maria das Neves Lins
- E.M.E.F Maria do Carmo da Silveira
- E.M.E.F Moacir Dantas
- E.M.E.F Tancredo Neves

49 – A Educação de Jovens e Adultos será desenvolvida através de curso de suplência para o Ensino Fundamental, cujo plano deverá proporcionar educação equivalente às séries do Ensino Fundamental regular, assim constituído:

- a) 1ª Etapa – com equivalência a 1ª e 2ª séries – duração anual.
- b) 2ª Etapa – com equivalência a 3ª e 4ª séries – duração anual.
- c) 3ª Etapa – equivalente a 5ª e 6ª séries – duração de dois semestres letivos.
- d) 4ª Etapa – equivalente a 7ª e 8ª séries – duração de dois semestres letivos.

50 - A organização curricular da 1ª e 2ª etapas contemplará às orientações para o 1º segmento do Ensino Fundamental da Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos.



51 - A organização curricular da 3ª e 4ª etapas contemplará às orientações para o 2º segmento do Ensino Fundamental da Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos.

52 - Concluídas a 1ª e 2ª etapas, com equivalência às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, ao aluno será dado o direito de prosseguir seus estudos no sistema de ensino, em caráter regular ou supletivo, no turno noturno, conforme o Art. 38 da Lei 9394/96.

53 - Concluídas a 3ª e 4ª etapas, com equivalência às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, ao aluno será dado o direito de prosseguir seus estudos no sistema de Ensino, em caráter regular ou supletivo, conforme o Art. 38, da Lei 9394/96.

54 - A certificação (histórico escolar) de conclusão da 4ª etapa, com equivalência ao Ensino Fundamental completo, será expedida pela escola, na qual o aluno concluiu.

55 - A alfabetização de jovens e adultos será oferecida pelo Sistema Municipal de Ensino, por meio de convênio de cooperação mútua, celebrados entre as instituições autárquicas Municipais, Estaduais, Federais, ONGs e outras e a Prefeitura Municipal de Bayeux, firmado em 05 de abril de 2004.

56 - A avaliação do desempenho escolar do educando, respeitada à legislação vigente, fundamentar-se-á na aprendizagem progressiva e a recuperação é contínua e paralela.

57 - Na avaliação serão atribuídas notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para cada exercício e/ou atividade, sendo considerado aprovado e apto a matricular-se na série/semestre seguinte, o educando que obtiver a média 6,0 (seis), por componente curricular.

58 - O educando que após estudos de recuperação não obtiver média a 6,0 (seis), será submetido à prova final, devendo obter no mínimo a média 5,0 (cinco) para aprovação, de acordo com a Resolução 06/2007 do CME.

Observação: A média final resulta da média aritmética da síntese dos bimestres, mais o resultado da avaliação final, dividido por 02 (dois), cuja média mínima para aprovação deverá ser equivalente a 5,0 (cinco).

59 - Caberá à Secretaria de Educação, por intermédio da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, oferecer assessoramento técnico e pedagógico à implantação e implementação de ações relativas à Educação de Jovens e Adultos.

4. DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

60 - A Educação Especial é uma modalidade transversal de educação básica que permeia todos os níveis, etapas e modalidades da educação, por meio da realização do Atendimento Educacional Especializado - AEE, definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e/ou suplementar



de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com deficiência, orientando e colaborando com a educação regular.

61- Para a efetivação do AEE, as escolas dispõem de:

- a) **As Salas de Recursos Multifuncionais** são espaços destinados à oferta do AEE, organizadas com mobiliários e recursos específicos para o atendimento aos alunos, público alvo da educação especial, sendo ofertado em horário oposto ao ensino regular, com métodos e técnicas próprios.
- b) **Atendimento Educacional Especializado** é um serviço da educação especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, de forma complementar e/ou suplementar à formação do aluno, visando sua autonomia na escola e fora dela. (SEESP/MEC, 2008). O AEE destinado aos **portadores de deficiência** é oferecido preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208 da CF), constitui-se oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e sua matrícula está condicionada à matrícula no ensino regular. O atendimento deverá ser realizado em horário oposto conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e no Decreto Nº 6.571/2008 que ratifica a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, onde o professor será acompanhado pela escola e a Coordenação de Educação Especial.
- c) **O AEE na Educação Infantil** expressa-se por meio de serviços de intervenção precoce, que objetivam otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem, em interface com os serviços de saúde e assistência social.
- d) **O profissional que atua no AEE** deve ser efetivo, com formação específica em cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou a nível de especialização, que orienta-se pela realização do estudo de caso, elaborado por ele em articulação com o professor do ensino regular e outros profissionais que ele em articulação com o professor do ensino regular e outros profissionais que convivem com esse aluno no contexto escolar. Ele acompanha a trajetória acadêmica de seus alunos, no ensino regular, a partir do plano de AEE elaborado em função das necessidades específicas do aluno. Sendo necessária a sua permanência por um período mínimo de atuação de dois anos consecutivos, para não haver interrupções nas etapas e avanços do aluno.
- e) Os (as) professores (as) que estão em Salas de Recursos Multifuncionais, obrigatoriamente, terão que participar dos planejamentos estabelecidos pela Secretaria de Educação e por cada unidade escolar.

62 - Escolas contempladas com salas de recursos Multifuncionais:

- | | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| • E.M.E.F Airton Ciraulo | • E. M. E. F. Jaidê Rodrigues |
| • E.M.E.F Assis Chateaubriand | • E.M.E.F Jaime Caetano |
| • E.M.E.F Berenice Ribeiro Coutinho | • E.M.E.F Joana Fortunato de Souza |
| • E.M.E.F Dom Helder Câmara | • E.M.E.F João Belmiro |
| • E.M.E.F Fernando Cunha Lima | • E.M.E.F João Jacinto |
| • E.M.E.F Flávio Ribeiro Coutinho | • E.M.E.F Joaquim de Brito |
| • E.M.E.F Helena Hardman Pires | • E.M.E.F Joaquim Lafayette |



- E.M.E.F José Ribeiro de Moraes
- E.M.E.F Luciano Ribeiro de Moraes
- E.M.E.F Maria das Neves Lins
- E.M.E.F Maria do Carmo da Silveira
- E.M.E.F Maria José Pinto de Lima
- E.M.E.F Moacir Dantas
- E.M.E.F Otilio Ciraulo
- E.M.E.F Pascoal Massílio
- E.M.E.F Ruy Carneiro
- E.M.E.F Tancredo Neves

63 - **O Serviço de Itinerância** atua dando apoio e atendimento especializado, através de orientações e monitoramentos às escolas, familiares dos alunos com deficiência e aos profissionais que convivem com o aluno direta ou indiretamente.

64 - **O monitor** de Educação Especial é um profissional com formação mínima em docência que auxilia o professor regente, buscando contribuir com o desenvolvimento do aluno com deficiência, tanto pedagogicamente, como no deslocamento em todos os espaços da escola.

65 - **O cuidador** de Educação Especial é um profissional que acompanha o aluno com alto grau de comprometimento, de forma individualizada e auxilia na alimentação, higiene, locomoção nos diversos ambientes escolares, de forma a facilitar sua mobilidade.

66 – **Procedimentos de encaminhamento para a ocupação do cargo de Monitor e/ou Cuidador às Unidades Escolares:** a unidade escolar deverá solicitar, quando houver necessidade, à Secretaria de Educação esses profissionais e esta encaminhará à Coordenação de Educação Especial a situação para avaliação.

67 – **As ações de Formação Continuada**, promovida pela **Coordenação de Educação Especial** serão realizadas por áreas específicas para profissionais do Sistema Municipal de Ensino, através de cursos com estratégias de ensino inclusivo, respeitando o número de vagas oferecidas e atendendo às especificidades.

68 – As unidades escolares devem desenvolver ações que viabilizem o processo de construção do Sistema Educacional Inclusivo, em parceria com a Coordenação de Educação Especial, de acordo com as diretrizes nacionais.

69 - As unidades escolares devem prever em suas propostas pedagógicas ações com estratégias específicas e atividades que garantam o desenvolvimento do aluno no que se refere às suas habilidades e potencialidades, de forma que a **avaliação** seja acompanhada de relatório e/ou portfólio, devendo ser anexado ao diário de classe e na ficha individual.

5. DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE NORMAL

70 - O Curso Normal de Nível Médio deve ser organizado com carga horária de 3.200 horas distribuídas em quatro anos, destinado à formação de professores de Educação Infantil e dos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, conforme Art. 93 da Lei 1012/2006.



71 - As turmas do Curso Normal na Modalidade Médio, com ensino presencial, serão formadas atendendo aos limites de:

- a) Mínimo de 20 (vinte) alunos;
- b) Máximo de 40 (quarenta) alunos.

Parágrafo único: Fica proibida a abertura de turmas com número inferior ao número de alunos ao estabelecido.

72 - O ano letivo terá a duração determinada pela legislação vigente e em conformidade com o Sistema Municipal de Ensino.

73 - A matrícula far-se-á segundo as normas da escola, baseada no Regimento Escolar e de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema Municipal de Ensino.

6. DA EDUCAÇÃO FÍSICA

74 - Os professores de Educação Física Escolar deverão cumprir carga horária de 20 (vinte) h/aulas em suas respectivas escolas, acrescido de 05 (cinco) horas de planejamento semanal, contudo, poderão complementar sua carga horária normal com treinamento de equipes desportivas, orientando-se pelos seguintes procedimentos:

- a) Para cada professor, o limite de horas semanais de treinamento não poderá exceder a 8 horas;
- b) O professor só será liberado para tal hipótese de complementação de carga horária com treinamento, após uma avaliação técnica da Coordenação de Educação Física Escolar junto à Secretaria de Educação do município;
- c) As horas destinadas ao treinamento de equipes deverão ser oferecidas em horário e/ou turmas diferentes dos horários regulares do aluno, devendo o trabalho ser efetivamente comprovado com a participação das equipes em eventos desportivos internos e/ou externos;
- d) A direção da escola deverá encaminhar à Coordenação de Educação Física Escolar desta Secretaria, a relação dos professores com horas de treinamento nas modalidades desportivas, até 30 de março do ano corrente.

75 - A **Formação Continuada** para os professores de Educação Física do sistema promovida pela Coordenação de Educação Física Escolar será realizada no período de 09 (nove) meses (mensalmente), sendo obrigatória a participação de todos os professores da respectiva disciplina. A formação continuada divide-se em eixos temáticos específicos a área, entre eles: didática aplicada à educação física, abordagens metodológicas da educação física, sensorialidade, expressão corporal, jogos, lutas, danças, praxiologia dos movimentos, educação física para alunos com deficiência. A formação continuada tem o intuito de colaborar na construção e reconstrução dos saberes docentes, colaborando assim em sua *práxis*, com intenção ainda de construir, coletivamente, a nova proposta de ensino da Educação Física Escolar do município.

76 - A educação física escolar da cidade de Bayeux contemplará a **Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e a EJA.**



77 - A educação física do **Ensino Fundamental I** não deverá, sobre qualquer hipótese, ser avaliada quantitativamente.

78 - A Coordenação de Educação Física Escolar é responsável pelo monitoramento, direcionamento e orientações sistemáticas junto aos professores de Educação Física em seu âmbito de trabalho, buscando estabelecer um retorno em tais responsabilidades.

79 - A Educação Física Escolar do Sistema Municipal de Ensino será contemplada com eventos de **pontos de culminância** das ações elaboradas, trabalhadas, realizadas e construídas dentro das escolas do município. Eventos como: Semana da Alimentação Saudável, Mostra de Brincadeiras Populares, Festival de Ginástica Rítmica, Etapas Escolares Municipal do Programa Atleta na Escola, Jogos escolares, Festival Esportivo da EJA, Festival Esportivo Especial. Eventos nos quais, de responsabilidade da Coordenação de Educação Física Escolar.

7. DO ENSINO RELIGIOSO

80 - O Ensino Religioso faz parte da grade curricular do ensino fundamental I e II e da EJA, nas escolas do município. Os eixos temáticos do ensino religioso são: Culturas e Tradições, Teologias, Textos Sagrados (orais e escritos), Ritos e Ethos.

81 - A **Coordenação de Ensino Religioso** participará da orientação e capacitação dos professores das unidades escolares do Ensino Fundamental I e II, bem como da Educação de Jovens e Adultos, juntamente com os diretores dessas unidades.

82 - Os parâmetros utilizados na implantação e ministração dos eixos temáticos serão utilizados a partir do CONER (Conselho Nacional de Ensino Religioso) e FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), em conformidade com a Lei 9475/97 das Leis de Diretrizes e Bases, assim como em consonância com a Lei Municipal Promulgada (Lei nº 1.133/2008) e a Resolução do CME Nº 038/2003.

83 - Conforme Resolução do Conselho Municipal, os professores deverão ser do Sistema Municipal, participantes da capacitação permanente e que tenham Licenciatura na área das Ciências Humanas.

84 - Os professores que estarão à frente do Ensino Religioso, estarão automaticamente vinculados ao programa de capacitação permanente de Ensino, que dará subsídios aos professores de ordem acadêmica e estrutural, da teoria a prática.

85 - A Formação Continuada acontecerá mensalmente, as quartas feiras, no período de 08 (oito) horas.

86 - A avaliação do Ensino Religioso deverá ser feita a partir de conceitos, obedecendo às seguintes nomenclaturas: S= Satisfatório, B= Bom e PM= Precisa Melhorar. Não havendo reprovação, já que se trata de aula em caráter facultativo.



VII – DA COORDENAÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR

87 - Compete a Coordenação de Gestão Escolar coordenar os trabalhos dos Gestores Escolares lotados na Secretaria, prestando serviço nas Unidades Escolares, conforme o Art. 22 da Lei 1012/2006.

88 - A Coordenação de Gestão Escolar oferecerá, através da Secretaria de Educação, formação continuada aos gestores no corrente ano.

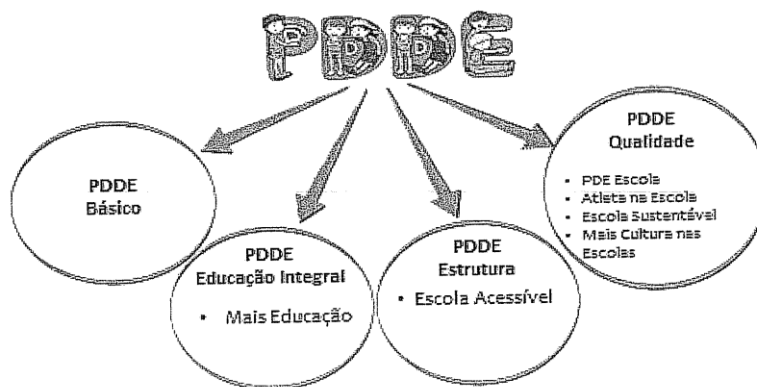
VIII – DOS PROJETOS E PROGRAMAS

89 - Implementar projetos e programas tais como: Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE), PDE – Escola (Plano de Desenvolvimento da Escola), Programa Mais Educação, Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM URBANO), Programa Saúde nas Escolas (PSE), Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), Núcleo de políticas educacionais visando o desenvolvimento do município.

1. DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – PDDE

90 - O programa engloba várias ações e objetiva a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Ações financiáveis



- PDDE – Básico

O recurso é repassado uma vez por ano e seu valor é calculado com base no número de alunos matriculados na escola segundo o Censo Escolar do ano anterior. O dinheiro destina-se à aquisição de material permanente; manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar; aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola; avaliação de aprendizagem; implementação de projeto pedagógico; e desenvolvimento de atividades educacionais.

• **PDDE – Educação Integral (Mais Educação /Escola Aberta)**

Mais Educação - Destinado à adoção de educação integral pelas escolas, com a oferta de, no mínimo, sete horas diárias de aula e reforço de atividades de aprendizagem, lazer, artísticas e culturais, entre outras.

Escola Aberta – Incentivo e apoio a abertura das escolas nos finais de semana, proporcionando o desenvolvimento de diversas oficinas, com o intuito de fortalecer a convivência com a comunidade. Os recursos destinam-se para transporte e alimentação dos monitores, para a contratação de serviços e para a compra de material permanente e de consumo necessários para o desenvolvimento das atividades de educação integral.

• **PDDE – Escola Acessível**

Disponibiliza recursos às escolas contempladas pelo Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais para promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. No âmbito deste programa são financiáveis as seguintes ações: Adequação arquitetônica: rampas, sanitários, via de acesso, instalação de corrimão e de sinalização visual, tátil e sonora; aquisição de cadeiras de rodas, recursos de tecnologia assistiva, bebedouros e mobiliários acessíveis.

• **PDDE – PDE Escola**

Plano de Desenvolvimento da Escola é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e seu objetivo é auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros destinados a apoiar a execução de todo ou parte do seu planejamento.

• **PDDE – Atleta na Escola**

Destina recursos às escolas com o objetivo de incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

• **PDDE – Escola Sustentável**

Prevê recursos a serem empregados na melhoria da qualidade do ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental, considerando a gestão, o currículo, o espaço físico e a relação com a comunidade.

• **PDDE – Mais Cultura**

Destina recursos financeiros de custeio e capital a escolas públicas da rede municipal que tiveram seus planos aprovados e os alunos registrados no censo escolar do ano anterior ao do repasse, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), a fim de assegurar a realização de atividades culturais no âmbito do Programa Mais Cultura nas Escolas.

2. DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO (PME)

91 - Participam do Programa Mais Educação em Bayeux, as escolas que foram selecionadas pelo Ministério da Educação – MEC.



- a) O NUPPEI – Núcleo de Políticas Públicas de Educação Integral ficará responsável pela execução pedagógica dos programas indutores da educação integral, como também por projetos educacionais voltados para atividades artísticas culturais e de leitura e escrita na rede municipal de ensino;
- b) Participam do PME as 28 (vinte e oito) escolas do Sistema Municipal de Ensino com Ensino Fundamental, cuja jornada ampliada de tempo mínimo de 07 (sete) horas diárias na escola, com espaços e oportunidades educativas que qualifiquem o processo educacional e melhoria do aprendizado dos estudantes;
- c) O Comitê Local de cada escola será formado por Diretor Escolar, Presidente do Conselho Escolar, Professor Comunitário, Supervisor Escolar e Pai de Aluno;
- d) O Professor Comunitário deverá ter a disponibilidade de tempo para jornada ampliada de trabalho de 20h ou 40h semanais, podendo ser professor ou técnico pedagógico da escola, com escolaridade nível superior e coordenará todas as atividades/oficinas, junto aos oficineiros;
- e) A Remuneração do Professor Comunitário deverá ser contrapartida do município e a ajuda de custo com despesas de transporte e alimentação dos monitores/oficineiros é contrapartida do MEC;
- f) As atividades de monitoria, no campo das ciências deverão ser desempenhadas, por estudantes universitários de formação específica e as demais atividades por pessoas habilitadas com experiências comprovadas;
- g) Não é permitida a participação de professores da própria escola para atuarem como monitores e nem participação de alunos de séries mais avançadas;
- h) O ressarcimento de despesas de transporte e alimentação de monitores fica limitado ao máximo de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais por escola, fixando-se o número máximo de cinco turmas de trinta alunos por monitores, conforme a seguir: 01 turmas R\$ 80,00, 02 turmas R\$ 160,00, 03 turmas R\$ 240,00, 04 turmas R\$ 320,00 e 05 turmas R\$ 400,00;
- i) O oficineiro poderá pegar no máximo dez (10) turmas junto às escolas municipais; A oficina de Orientação de Estudos em Leitura terá o número máximo de 15 (quinze) alunos, prioritariamente do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, podendo o oficineiros trabalhar com até 10 (dez) turmas. Os demais oficineiros poderão trabalhar com até 05 (cinco) turmas por escolas e até 10 (dez) turmas no município.
- j) O trabalho será voluntariado com base no termo de adesão (modelo do MEC) assinado e arquivado na escola;
- k) O monitor não deverá ter vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal;
- l) As escolas oferecerão duas refeições diárias, que deverão atender às exigências nutricionais dos estudantes;



- m) A prestação de contas terá o mesmo procedimento de todas as prestações de contas dos recursos provenientes do PDDE/PDE, onde cada escola deverá procurar o Setor de Convênios e Programas da Secretaria de Educação, para efetuarem suas respectivas prestações de contas;
- n) As atividades do PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar e/ou em espaços disponíveis fora dela, através de parcerias;
- o) O planejamento do PME comicineiros e Professores Comunitários deverá ser realizado semanalmente ou quinzenalmente nas escolas com a participação da equipe técnico-administrativa.
- p) Os profissionais do PME deverão participar do planejamento pedagógico bimestral de cada escola;
- q) A avaliação e supervisão dos programas indutores da Escola Integral serão realizadas pelo NUPPEL.

3. DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA)

92 – O Programa Brasil Alfabetizado visa contribuir para a universalização do ensino fundamental, promovendo apoio às ações de alfabetização de Jovens (com 15 anos ou mais), Adultos e Idosos nos Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio das transferências de recursos financeiros, em caráter suplementar, aos entes federados que aderiram ao programa e por meio do pagamento de bolsas-benefício a voluntários.

São beneficiários: Voluntários: Alfabetizadores, Tradutores intérpretes de LIBRAS; Coordenadores de turmas.

- a) O PBA funcionará nas Escolas Municipais que atuam com a modalidade EJA, sendo os egressos do Programa encaminhados em continuidade à etapa da alfabetização, para cursos da Educação de Jovens e Adultos;
- b) As formações das turmas serão de responsabilidade exclusiva dos alfabetizadores cadastrados;
- c) Sua duração será de 8 (oito) MESES seguidos (não observando o calendário normal);
- d) Número de dias de aulas por semana: 4 (quatro) DIAS (de segunda à quinta-feira);
- e) Carga horária semanal: 10 (dez) HORAS, com 2,5h diárias, dinamizando as aulas, através de estudos em sala e atividades extraclasse;
- f) O horário de funcionamento será de acordo com a necessidade do aluno;
- g) Os alfabetizandos serão avaliados diariamente, através de produções escritas, mensalmente, pelos alfabetizadores que registrarão os resultados em relatórios;
- h) Os registros de frequência, planejamento das atividades, bem como dados e documentos relacionados ao Programa, serão de responsabilidade do ALFABETIZADOR, que repassará para seu coordenador específico do programa;
- i) As turmas (unidades) serão visitadas e supervisionadas por coordenadores específicos;
- j) Os alfabetizandos terão direito a merenda escolar;
- k) Os alfabetizadores e coordenadores de turmas serão selecionados por meio de chamada pública.



4. DO PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS (PROJOVEM URBANO)

93 - O Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem - foi criado como ação integrante da Política Nacional de Juventude do Governo Federal em 2005, em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo como meta atuar nas capitais brasileiras e no Distrito Federal.

94 - Com o sucesso do programa e o interesse dos parceiros (municípios e estados), o Governo Federal decidiu ampliá-lo como compromisso na luta contra as desigualdades e a exclusão social, bem como de confiança na força e na potencialidade da juventude brasileira, mudando a nomenclatura do programa de Projovem para Projovem Urbano, no ano de 2008.

95 - Ao integrar Ensino Fundamental, Qualificação Profissional e Participação Cidadã, o Projovem Urbano oferece oportunidade para que os jovens experimentem novas formas de interação, se apropriem de novos conhecimentos, reelaborem suas próprias experiências e sua visão de mundo e, ao mesmo tempo, se reposicionem quanto à sua inserção social e profissional.

96 - O Projovem Urbano, a princípio, acontecerá em apenas uma escola (núcleo) do município, mais precisamente, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria José Pinto de Lima, com a estimativa de atender cerca de 200 (duzentos) jovens, oferecendo-lhes a oportunidade de concluir o ensino fundamental, ter acesso à informática e a uma qualificação profissional, bem como o desenvolvimento de atividades cidadãs voltadas para a própria comunidade.

97 - Fará parte da coordenação do Projovem Urbano, no município de Bayeux, um (a) coordenador (a)-geral, um (a) assistente pedagógico (a) e um (a) assistente administrativo (a). Quanto ao corpo docente, um (a) professor (a) de língua portuguesa, um (a) professor (a) de matemática, um (a) professor (a) de ciências naturais, um (a) professor (a) de ciências humanas, um (a) professor (a) de língua inglesa, um (a) professor (a) de qualificação profissional e um (a) professor (a) de participação cidadã. Além de uma merendeira, uma cuidadora e um (a) intérprete de libras.

5. DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)

98 - O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. A proposta do PSE é centrada na gestão compartilhada por meio dos Grupos de Trabalho Intersetoriais (GTI) e da participação ativa dos educadores, equipe técnica da escola, Equipe de PSF, na realização e fortalecimento das ações. Atualmente, 50 (cinquenta) Instituições Públicas de Ensino no município de Bayeux estão pactuadas no Programa Saúde na Escola, divididas em 29 (vinte e nove) Escolas Municipais, 09 (nove) Creches e 13 (treze) Escolas Estaduais, para serem atendidas por 28 (vinte e oito) Equipes de Saúde da Família, com o apoio do NASF (NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA).

99 - É necessário o número do CARTÃO SUS do (a) aluno (a) para que seja realizado o atendimento pela equipe do PSF nas escolas.

100 - Para o alcance de METAS é necessário que sejam realizadas as ações essenciais do COMPONENTE II:



- I - Promoção da alimentação e modos de vida saudáveis;
- II - Prevenção das DST/AIDS, abordagem da temática saúde reprodutiva (alunos a partir dos 10 anos);
- III - Ações de prevenção ao uso do álcool, tabaco, crack e outras drogas (alunos a partir dos 10 anos);
- IV - Promoção da cultura de paz e direitos humanos;
- V - Criação de grupos intersetoriais (saúde/educação), de discussão de ações de saúde mental no contexto escolar;
- VI - As temáticas do PSE precisam ser inseridas no PPP da escola;
- VII - Estabelecer cronograma mensal para realização das atividades;
- VIII - Fortalecer o protagonismo juvenil com a seleção de alunos para serem multiplicadores;
- IX - Promover o dia da saúde na escola, com o objetivo de apresentar a comunidade o desenvolvimento das ações do PSE na escola;
- X - Preencher o mapa consolidado a partir de cada ação realizada, para inserção dos dados no SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle);
- XI - Enviar fotos das ações realizadas para o e-mail do programa: pse_by@hotmail.com.

6. DO PROGRAMA SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS (SPE)

101 - O programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) tem como base, hoje, um dos componentes obrigatórios do Programa Saúde na Escola para ser alimentado no Sistema do SIMEC. Ações integradoras da Saúde e da Educação e pactuado com a PAM pela Coordenação de DST/HIV/AIDS do município com parceria direta com os Governos do Estado e Federal, de acordo com os princípios e diretrizes que os fundamentam desde 2003, bem como para consolidação de uma política de prevenção e promoção à saúde nas escolas.

102 - O compromisso político somado ao envolvimento da comunidade ao SPE viabilizará, no âmbito escolar e as instâncias representativas da sociedade, o planejamento integrado e as realizações de ações educativas contempladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tendo como principais abordagens pelos educadores em sala de aula, de forma contínua no decorrer dos dias letivos durante o ano em curso, com temáticas Sociais tais como: Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva, Adolescências: Juventudes e Participação, Álcool, Tabaco e Outras Drogas, Raças e Etnia, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Alimentação Saudável, Saúde Bucal, entre outros.

103 - Ações Permanentes contempladas na implementação do SPE para cada ano, tais como:

- a) Jornada Educativa – Formação continuada voltada para os profissionais de Educação e Saúde efetivos com carga horária de 40 horas/aulas;
- b) Planejamento com todo corpo docente na escola com a coordenação para colocar em prática em sala de aula, obedecendo ao cronograma de aplicação das temáticas sociais contempladas tanto no SPE/PSE;
- c) Participação no Encontro de Educadores;
- d) Participação de Alunos no Encontro de Protagonista Juvenil;
- e) Culminância de trabalhos práticos de cada temática realizada sempre no final de cada mês e registrá-la em relatório enviado para a coordenação e para o e-mail: pse_by@hotmail.com;
- f) Distribuição obrigatória periódica (Mensal) do preservativo masculino para alunos maiores de 12 anos e que tenham vida sexualmente ativa.



IX – DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO (PBF)

104 – A condicionalidade é a forma de garantir às Famílias Beneficiárias o acesso a serviços básicos nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. Na Educação, implica reduzir o indicador de evasão e regularizar a trajetória escolar, permitindo melhores médias de frequência e aprovação e menor defasagem idade-série para os Alunos das Famílias Beneficiárias. Para isto, utiliza a ferramenta Sistema Presença (Projeto Presença/MEC) para o Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF que foi desenvolvido em uma plataforma *Web-World wide web* a fim de permitir o acesso ao Sistema em todas as regiões do País.

105 – Ações a serem realizadas na escola:

- I - Coletar dados (motivo da baixa frequência e número das faltas: dias letivos - Fundamental I - ou número de aulas de português e/ou matemática - Fundamental II) para o cálculo da frequência periódica do aluno que ocorrem cinco coletas por ano (Fevereiro e Março; Abril e Maio; Junho e Julho; Agosto e Setembro; Outubro e Novembro);
- II - Enviar relação de alunos que não estejam inseridos no Sistema Presença da escola para o correio eletrônico (*e-mail*) **projeto_presenca@hotmail.com** ou através do formulário digitalizado padronizado pela Coordenação do PBF na Educação;
- III - Emitir um Termo de Responsabilidade destinado ao responsável familiar para informar a baixa frequência do aluno beneficiário para cada período de coleta de frequência, que contem dois meses para cada coleta. Isto quando a frequência for **INFERIOR a 85%** para alunos de **6 a 15 anos e 75%** para alunos de **16 e 17 anos**;
- IV - Emitir uma Declaração Escolar padronizada pela Coordenação PBF na Educação quando o responsável familiar solicitar para efetuar Recadastramento na Secretaria de Ação Social (PBF - Programa Bolsa Família);
- V - **Art. 56. (ECA – Estatuto da Criança e Adolescente)** “Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de: II - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares”.

X – DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL (NTM)

106 – São objetivos do NTM:

- I - Oportunizar, sensibilizar e motivar educadores para integrar mídias e tecnologias ao processo pedagógico contribuindo para a construção do conhecimento, onde professores e alunos busquem um universo cada vez maior de informações que possibilitem aprender a aprender, pensar com os outros e consigo mesmo;
- II - Discutir, implantar e gerir políticas do uso das TIC na rede municipal de ensino;
- III - Sensibilizar e motivar as escolas para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);
- IV - Formar professores, gestores e técnicos escolares, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação inovadora e de qualidade;
- V - Desenvolver programa de formação continuada, organizado no formato de cursos, oficinas e eventos para os educadores, dinamizadores e multiplicadores para o uso pedagógico das TIC;
- VI - Realizar manutenção e apoio aos problemas técnicos no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação das escolas e do Núcleo de Tecnologia;
- VII - Assessorar pedagogicamente as escolas para o uso da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem.

Profissionais Atuantes:

- ✓ Coordenador Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação
- ✓ Multiplicador
- ✓ Técnico em manutenção de equipamentos tecnológicos



- ✓ Auxiliar Administrativo
- ✓ Auxiliar de Serviços Gerais
- ✓ Motorista

107 - Ainda na proposta do NTM encontra-se o PROINFO INTEGRADO (Programa Nacional de Educação Continuada em Tecnologia Educacional) em Bayeux e participam do programa as escolas que foram selecionadas pelo Ministério da Educação – MEC.

Principais Ações do Programa:

- ✓ dinamizar e qualificar o processo de ensino e de aprendizagem;
- ✓ inclusão digital de professores e gestores de escolas públicas da educação básica e comunidade escolar em geral.

108 - Os cursos de formação continuada oferecidos pelo MEC/PROINFO têm carga horária total de 200 (duzentas) horas, sendo os seguintes cursos:

I - Introdução à Educação Digital (60h)

II - Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC (60h)

III - Elaboração de Projetos (40h)

IV - Redes de Aprendizagem (40h)

109 - Além da oferta de cursos, oferecemos atendimento de caráter técnico aos equipamentos tecnológicos instalados nos laboratórios digitais das escolas distribuídos pelo MEC/PROINFO/SEED.

110 - Atuam como PMTs (Professores Mediadores de Tecnologia) nos laboratórios digitais, Professores e/ou Instrutores de Informática, com o intuito de adequar as aulas ministradas pelos professores, para que sejam ministradas com o auxílio do computador/internet.

XI – DO TELECENTRO

111 - O Telecentro tem como principal objetivo proporcionar à comunidade oportunidade de inclusão digital e acesso às tecnologias de informação e comunicação, tal como acesso à internet.

112 - O Telecentro oferece cursos de informática nos turnos matutino, vespertino e noturno, sendo atendidos aproximadamente 150 alunos cursistas.

XII – DO CENSO ESCOLAR

113 - O Censo Escolar, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Inep, é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação das escolas públicas e privadas do país.

a) Compete ao Diretor da Escola:

- I – Possibilitar a coleta, digitação e exportação dos dados pela internet;
- II- Acompanhar o trabalho do Secretário de Escola, dirimindo eventuais dúvidas;
- III- Cumprir e fazer cumprir às normas, orientações e prazos estabelecidos;



IV - Responsabilizar-se pela veracidade das informações prestadas pela escola no processo de digitação.

b) Compete ao Secretário da Escola:

I - Cumprir às normas e prazos estabelecidos;

II- Realizar todas as rotinas do Sistema de Cadastro de Alunos, garantindo a fidedignidade das informações;

III- Zelar pela manutenção sistemática dos dados no Sistema de Cadastro de Alunos.

114 - É responsabilidade de todos os profissionais e técnicos envolvidos com as rotinas, consultas e manutenção do Sistema de Cadastro de Alunos, manter e zelar pelo sigilo dos dados pessoais e endereços dos alunos cadastrados.

XIII- DA INSPETORIA TECNICA DE ENSINO

115- São competências e atribuições da CITE:

I- inspecionar as unidades escolares do Sistema Municipal de Educação de Ensino, garantido a organização, coordenação e funcionamento das mesmas, conforme legislação vigente;

II- fornecer assessoria, quanto aos aspectos legais, aos órgãos da Secretaria e às unidades escolares;

III- divulgar e fazer cumprir a legislação vigente, as normas gerais e os procedimentos administrativos;

IV- coordenador e acompanhar os processos de criação, transformação e extinção de unidades escolares conforme legislação vigente;

V- orientar quanto à organização, manutenção e desenvolvimento das instituições do Sistema Municipal de Ensino, integrando-as às políticas e planos educacionais da União, Estado e Município;

VI- orientar e acompanhar o calendário, mapa de carga horária, organização curricular, matrícula escolar e diários de classe;

VII- promover a verificação da documentação escolar e a inspeção periódica das condições administrativa, técnicas, físicas e legais das Unidades de Ensino.

XIV – DISPOSIÇÕES FINAIS

116 – Os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do ministério público, a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima do percentual permitido em Lei: (art. 12, inciso VII e VIII da Lei nº. 9394/96 – Redação dada pela Lei nº. 10.287 de 20/09/2001).

117 – As atas de Resultados Finais do Ano Letivo 2016 deverão ser entregues até o dia 31/01/2017, na CITE (Coordenação de Inspeção Técnica Escolar) e na Secretaria Municipal de Educação.


118 – Qualquer alteração no calendário escolar durante o ano letivo, a unidade escolar deverá enviar relatório à Secretaria Municipal de Educação, através da CITE, que encaminhará ao Conselho Municipal de Educação (CME) para análise e aprovação.

119 - Caberá à Secretaria Municipal de Educação a orientação, o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das disposições desta orientação.



120 – O presente documento entra em vigor para o ano letivo de 2016 até ulterior deliberação.

Bayeux, 16 de dezembro de 2015.


Maria Gorete de Souza Araújo
Secretária de Educação

Aprovado Pelo Conselho Municipal de Educação
Reunião Ordinária
Bayeux, 28 dezembro de 2015.


João Batista Barbosa de Oliveira
Vice Presidente do Conselho Municipal de Educação



ANEXO J – Resolução nº 023/2010
(Fixa normas para a escolha de Diretor e Diretor Adjunto)

K



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 023/2010

Fixa normas para a Escolha de Diretor e Diretor Adjunto das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Bayeux – PB e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAYEUX - PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 64 da Lei Municipal nº 1.192 de 08 de junho de 2010 (PCCR), com base nos termos do Parecer nº 043/2010 e Processo de nº 041/2010 – CME.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
Das Disposições Preliminares

Art. 1º A nomeação para o exercício de cargos de provimento em comissão de Diretor e de Diretor Adjunto das Unidades Escolares do Sistema Municipal de Ensino será efetuada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, após escolha realizada mediante eleição direta e secreta pela Comunidade Escolar.

§ 1º Para efeito de processos eleitorais nas Unidades Escolares, entende-se por Comunidade Escolar o conjunto de professores e especialistas em educação, funcionários, pai ou mãe ou responsável por cada aluno regularmente matriculado e alunos com idade mínima de 10 (dez) anos, conforme relação a ser expedida pela Secretaria da Escola, até 05 (cinco) dias antes do pleito, nos termos dos demais artigos da presente Resolução.

§ 2º A nomeação de que trata este artigo recairá sempre sobre os eleitos.

Art. 2º Os mandatos de Diretor e de Diretor Adjunto de unidades Escolares serão de 02 (dois) anos, permitida uma reeleição por igual período.

§ 1º Os mandatos de Diretor e de Diretor Adjunto iniciam-se e terminam de acordo com as datas da portaria de nomeação.

§ 2º Na hipótese de haver substituição parcial da diretoria, o mandato do substituto terminará junto com o mandato dos remanescentes na diretoria.

§ 3º A direção atual permanecerá na função até que a portaria de nomeação dos eleitos seja assinada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada no Diário Oficial do Município, para que nesse espaço de tempo ocorra o período de transição das funções de Diretor e Diretor Adjunto.

Art. 3º O processo eleitoral para escolha de Diretor e de Diretor Adjunto deverá ser iniciado 60 (sessenta) dias antes do término do mandato em vigência, quando for o caso.

§ 1º Considerando o que determina o art. 28 no seu parágrafo 3º da Lei nº 1.192 de 2010 (PCCR) as eleições para os cargos de Diretor e Diretor Adjunto nas Unidades Escolares do Sistema de Ensino iniciarão em novembro de 2010 para as Unidades Escolares com até 400 (quatrocentos) alunos, em novembro de 2011 as demais Unidades Escolares.

§ 2º As Unidades Escolares que não foram abertos o processo eleitoral previstos no ano de 2010, serão incluídas no processo eleitoral vigente. (redação dada pela emenda 001/2011 - CME).

§ 3º Considerando o que determina o art. 119 da Lei 1.012/2006 do Sistema Municipal de Ensino, as Unidades Escolares que funciona em:

- a) 01 (um) turno de funcionamento terá direito a:
 - 01 (um) Diretor.
- b) 02 (dois) turnos de funcionamento terá direito a:
 - 01 (um) Diretor;
 - 01 (um) Diretor Adjunto.
- c) 03 (três) turnos de funcionamento, terá direito a:
 - 01 (um) Diretor;
 - 02 (dois) Diretores Adjuntos.

CAPÍTULO II

Da Comissão Especial Permanente

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação manterá Comissão Especial Permanente de Acompanhamento de Processos Eleitorais nas Unidades Escolares, formada por 04 (quatro) membros designados pelo Secretário Municipal de Educação, com a incumbência de:

- a. fiscalizar a aplicação da presente Resolução;
- b. analisar, por solicitação do Secretário Municipal de Educação, decisões emanadas da Comissão Eleitoral das Unidades Escolares;
- c. solicitar, ao Secretário Municipal de Educação, a aplicação das penalidades previstas no artigo 10, se constatar irregularidades no processo ou no resultado eleitoral.

~~Parágrafo Único — A Comissão Especial Permanente de Acompanhamento de Processos Eleitorais, solicitará a Secretaria Municipal de Educação, no prazo de trinta dias a contar da posse dos eleitos, a indicação de um profissional do quadro efetivo do magistério, para ocupar o cargo de Diretor e/ou Diretor Adjunto, na(s) Unidade(s) Escolar (s) que não for efetivado o processo eleitoral, até que haja as eleições. (redação dada pela emenda 001/2011 - CME).~~

Parágrafo Único - A Comissão Especial Permanente de Acompanhamento de Processos Eleitorais solicitará a Secretaria Municipal de Educação, no prazo de trinta dias, a contar da posse dos eleitos, a indicação de um profissional do quadro

do magistério, com licenciatura, para ocupar o cargo de Diretor e/ou Diretor Adjunto, na(s) Unidade(s) Escolar(es) que não for efetivado o processo eleitoral, até que haja as eleições. (redação dada pela emenda 001/2013 - CME).

Art. 5º Fica assegurado ao sindicato da categoria o direito de acompanhar todo o processo eleitoral.

CAPITULO III Da Comissão Eleitoral

Art. 6º O Diretor comunicará por escrito, à Secretaria Municipal de Educação, o desencadeamento do processo eleitoral e convocará Assembléia Geral da Comunidade Escolar, que elegerá uma Comissão Eleitoral.

§ 1º A Comissão Eleitoral será composta de 05 (cinco) membros e será formada por 1 (um) professor, 1 (um) especialista, 1 (um) funcionário, 1 (um) pai ou mãe ou responsável por aluno e 1 (um) aluno com idade mínima de 10 anos.

§ 2º Na primeira reunião da Comissão Eleitoral, seus membros elegerão um presidente e um secretário.

Art. 7º Compete à Comissão Eleitoral das Unidades Escolares:

- a. organizar e dirigir todo o processo eleitoral;
- b. expedir edital com as instruções do processo eleitoral até 30 (trinta) dias antes das eleições, divulgando-o através do quadro de avisos internos e sempre que possível pela imprensa local;
- c. fazer constar no edital o prazo de inscrição para o registro das chapas, que será de até 10 (dez) dias antes da eleição;
- d. inscrever chapas, mediante recebimento, até 10 (dez) dias antes da realização do pleito, requerimento e ofício de solicitação de inscrição assinado pelos candidatos a Diretor e Diretor Adjunto em uma única chapa, endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, tendo como anexos os documentos comprobatórios da elegibilidade de seus membros nos termos do artigo 8º;
- e. numerar as chapas inscritas, obedecida a ordem de inscrição;
- f. comunicar à Secretaria Municipal de Educação e ao Sindicato da Categoria a data da realização do pleito e os nomes dos candidatos inscritos em cada chapa;
- g. solicitar ao Secretário Municipal de Educação aplicação de penalidades aos participantes do processo eleitoral, nos termos do art. 10;
- h. receber pedido, feito por qualquer membro da Comunidade Escolar, de impugnação de chapa inscrita, até 3 (três) dias úteis após o encerramento do prazo para inscrição de chapas, ou pedido de suspensão do processo eleitoral, ou pedido de impugnação do resultado eleitoral, até 3 (três) dias úteis após a proclamação dos eleitos, devendo qualquer dos pedidos ser feito através de ofício endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, tendo como anexos os documentos comprobatórios da irregularidade cometida;
- i. emitir parecer, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sobre pedido de impugnação de chapa ou de suspensão do processo eleitoral, ou de impugnação do resultado eleitoral, encaminhando o seu parecer e toda a documentação para o Secretário Municipal de Educação, que no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, decidirá sobre o pleito, ouvida a Comissão Permanente de Acompanhamento de Processos Eleitorais das Unidades Escolares;

- j. protocolar solicitação de acréscimo ou de impugnação de nomes de votantes, formulada por qualquer membro da Comunidade Escolar mediante ofício endereçado ao Presidente da Comissão Eleitoral, tendo como anexos os documentos comprobatórios da irregularidade cometida;
- k. providenciar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, junto à Secretaria da Escola, o acréscimo de nomes de votante que se provar faltando ou a impugnação de nome de votante que se provar irregular ou a confirmação da lista de votantes previamente expedida;
- l. credenciar, para todo o processo eleitoral, 1 (um) fiscal indicado por cada chapa inscrita;
- m. designar, no período de 48 (quarenta e oito) horas prévias à eleição, os membros de cada mesa receptora dos votos, que será composta de 03 (três) membros titulares e seus suplentes, escolhidos dentre a Comunidade Escolar, excluídos os fiscais e os parentes dos candidatos;
- n. designar, no período de 48 (quarenta e oito) horas prévias à eleição, os componentes de cada mesa apuradora dos votos, que será composta de 03 (três) membros titulares e seus suplentes, escolhidos dentre a Comunidade Escolar, excluídos os fiscais e os parentes dos candidatos;
- o. providenciar as cédulas a serem utilizadas para a votação, devendo as mesmas estar rubricadas pelo presidente e pelo o primeiro mesário de cada mesa receptora, bem como conter o número de cada chapa inscrita;
- p. receber imediatamente após o término da votação, das mesas receptoras, as urnas contendo os votos e a listagem de votantes e entregá-las às mesas apuradoras;
- q. receber imediatamente após a apuração, de cada mesa apuradora, o resultado da apuração e reunir essas mesas para se proceder à totalização dos votos, acompanhando esse processo;
- r. proclamar os eleitos;
- s. registrar, após a eleição, todo o processo eleitoral através de ata final dos trabalhos;
- t. enviar, à Secretaria Municipal de Educação, ofício assinado pelo presidente, solicitando a nomeação dos eleitos e anexando a ata final dos trabalhos;
- u. encaminhar, à Secretaria da Escola, para arquivo, toda a documentação sobre o processo eleitoral.

CAPÍTULO IV Dos Candidatos

Art. 8º Poderão participar de chapas candidatas todos os professores e especialistas em educação que:

- ~~a. estejam no exercício de cargo de carreira dos profissionais da educação;~~
- a. estejam no exercício de cargo de carreira dos profissionais da educação e não estejam respondendo processo administrativo, ou já tenha respondido; (redação dada pela emenda nº 001/2011 - CME);**
- b. tenham formação em curso de graduação em pedagogia ou em outra licenciatura;
- c. que tenha ou esteja cursando o curso de Pós-graduação em Gestão Escolar;
- d. tenham experiência docente mínima de 02 (dois) anos, adquirida em qualquer nível ou Sistema de Ensino, Público ou Privado;
- e. tenham 2 (dois) anos contínuos de efetivo exercício na escola;
- f. comprometam-se, se eleitos, a não exercerem outro mandato, simultâneo, de administração na esfera municipal ou em outras esferas do poder público ou privado;

~~g. comprometam-se, se eleitos, a ter disponibilidade de 40 (quarenta) horas semanais para o cargo de Diretor e de 35 (trinta e cinco) horas semanais para o cargo de Diretor Adjunto; e~~

g. comprometam-se, se eleitos, a ter disponibilidade de 40 (quarenta) horas semanais para os cargos de Diretor e Diretor Adjunto; (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME);

h. assinem Carta-programa da chapa.

~~Parágrafo Único — o candidato que possuir duas matrículas, não poderá exercer as duas na mesma escola no cargo de direção. (redação dada pela emenda 001/2011 - CME).~~

§ 1º - O candidato que possuir duas matrículas, não poderá exercer as duas na mesma escola no cargo de direção; (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

§ 2º - Não poderão concorrer ao processo eleitoral na mesma instituição: cônjuge, companheiro ou parente em linha reta até 3º grau; (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

§ 3º - Qualquer alteração na composição das chapas só poderá ser feita até 72h antes do início da votação. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

CAPÍTULO V

Da Campanha Eleitoral

Art. 9º Será permitida campanha eleitoral nas Unidades Escolares no período compreendido entre a data da inscrição da chapa candidata e às 20 horas e trinta minutos da noite anterior ao dia da votação.

§ 1º A direção da escola garantirá liberdade de expressão a todas as chapas concorrentes, resguardados o decoro, a função educativa da campanha, o funcionamento normal da escola e o cumprimento das horas letivas diárias.

§ 2º A campanha se limitará a debates, exposições de idéias, divulgação de textos educativos, aposição de cartazes e faixas.

§ 3º Só poderão participar da campanha os membros da Comunidade Escolar.

§ 4º Não será permitido o uso de carros de som para a campanha eleitoral nem a pichação do patrimônio escolar;

§ 5º Por nenhuma hipótese e de nenhuma forma poderão as chapas inscritas, durante a campanha, oferecer ao aluno ou a qualquer membro da Comunidade Escolar vantagens materiais como brindes ou vantagens de cunho escolar.

§ 6º Terminado o processo eleitoral, a direção da escola se responsabilizará pela retirada, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, de todo o material de campanha afixado ou disperso nas dependências das Unidades Escolares.

CAPÍTULO VI

Das Penalidades

Art. 10. O comprovado descumprimento do disposto nos artigos desta Resolução será considerado falta grave e implicará uma ou mais das seguintes penalidades:

- a. impugnação da inscrição da chapa envolvida;
- b. suspensão do processo eleitoral;
- c. impugnação do resultado eleitoral;
- d. advertência ou suspensão ou processo de demissão dos servidores envolvidos, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO VII

Do Cargo de Diretor e Diretor Adjunto

Art. 11. Os candidatos que já exerçam o cargo de Diretor ou de Diretor Adjunto poderão permanecer nos seus cargos durante o processo eleitoral, sem nunca usar de sua função para benefício próprio ou prejudicar alguém, sob pena de responderem a processos administrativos solicitados e devidamente comprovados por qualquer membro da Comunidade Escolar.

CAPÍTULO VIII

Do Direito ao Voto

Seção I

Do direito a Voto Igualitário

Art. 12. Serão considerados eleitores em regime de voto igualitário, com valor absoluto, todos os professores, especialistas e funcionários do quadro efetivo da escola e todo profissional de outras áreas à disposição da escola, com frequência na mesma há pelo menos 06 (seis) meses de trabalho.

Seção II

Do direito ao Voto Proporcional

Art. 13. Serão considerados eleitores em regime de voto proporcional, com valor relativo, o pai ou mãe ou responsável por cada aluno e os alunos com idade mínima de 10 (dez) anos, regularmente matriculados.

Parágrafo Único - Para efeito de processos eleitorais, entende-se por aluno regularmente matriculado aquele que tenha comparecido regularmente às aulas no período de 90 (noventa) dias anteriores à convocação da eleição na Unidade Escolar.

CAPÍTULO IX

Do Horário de Votação

Art. 14. O horário de votação será de 8:00 às 17:00 horas, nas escolas que não funcionam no turno da noite e, de 8:00 às 22:00 horas, nas escolas que funcionam no turno da noite, não havendo suspensão dos trabalhos em ambos os casos;

Art. 15. Para depositar o voto haverá duas seções, uma para os votos dos professores, especialistas e funcionários e outra para os votos de alunos e pai ou mãe ou responsável por cada aluno.

§ 1º Os votos da Comissão Eleitoral serão depositados na urna de votos de valor absoluto (professores, especialistas e funcionários);

§ 2º Não será permitido o voto por procuração.

§ 3º - A mesa receptora de votos deverá identificar os votantes mediante apresentação de documento; (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

§ 4º - A mesa escrutinadora, antes de iniciar a apuração, deverá contar todas as cédulas conferindo seu total com o número de votantes. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

CAPÍTULO X **Do Cálculo do Voto**

Art. 16. Para efeito de cálculo dos votos de que tratam os artigos 12 e 13, os votos proporcionais de que trata o art.13 deverão ser somados e divididos pelo número de votos igualitários de que trata o art. 12, encontrando-se o coeficiente de equivalência dos votos.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo do coeficiente de que trata este artigo, considerar-se-á até 02 (duas) casas decimais, não sendo permitido arredondamento para mais ou para menos.

CAPÍTULO XI **Dos Candidatos Eleitos**

Art. 17. Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

Art. 18. Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a Diretor possua mais tempo de serviço prestado à Escola. Continuando o empate, o que possuir mais tempo de serviço prestado ao Magistério Municipal. Persistindo o empate, o que for mais idoso.

CAPÍTULO XII **Da Substituição do Diretor ou Adjunto**

Art. 19. O Diretor e/ou Diretor Adjunto poderão ser destituídos por ato do Chefe do Poder Executivo, precedido de processo administrativo e assegurado amplo direito de defesa aos envolvidos.

§ 1º Durante o processo Administrativo, os denunciados poderão ser afastados do cargo de direção e/ou vice-direção da escola, por solicitação devidamente justificada da Comissão responsável pelo processo, ao Secretário Municipal de Educação.

§ 2º Comprovada a necessidade do afastamento, os denunciados serão substituídos temporariamente por pessoas designadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 15. Para depositar o voto haverá duas seções, uma para os votos dos professores, especialistas e funcionários e outra para os votos de alunos e pai ou mãe ou responsável por cada aluno.

§ 1º Os votos da Comissão Eleitoral serão depositados na urna de votos de valor absoluto (professores, especialistas e funcionários);

§ 2º Não será permitido o voto por procuração.

§ 3º - A mesa receptora de votos deverá identificar os votantes mediante apresentação de documento; (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

§ 4º - A mesa escrutinadora, antes de iniciar a apuração, deverá contar todas as cédulas conferindo seu total com o número de votantes. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

CAPÍTULO X **Do Cálculo do Voto**

Art. 16. Para efeito de cálculo dos votos de que tratam os artigos 12 e 13, os votos proporcionais de que trata o art.13 deverão ser somados e divididos pelo número de votos igualitários de que trata o art. 12, encontrando-se o coeficiente de equivalência dos votos.

Parágrafo Único - Para efeito de cálculo do coeficiente de que trata este artigo, considerar-se-á até 02 (duas) casas decimais, não sendo permitido arredondamento para mais ou para menos.

CAPÍTULO XI **Dos Candidatos Eleitos**

Art. 17. Será considerada eleita a chapa que obtiver a maioria simples dos votos válidos.

Art. 18. Em caso de empate, considerar-se-á eleita a chapa cujo candidato a Diretor possua mais tempo de serviço prestado à Escola. Continuando o empate, o que possuir mais tempo de serviço prestado ao Magistério Municipal. Persistindo o empate, o que for mais idoso.

CAPÍTULO XII **Da Substituição do Diretor ou Adjunto**

Art. 19. O Diretor e/ou Diretor Adjunto poderão ser destituídos por ato do Chefe do Poder Executivo, precedido de processo administrativo e assegurado amplo direito de defesa aos envolvidos.

§ 1º Durante o processo Administrativo, os denunciados poderão ser afastados do cargo de direção e/ou vice-direção da escola, por solicitação devidamente justificada da Comissão responsável pelo processo, ao Secretário Municipal de Educação.

§ 2º Comprovada a necessidade do afastamento, os denunciados serão substituídos temporariamente por pessoas designadas pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º Comprovadas irregularidades que culminem em proposta de destituição do Diretor e/ou de Diretor Adjunto, essa proposta deverá ser comunicada formalmente ao prefeito Municipal, através do Secretário de Educação.

§ 4º Destituído o Diretor e/ou Diretor Adjunto, a Comunidade Escolar terá um prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser renovado pelo mesmo período, para processar nova eleição apresentar ao Prefeito do Município, através do Secretário de Educação e, o nome do Diretor ou o nome do Diretor Adjunto eleito.

CAPÍTULO XIII

Da Vacância dos Cargos da Diretoria

Art. 20. Em caso de vacância total dos cargos de Diretoria das Unidades Escolares, a Secretaria Municipal de Educação designará Diretor e Diretor Adjunto substitutos pelo prazo máximo de 60 (dia) 2 meses, devendo os mesmos regularizar a situação do unidade escolar com vistas a se procederem novas eleições.

Art. 21. Fica assegurado o direito aos componentes das chapas não vencedoras de voltarem aos seus encargos docentes anteriores ao pleito na mesma escola, quando for o caso.

Art. 22. Por um período de 06 (seis) meses antes e depois da realização da eleição, nenhum professor, especialista ou funcionário poderá ser transferido da unidade a não ser a pedido ou através de inquérito administrativo que lhe aponte falta grave.

Art. 23. As Escolas que forem criadas terão 1 (um) ano para regularizarem seu quadro de pessoal e realizarem eleições, podendo esse prazo ser prorrogado por, no máximo, igual período.

CAPÍTULO XIV

Do Curso de Formação ao Gestor Escolar

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenação de Administração de Ensino Pedagógico, oferecerá, Curso Formação em Gestão Escolar para os Eleitos a Cargos de Direção das Unidades Escolares, de 40 (quarenta) horas-aula, com aferição de frequência e rendimento dos cursistas, versando sobre Administração de Recursos Humanos na Escola, Patrimônio Escolar, Captação e Administração de Recursos Financeiros na Escola Pública, Organização de Documentos Escolares, Relações Escola-Comunidade, Organização Curricular, Prevenção à Evasão e Reprovação Escolar e Prevenção às Drogas e Violência na Escola.

Seção I

Do Curso de Pós Graduação

Art. 25. A Prefeitura Municipal de Bayeux, através da Secretaria Municipal de Educação, celebrará convênios, acordos ou contratos com instituições universitárias, visando oferecer formação, com titulação, em nível de pós-graduação em Gestão Escolar, aos professores e especialistas que forem eleitos para os cargos de que trata esta Resolução.

CAPÍTULO XV**Do Mandato de Diretor e Diretor Adjunto**

Art. 26. Os mandatos de Diretor e Diretor Adjunto passam a se reger pela presente Resolução.

§ 1º Os que estejam ocupando mandato de Diretor e Diretor Adjunto há mais de 2 (dois) anos sem realização de eleições, ficam obrigados a desencadearem o processo eleitoral no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da aprovação e publicação desta Resolução.

§ 2º Permanece a atual nomenclatura de Diretor e Diretor Adjunto.

Capítulo XVI**Das Disposições Gerais**


Art. 27. A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação no D.O.M.

Art. 27 - Na escola onde houver apenas uma chapa inscrita e o número de votos for insuficiente para aprová-la, ou onde não houver inscrição de chapa, caberá a Secretaria Municipal de Educação nomear um funcionário para o cargo de Diretor e Diretor Adjunto, dentro dos critérios que atendam esta Resolução. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

Art. 28 - Será exonerado do cargo o Diretor e/ou o Diretor Adjunto que infringir a legislação vigente. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

Art. 29 - A presente Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e publicação no Diário Oficial do Município. (redação dada pela emenda nº 001/2013 - CME).

Sala de Sessões Plenárias do Conselho Municipal de Educação em 08 de novembro de 2010.


JOSÉ MOISÉS FILHO
Presidente do CME

ANEXO K – Lei municipal nº 1.012/2006
(Dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº. 1.012/2006

Dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Municipal de Ensino, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BAYEUX, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Sistema de Ensino do Município de Bayeux é instituído com base no que determina a Constituição Federal em seu art. 211 e a Lei Federal (LDB) Nº. 9394/96 em seu art. 11, inciso I e 8º § 2º e a lei orgânica do município (LOM).

Art. 2º - O Sistema de Ensino visa organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais criadas pelo município.

§ 1º - O Sistema Municipal de Ensino exercerá seus objetivos integrando-os às políticas e planos educacionais da União e do Estado.

§ 2º - O Município administrará seu Sistema de Ensino de forma a exercer ação redistributiva em relação a sua escola.

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 3º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º - A educação escolar se realiza predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º - A educação escolar se desenvolverá vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO

Art. 4º - A educação no município de Bayeux será regida de acordo com o Art 205 da Constituição Federal (C.F) é direito de todos e dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 5º - A educação no município se dará com base nos seguintes princípios, conforme determina no Artigo 206 da Constituição Federal (C.F.) e no Art 3º da lei de diretrizes e bases:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias e de condições pedagógicas;
- IV – Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – Coexistência de instituições públicas nos estabelecimentos municipais;
- VI – Gratuidade do ensino público nos estabelecimentos municipais;
- VII – Valorização dos profissionais da educação escolar;
- VIII – Gestão democrática do ensino público;
- IX – Garantia de padrão de qualidade;
- X – Valorização da experiência extra-escolar;
- XI – Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

CAPÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 6º - A educação no Município de Bayeux será efetivada mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente no sistema regular de ensino municipal;
- III – atendimento gratuito em creches e pré-escolas as crianças de zero a seis anos de idade;
- IV – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- V – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, e programa de saúde;
- VI – padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino - aprendizagem.

Art. 7º - O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra, legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder Público para exigí-lo.

§ 1º - Compete ao Município, em regime de colaboração com o Estado e com a assistência da União, nos termos do artigo 5º da LDB

- I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II – fazer-lhes a chamada pública;

III – zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

§ 2º - Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o município criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino por ele ofertados, independentemente da escolarização anterior.

Art. 8º - É dever dos pais ou responsáveis, efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

Parágrafo Único – A Secretaria de Educação cuidará para que se cumpra o determinado neste artigo e em caso de relutância ou negligência dos pais ou responsáveis, comunicará o fato ao Ministério Público.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 9º - O Sistema Municipal de Ensino compreende:

I – a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II – o Conselho Municipal de Educação;

III – o Conselho Municipal de Alimentação Escolar;

IV – o Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e de Valorização do Magistério;

V – as instituições de educação infantil, ensino fundamental, educação especial e profissional mantidas pela Prefeitura Municipal de Bayeux;

VI – as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

VII – o Sistema Municipal de Bibliotecas Escolares;

VIII – O Liceu de Artes e Ofícios de Bayeux.

Art. 10º - os Conselhos referidos nos incisos II, III e IV do artigo anterior serão organizados conforme leis especiais que dispõem sobre sua criação e funcionamento.

CAPÍTULO I DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Art. 11 – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura é o órgão de assessoria do Sistema Municipal de Ensino.

Art. 12 – As competências da Secretaria de Educação são atribuídas pela lei orgânica do município e as previstas nesta Lei.

Art. 13 – A Secretaria de Educação e Cultura compreende a estrutura constante da Lei que trata da Estrutura Administrativa do Município.

SEÇÃO I DA CHEFIA DE GABINETE

Art. 14 – A Chefia de Gabinete I é o órgão de assessoramento direto ao Secretário de Educação.

Parágrafo Único – O Regimento Interno ou Portaria Interna da Secretaria de Educação delegará atribuições a Chefia de Gabinete.

SEÇÃO II DA SECRETARIA ADJUNTA

Art. 15 – A Secretaria Adjunta é o órgão de assessoria à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 16 – O Secretário Adjunto substitui o titular da Pasta da Secretaria em suas faltas e impedimentos.

Parágrafo Único – O Regimento Interno ou Portaria Interna do Titular da Pasta I delega atribuições ao Secretário Adjunto.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO – CGE

Art. 17 – A Coordenação Geral de Educação compete:

- I – Coordenar os trabalhos de Diretores, Supervisores, Orientadores e Especialistas em Educação com atuação no Sistema;
- II – Colaborar com as Unidades Escolares no planejamento e construção de sua proposta pedagógica;
- III – Acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos pedagógicos nos desenvolvimentos dos programas definidos pela Secretaria;
- IV – Buscar e oferecer meios que assegurem a atualização e reciclagem de docentes e especialistas em educação, compatibilizando estas práticas com o projeto pedagógico das escolas;
- V – Diligenciar para que se cumpram, nas Unidades Escolares, as determinações pedagógicas das leis que regem a Educação Infantil e o Ensino Fundamental oriundas da União, do Estado e do Município.

Art. 18 – Coordenação Geral de Educação - CGE será coordenada por um coordenador geral e coordenadores adjuntos profissionais do magistério para compor as divisões.

Art. 19 – A CGE compreende as seguintes divisões:

- I – de Administração Escolar – DAE;
- II – de Supervisão Escolar e Orientação Pedagógica – DSEOP;
- III – de Educação Infantil – DEI;
- IV – do Ensino Fundamental – DEF;
- V – de Educação de Jovens e Adultos – DEJA;
- VI – de Educação Especial – DEE;
- VII – de Educação Física Escolar – DEFE;
- VIII – do Ensino Religioso – DER.

Art. 20 – As atribuições das Divisões que compõem a Coordenação Geral de Educação serão regidas pelo o Regimento Interno da Secretaria de Educação ou Portaria Interna do Titular da Pasta.

SUBSEÇÃO I DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

Art. 21 – A Divisão de Administração Escolar será exercida por Administrador Escolar habilitado na forma da Lei, ou em sua falta por outro profissional do magistério de nível Superior.

Art. 22 – Compete a Divisão de Administração Escolar, coordenar os trabalhos dos administradores escolares lotados na Secretaria, e prestando serviço nas Unidades Escolares.

SUBSEÇÃO II
DA DIVISÃO DE SUPERVISÃO ESCOLAR E
ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA

Art. 23 – A Divisão de Supervisão Escolar e Orientação Pedagógica será administrada por profissionais habilitados nas formas da Lei.

Art. 24 – Compete a Divisão de Supervisão Escolar e Orientação Pedagógica coordenar os trabalhos dos supervisores e orientadores lotados na Secretaria e prestando serviços nas unidades Escolares.

Art. 25 – A Divisão de Supervisão Escolar e Orientação Pedagógica de cada Unidade Escolar, colaborando com sua concepção.

SUBSEÇÃO III
DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – DEI

Art. 26 – Cabe a Divisão de Educação Infantil – coordenar a Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 27 – A Divisão de Educação Infantil se encarrega do apoio pedagógico as Unidades Escolares que ofertarem esta etapa de ensino.

Art. 28 – A DEI, dará orientação às unidades responsáveis pela Educação Infantil respeitado o que determina esta Lei, as Normas do Conselho Nacional de Educação, as resoluções do Conselho Municipal de Educação e as Normas do Estatuto da criança e do adolescente.

SUBSEÇÃO IV
DA DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL – DEF

Art. 29 – A DEF – Divisão do Ensino Fundamental Coordena as ações do Ensino Fundamental oferecido pelo poder Público Municipal em suas Unidades Escolares.
Parágrafo Único – A DEF será coordenada por um profissional da Educação portador de título de nível superior.

Art. 30 – Compõem a Divisão de Ensino Fundamental, as seguintes seções:
I – Seção de Ensino de 1º a 4º série
II – Seção de Ensino de 5º a 8º série

SUBSEÇÃO V
DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – DEJA

Art. 31 – A DEJA cuidará da implementação da Educação de Jovens e Adultos nas escolas do Município.

Art. 32 – A DEJA supervisionará a atuação de professores com atuação na educação de jovens e adultos.

Art. 33 – A DEJA coordenará a realização de cursos e exames supletivos, quando oferecidos pelo Sistema Municipal de Ensino.

SUBSEÇÃO VI DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – DEE

Art. 34 – A DEE será responsável pelo acompanhamento das ações de Educação Especial.

Art. 35 – A DEE apoiará os alunos portadores de necessidades especiais para que eles recebam na Sede Municipal, o atendimento a que tem direito.

Art. 36 – A DEE promoverá permanente a atualização de profissionais que estiverem em classe onde estejam matriculados alunos portadores de necessidades especiais e sejam responsáveis por classes especiais.

SUBSEÇÃO VII DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – DEFE

Art. 37 – A Divisão de Educação Física e Desporto Escolar -DEFE- será responsável pela Educação Física e Desporto Escolar.

Art. 38 – Compõem a DEFE as seguintes seções.

I – Seção de Ensino de Educação Física Escolar

II – Seção de Desporto Escolar

Art. 39 – As atribuições da Divisão de Educação Física serão fixadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Educação ou Portaria Interna do Titular da Pasta.

SUBSEÇÃO VIII DA DIVISÃO DE ENSINO RELIGIOSO – DER

Art. 40 – A DER – Divisão de Ensino Religioso dará orientação às Unidades de Ensino responsável pelo o Ensino Religioso, respeitando o que determina o artigo 33 da lei federal 9394/96 (LDB), as normas do Conselho Nacional de Educação e as Resoluções do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único – A Divisão de Ensino Religioso será coordenada por um coordenador Adjunto que acompanhará toda a implementação dentro das normalidades.

SEÇÃO III DA COORDENAÇÃO DE INSPEÇÃO TÉCNICA ESCOLAR – CITE

Art. 41 – A CITE será responsável pela a Inspeção Técnica das Unidades Escolares Integrantes do Sistema Municipal de Ensino, que funcionará com normalidades do Conselho Municipal de Educação.

Art. 42 – As atribuições da Coordenação de Inspeção Técnica Escolar serão regulamentadas pelas Normas regulamentares aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 43 – A Inspeção Técnica nas Unidades Escolares terá, preferencialmente, caráter preventivo buscando orientar e fazer cumprir Normas Federais, Estaduais e Municipais referente à Educação.

Art. 44 – A Coordenação de Inspeção Técnica Escolar comunicará ao Conselho Municipal de Educação, os atos ilegais ou lesivos ao sistema dos quais tiver conhecimento.

Art. 45 – A Coordenação de Inspeção Técnica Escolar será coordenada por um Coordenador e profissionais do grupo do magistério habilitados para o exercício das funções.

Art. 46 – As divisões serão coordenadas por coordenadores adjuntos e suas atribuições normalizadas pelo Conselho Municipal de Educação.

- I – Divisão de Inspeção Escolar e Auditoria;
- II – Divisão de Registro de vida Escolar do aluno.

SEÇÃO IV (DA COORDENAÇÃO DE CULTURA – CC)

Art. 47 – CC – A Coordenação de Cultura será coordenada por um coordenador geral e coordenadores Adjuntos profissionais do magistério que cuidará dos programas Culturais do Município que serão desenvolvidos de forma articulada com a ação educativa.

- I – Caberá ao município utilizar-se do Sistema de Comunicação e do seu Sistema Municipal de Educação como meio de preservação, dinamização e divulgação da cultura ao culto dos símbolos municipal, estadual e nacional, pelo menos uma vez por mês nas escolas.
- II – O Sistema Municipal de Ensino Garantirá à todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes das culturas nacional e regional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais nas unidades escolares.
- III – Fazem parte do patrimônio cultural do município os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade, nos quais se incluem:

Art. 48 – A CC – compreende as seguintes divisões:

- I – Divisão de Eventos Culturais e Comunicação;
- II – Divisão de Equipamentos Culturais;
- III – Divisão de Oficina para Execução de Eventos.

Art. 49 – As Atribuições das Divisões que compreende à CC serão regidas pelo o Regimento Interno da Secretaria de Educação ou Portaria do Titular da Pasta.

SEÇÃO V (DA COORDENAÇÃO DE ESPORTE E LAZER – CEL)

Art. 50 – A Coordenação de Esporte e Lazer desenvolverá programas e projetos de incentivos e apoio as praticas desportivas formais e não formais, como direito de todos e será coordenado por um coordenador e coordenadores adjuntos nas suas divisões.

Art. 51 – A Coordenação de Esporte e Lazer proporcionará meios de recreação sadia e construtiva aos cidadãos da comunidade, como forma de melhor Integração Social.

Art. 52 – A Coordenação de Esporte e Lazer incentivará os clubes, Equipes Amadoras, Associações de Amadores, Associação de Moradores, Sindicatos e outras, nas Atividades Esportivas, nos campeonatos e competições das várias modalidades esportivas, junto às comunidades.

Art. 53 – Os Projetos incluirão a construção de instalações esportivas para a prática de Educação Física, do desporto e do lazer, e criação de quadras poliesportivas e outros equipamentos para melhor atender as comunidades.

Art. 54 – Compõem a Coordenação de Esporte e Lazer as seguintes divisões:

- I - Divisão de Desporto e Lazer Comunitário;

- II - Divisão de Planejamento de Atividades e Eventos;
- III - Divisão de Estádios e Ginásios de Esporte;
- IV - Divisão de Equipamentos.

Art. 55 – As atribuições das divisões que compreende CEL serão regidas pelo regimento Interno da Secretaria de Educação ou Portaria do Titular da Pasta.

SEÇÃO VI COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – CAF

Art. 56 – A CAF – Coordenação de Administração e Finanças será responsável pela administração geral, financeira e contábil da Secretaria de Educação e será Coordenada por um Coordenador Geral e coordenadores adjuntos nas suas Divisões.

Art. 57 – Compõem o CAF as seguintes divisões:

- I – Divisão de Cadastros e Recursos Humanos, Serviços Gerais e Expedientes;
- II – Divisão de Merenda Escolar, Supervisão, Nutrição, Armazenamento e Distribuição;
- III – Divisão de Material, Manutenção, Almoxarifado e Patrimônio;
- IV – Divisão de Finanças, Convênios, Programas e Compras;
- V – Divisão de Transporte Escolar;
- VI – Divisão de Estatísticas Escolar;
- VII – Divisão de Informática Educacional;
- VIII – Divisão de Apoio ao Estudante.

Art. 58 – As atribuições das divisões que compõem o CAF serão regulamentadas pelo Regimento Interno da Secretaria de Educação ou Portaria do Titular da Pasta.

TÍTULO III DOS NÍVEIS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Art. 59 – Compõem a Educação Escolar do Município:

- I – Educação Básica, Formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- II – Educação Superior.

CAPÍTULO I DAS DISPONIBILIDADES GERAIS

Art. 60 – A Educação básica, tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum necessária para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para estudos posteriores.

Art. 61 – O Ensino Fundamental será organizado em séries anuais. (Art 23 LDB)

§ 1º - O Ensino Fundamental será distribuído da seguinte forma:

- × I - 1ª Fase compreendendo as séries de 1ª à 4ª;
- × II - 2ª Fase compreendendo as séries de 5ª à 8ª.

Art. 62 – A Secretaria de Educação poderá adotar calendários escolares diferentes para as escolas oficiais do sistema, se necessário, para atender peculiaridade climática e/ ou econômicas.

Art. 63 – O Ensino Fundamental terá no mínimo oitocentas horas anual distribuída por no mínimo duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais necessários.

Parágrafo Único – No Ensino Fundamental serão igualmente observadas as seguintes normas:

I – A admissão do aluno na série se dará:

- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série anterior, na própria escola;
- b) por transferência, para alunos procedentes de outras escolas;
- c) independentemente da escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série de forma adequada, respeitada as normas do sistema. (art. 24 – Inciso II Alínea C d LDB 9394/96);

II – As unidades escolares poderão adotar formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência curricular e observadas as normas deste sistema. Regulamentado pelo Conselho Municipal de Educação;

III – Nas unidades escolares poderão organizar-se classe ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria para o ensino de língua estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

IV – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os das provas finais;
- b) possibilidades de aceleração de estudos para alunos em atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) aproveitamento de estudos de recuperação, paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas unidades escolares em seus regimentos, respeitadas as determinações legais e as normas do Conselho Municipal de Educação.

V – O controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme disposto em seu regimento respeitadas as normas do sistema e exigida a freqüência mínima de 75% do total de horas letivas;

VI – Cada instituição de ensino expedirá históricos escolares, declarações de conclusão de série e certificados de conclusão de curso, com as especificações cabíveis.

Art. 64 – A relação entre o número de aluno por professor é de 30 alunos para cada professor na 1ª fase do Ensino Fundamental.

§ 1º – Nas séries de 5ª a 8ª do Ensino Fundamental, o número de alunos é de 40 por turmas.

§ 2º A Direção da Escola justificará o funcionamento de turmas com números maior ou menor de alunos.

Art. 65 – Os conteúdos curriculares de Ensino Fundamental serão organizados de acordo com o que dispõem o Art. 27 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 66 – A Educação Infantil compreende a primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação das famílias e da comunidade.

Art. 67 – A Educação Infantil será ofertada em:

- I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
- II – pré-escolar, para crianças de quatro anos a 6 anos de idade.

Art. 68 – A avaliação na Educação Infantil tem o objetivo de registrar o acompanhamento do desenvolvimento da criança e não terá objetivo de promoção para qualquer efeito.

SEÇÃO II DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 69 - O ensino fundamental obrigatório, com duração de (nove) anos, gratuitos na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

- I – o desenvolvimento de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – os fortalecimentos dos vínculos de família, dos laços da sociedade humana e da tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Art. 70 – O Conselho Municipal de Educação baixará normas complementares para adoção das providências de que trata esta Lei, referente a avaliação, progressão, aceleração, avanço nas séries, classificação de alunos e transferência discente.

Art. 71 – No Ensino Fundamental a oferta de ensino religioso se fará nos termos da Legislação Federal que disciplina o assunto. (Art. 33/9394/96). (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.1997)

Parágrafo Único – O Conselho Municipal de Educação baixará normas regulamentares disciplinando o Ensino Religioso nos componentes curriculares para o funcionamento da disciplina no ano letivo de 2007 no Município de Bayeux.

Art. 72 – A jornada escolar, no Ensino Fundamental compreenderá no mínimo quatro horas diárias de efetivo trabalho em sala de aula, devendo ser ampliada a critério da Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - O Ensino Fundamental ministrado no expediente noturno poderá ter jornada menor sendo, todavia assegurando o número mínimo de oitocentas horas para o ano letivo.

§ 2º - O ensino noturno poderá ter formas alternativas de organização, observados os princípios básicos desta Lei e o Interesse da aprendizagem para sua clientela, e a diretrizes curriculares nacionais referentes à EJA.

SEÇÃO III DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Art. 73 – A educação de jovens e adultos será destinada, no município, àqueles que não tiverem acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental, na idade própria.

§ 1º O Sistema Municipal de Ensino, oferecerá aos jovens e adultos que não puderem efetuar estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º - O Poder Público Municipal viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação.

§3º - O Poder Público Municipal estimulará a realização de convênio com a iniciativa privada visando a oferta da educação de jovens e adultos a seus empregados em regime de cooperação Empresa e Governo.

Art. 74 – O Sistema de Ensino manterá cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo habilitando ao prosseguimento de estudo em caráter regular.

§ 1º - Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão no nível de conclusão do ensino fundamental, para maiores de quinze anos.

§2º - O conhecimento e habilidades adquiridos pelos educados por meios informais serão referidos mediante exames.

§3º - Os exames de que trata este artigo, serão realizados por Escolas do Ensino Fundamental, credenciada pela Secretaria de Educação e autorizada pelo Conselho Municipal de Educação, sendo da escola a responsabilidade da expedição dos certificados.

§ 4º - A Coordenação de Inspeção Técnica Escolar acompanhará todo o processo dos exames junto às escolas credenciadas e autorizada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 75 – Os Cursos Supletivos destinados a Jovens e Adultos serão ministrado por escola autorizada e em regime especial que permite ao educando concluir seus estudos segundo os critérios das Diretrizes Nacionais para esta modalidade de ensino.

SEÇÃO IV DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 76 – Educação Especial, dever constitucional do poder Público Municipal, é a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente no sistema regular de ensino, para educando portadores de necessidades especiais.

§1º - O atendimento de crianças de zero a seis anos, clientes da educação especial, se fará em estabelecimentos de Educação Infantil.

§ 2º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial.

§ 3º - O atendimento educacional somente será feito por classes, escolas ou serviços especializados, quando, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art. 77 – O Sistema Municipal de Ensino assegurará aos educados com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicas, para atender às suas necessidades; (regulamentada pelo Conselho Municipal de Educação)

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho visando a sua efetiva integração na vida da sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelaram capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, assim como para aqueles que apresentam uma habilidade de superior nas áreas artísticas, intelectuais ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

TITULO IV DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 78 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas os dispositivos desta Lei e demais normas do Sistema Municipal de Ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar, com a participação de todos os profissionais trabalhando na unidade escolar, sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – garantir o cumprimento dos dias letivos e horas - aulas estabelecidos nos calendários;
- IV – apoiar e acompanhar o cumprimento do plano de trabalho de cada especialista em atuação na unidade escolar;
- V – promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica;
- VIII – apresentar a Secretaria da Educação ao fim de cada semestre letivo, relatório de suas atividades administrativas e pedagógicas.

Art. 79 – As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

- I – Públicas, assim entendidas, as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal;
- II – Privadas, assim entendidas, as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;
- III – Comunitárias as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- IV – Confessionais as que são instituídas por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e ao disposto no início anterior;
- V – Filantrópicas, as como tais constituídas na forma de legislação federal que as define.

CAPITULO II DOS ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE ENSINO

Art. 80 – O Conselho Municipal de Educação, em consonância com a Secretaria Municipal de Educação, definirá as normas de gestão democrática na educação básica, nos níveis oferecidos pelo Município, observando os seguintes princípios:

- I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares;
- III – garantia de administração escolar participativa no planejamento e em todas as fases da execução.

CAPITULO III DOS ESTABELECIMENTOS PRIVADOS DE ENSINO

Art. 81 – Os estabelecimentos privados de ensino, atuando na educação infantil autorizados e reconhecidos pelo Conselho Municipal de Educação e a Coordenação de Inspeção Técnica Escolar.

Art. 82 – O Conselho Municipal de Educação estabelecerá critérios de caracterização para instituições privadas, sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro do poder Público Municipal.
Parágrafo Único – O Sistema Municipal de Ensino adotará como alternativa preferencial a alimentação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio a instituições previstas neste artigo.

Art. 83 – O Conselho Municipal de Educação fixará normas disciplinando o processo de autorização ou reconhecimento dos estabelecimentos de ensino privados com sede no Município.

Art. 84 – A fiscalização dos estabelecimentos privados é responsabilidade do Conselho Municipal de Educação que a exercerá através da Coordenação de Inspeção Técnica Escolar.

Art. 85 – o Poder Público Municipal poderá fazer convênios com os estabelecimentos privados para lhes prestar assistência técnica e financeira, observadas as determinações legais sobre o assunto, contidas nas Leis Federais nº 9394/96 e nº 9424/96.

CAPÍTULO IV DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 86 – A educação profissional integra as diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a produção produtiva.

Art. 87 – A educação Profissional tem por objetivo:

I – possibilitar a transição entre a escola e o trabalho, capacitando jovens e adultos, oferecendo-lhes conhecimentos gerais e específicos para o exercício de atividades produtivas;

Art. 88 – O Sistema Municipal de Ensino oferecerá prioritariamente a educação profissional no nível básico.

Art. 89 – O Conselho Municipal de Educação estabelecerá norma sobre a estrutura e funcionamento da educação profissional no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.
Parágrafo Único – A oferta da Educação profissional privilegiará as necessidades da clientela de trabalhadores e as necessidades do mundo do trabalho no município.

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA

Art. 90 – A educação à distancia visará atender as ações de treinamento profissional, grupo magistério e a utilização de tecnologias educacionais que aprimore o ensino e enriqueçam o desenvolvimento curricular.

Art. 91 – As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberá ao Conselho Municipal de Educação observar a legislação do nível nacional que rege a matéria.

CAPITULO VI DA EDUCAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Art. 92 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, e terá como finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos nos estudos;

I – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

II – O Poder Público Municipal poderá oferecer o Ensino Médio Básico desde que haja necessidade, e que estivessem plenamente atendida a sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela constituição federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

CAPITULO VII DA EDUCAÇÃO NORMAL

Art. 93 – O Curso Normal de Nível Médio deve ser organizado com carga horária de 3.200 horas distribuídas em 04 (quatro) anos, destinado à formação de professores de Educação Infantil e das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Parágrafo único – O curso médio normal será autorizado e reconhecido pelo Conselho Municipal de Educação.

CAPITULO VIII DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 94 – A Educação Superior abrangerá os cursos e programas sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pela Instituição de Ensino.

Parágrafo Único – A autorização e o reconhecimento de cursos e o credenciamento da instituição terá prazo limitado para renovar periodicamente, após processo regular de avaliação pelo Conselho Nacional de Educação.

TITULO V DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Art. 95 – Aos docentes e demais profissionais da educação competem:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica da unidade escolar onde prestam serviço;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica da unidade escolar;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

IV – ministrar os dias letivos e as horas-aulas estabelecidos além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, a avaliação e ao processo de educação permanente como valorização do magistério e melhoria de desempenho profissional.

V – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

VI – freqüentar com aproveitamento as atividades de educação permanentes, promovidas ou indicadas pela Secretaria de Educação.

Art. 96 – Sistema Municipal de Ensino promoverá a valorização dos profissionais de educação, assegurando-lhes inclusive, nos termos dos Estatutos e Planos de Carreira, Cargos e Remuneração do Magistério Público:

I – ingresso, exclusivamente por concurso público de provas e título;

II – Para ingressar na função de Inspetor Técnico Escolar na Secretaria Municipal de Educação o profissional terá que ser habilitado em pedagogia com mais de dois (02) anos de experiência em inspeção escolar comprovada por Conselhos Estadual e Municipal de Educação ou por autoridades competentes para fins de concurso; (art. 16 da Lei Municipal nº 891/04 PCCR).

III – aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

IV – piso salarial, profissional por classe;

V – remuneração condigna dos profissionais do ensino fundamental público, em efeito exercício do magistério;

VI – estímulo ao trabalho em sala de aula;

VII – progressão funcional baseada na titulação de habilitação e na avaliação do desempenho;

VIII – período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluindo na carga horária de trabalho;

IX – condições adequadas de trabalho;

X – padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º - Para garantir um padrão mínimo de qualidade de ensino serão considerados os seguintes aspectos:

I – estabelecimento de número mínimo e máximo de alunos em sala de aula;

II – oferta de capacitação permanente dos profissionais da educação;

III – jornada de trabalho que incorpore os momentos diferenciados das atividades docentes;

IV – oferta de ensino adequado à clientela;

V – facilidade de acesso e garantia de permanência do aluno na unidade escolar, com proveito pedagógico.

§ 2º - A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções do magistério, nos termos das normas a serem fixadas pelo o Sistema Municipal de Ensino.

§ 3º - Enquadramento na classe B do professor do quadro classe A que tenha obtido título de Licenciatura Plena em Nível Superior coerente com seu exercício profissional.

TÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97 – São recursos públicos destinados à educação, aos originários de:

I – receita de impostos próprios do município;

II – receitas de transferências constitucionais e outras transferências;

III – receita de contribuições sociais;

IV – receita de incentivos fiscais;

V – outros recursos previstos em lei.

Art. 98 – O Poder Público Municipal aplicará anualmente, nunca menos de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º - Não se incluem nas receitas mencionais neste artigo as resultantes de operação de critérios por antecipação de receita orçamentária de impostos.

ANEXO L – Lei municipal nº 1.013/2006
(Dispõe sobre a criação e implementação do CME)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal nº 1.013/2006

Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação, modifica a Lei 717/99 e dá outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de Bayeux da Paraíba, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Educação criado pela Lei nº 717/99 de 12 de Abril de 1999 passam a funcionar segundo as determinações desta Lei.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Educação é um órgão colegiado, integrante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura Esporte e Lazer responsável, nos termos da lei, com atribuições consultiva, fiscalizadora e deliberativa, e competência normativa constituindo-se no instrumento mediador entre a sociedade civil e o Poder Público Municipal na discussão, elaboração e implementação das políticas municipais de educação, da gestão democrática do ensino público e na defesa da educação de qualidade para todo o município da cidade de Bayeux.

I – elaborar, em primeira instância o Plano Municipal de Educação, ouvindo a sociedade e a Secretaria Municipal de Educação, a ser aprovado pelo Poder Legislativo, assim como realizar o acompanhamento e a avaliação de suas execução;

II – colaborar com a Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer no diagnóstico e nas soluções de problemas relativos à educação, no âmbito municipal;

III – deliberar sobre medidas para aperfeiçoar o Sistema Municipal de Ensino;

IV – fixar, no âmbito de sua competência, normas complementares à legislação do ensino;

V – adequar as diretrizes curriculares nacionais às especificidades municipais;

VI – elaborar as diretrizes de participação escolar e da sociedade na elaboração das propostas pedagógicas das escolas;

VII – elaborar normas que disciplinem o processo de autorização e credenciamento das escolas públicas municipais e da rede privada que integram o Sistema Municipal de Ensino;

VIII – autorizar, credenciar, reconhecer, inspecionar, fiscalizar e supervisionar os estabelecimentos de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino;

IX – promover conferências, congressos, encontros, ciclos de estudos ou seminários para estudo de assunto pertinente a educação;

X – elaborar seu próprio regimento interno, a ser aprovado pelo o Prefeito Municipal;

XI – exercer outras atividades previstas em outras disposições legais.

Art. 3º - O Conselho será constituído de cinco (5) membros titulares e cinco (5) suplentes, sendo eles:

- a) – Um representante da Secretaria de Educação;
- b) – Um representante dos Gestores das Escolas do Município;
- c) – Um representante dos Gestores das Escolas da Rede Privada;
- d) – Um representante dos Pais de alunos da Rede Municipal de Ensino;

e) – Um representante das Associações de Bairro (ou entidade equivalente)

Art. 4º - São de livre escolha do Secretário Municipal de Educação os representantes de quem tratam as letras a, b e os dois suplentes.

Art. 5º - Os demais membros de que trata o artigo 3º serão indicados por seus pais pelo Prefeito Municipal que o designará para exercer suas funções.

Art. 6º - O mandato dos membros do Conselho será de quatro (04) anos, permitida a recondução para apenas um mandato subsequente.

Art. 7º - Os membros e a Secretária Executiva do CME serão remunerados, a título de jeton, segundo valor a ser fixado por ato do Prefeito, não podendo ser inferior a 50% do valor do salário mínimo nacional, por cada uma sessão ordinária a que o conselheiro comparecer.

Art. 8º - São competentes para fazer a indicação necessária a composição do conselho:
I – o conjunto dos pais da Escola indicada pela Secretaria Municipal de Educação fazendo-se um rodízio entre as escolas sediadas na cidade de Bayeux.
II – uma Associação indicada pela Secretaria Municipal de Educação assegurada a alternância de indicação;

Art. 9º - A função de Conselheiro é considerada de relevância social, liberando seus ocupantes de outros encargos para permitir o comparecimento às reuniões.

Art. 10º - As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas quinzenalmente, podendo haver convocação extraordinária.

Art. 11º - Os suplentes têm direito a participar das reuniões e de votar somente na ausência de algum titular.

Art. 12º - Os membros do Conselho elegerão, dentre eles, o seu presidente e um Vice-Presidente, em escrutínio secreto, no qual o escolhido deverá obter maioria simples dos votantes presentes a reunião de eleição.

Art. 13º - O Regimento Interno do Conselho disciplinará seu funcionamento.

Art. 14º - O Conselho Municipal de Educação tem a seguinte estrutura organizacional, quantitativa e simbologia por função aprovada no seu Regimento Interno e reconhecida por decreto do Poder Executivo.

I – Plenário;

II – Presidente;

III – Secretária Executiva;

IV – Câmara de Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio;

V – Câmara de Legislação e Normas;

VI – Assessoria Técnica.

Art. 15º - A Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer darão o apoio necessário ao funcionamento do Conselho.

Art. 16º - As despesas decorrentes da implantação e funcionamento do Conselho correrão à conta de dotação orçamentária da Secretaria de Educação.

Art. 17º - Ficam revogados os artigos da Lei 717/99 que conflitam com as determinações desta Lei.

Art. 18º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bayeux – PB, 17 de novembro de 2006.

Josival Júnior de Sousa
Prefeito Constitucional de Bayeux



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



DELIBERAÇÃO CME Nº 001/2007

Institui, no Sistema de Ensino do Município de Bayeux, o regime de progressão continuada no ensino fundamental.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e com fundamento no artigo 32, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no Art. 63 da Lei Municipal nº 1.012, de 17 de novembro de 2006,
Delibera:

Art. 1º. Fica instituído no Sistema de Ensino do Município de Bayeux, o regime de progressão continuada, no ensino fundamental, com duração de nove anos.

§ 1º. O regime de que trata este artigo pode ser organizado em séries anuais.

§ 2º. - No caso de opção por mais de uma série, devem ser adotadas providências para que a transição de uma série para outra se faça de forma a garantir a progressão continuada.

§ 3º. O regime de progressão continuada deve garantir a avaliação do processo de ensino-aprendizagem, o qual deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir de resultados periódicos parciais e, se necessário, no final de cada período letivo.

Art. 2º. Matrícula é o ato formal que vincula o educando a um Estabelecimento de Ensino autorizado, conferindo-lhe a condição de aluno.

Art. 3º. A idade referencial para matrícula inicial no ensino fundamental será a de seis anos de idade a completar até o dia 1º de março do ano letivo.

§ 1º. O mesmo referencial será adaptado para matrícula nas etapas subsequentes à inicial.

§ 2º. A matrícula do aluno transferido ou oriundo de fora do Sistema Municipal de Ensino será feita tendo como referência a idade, bem como a avaliação de competências, com fundamento nos conteúdos mínimos obrigatórios, nas diretrizes curriculares nacionais e na base nacional comum do currículo, realizada por professor designado pela direção da escola, a qual indicará a necessidade de eventuais estudos de aceleração ou de adaptação, mantida preferencialmente a matrícula no período adequado, em função da idade.

§ 3º. A avaliação de competências poderá indicar, ainda, a necessidade de educação especial, que deverá ser obrigatoriamente proporcionada pelas redes públicas de ensino fundamental.

Da Matrícula em regime de progressão parcial

Art. 4º. A matrícula com progressão parcial é aquela por meio da qual o aluno, não obtendo aprovação final em até três (3) disciplinas, em regime seriado, poderá cursá-las subsequente e concomitantemente às séries seguintes.

§ 1º. A matrícula com progressão parcial deverá estar prevista no regimento escolar da instituição de ensino, preservada sempre a seqüência do currículo.

§ 2º. O regime de progressão parcial exige, para aprovação, a freqüência determinada em lei e o aproveitamento estabelecido no regimento escolar.

§ 3º. A matrícula deverá ocorrer simultaneamente ao período estatuído no calendário do estabelecimento de ensino.

§ 4º. O aluno da rede municipal de ensino ao solicitar a transferência para outra rede ou o desistente, no regime de progressão parcial, considerar-se-á reprovado.

§ 5º. Podendo o sistema receber o aluno de outra rede nesse regime de progressão devidamente documentado com histórico escolar.

Art. 5º. Adotado o regime de progressão parcial poderá, havendo incompatibilidade de horário, estabelecer plano especial de estudos para a disciplina em dependência, plano esse devidamente registrado em relatório que deverá integrar a pasta individual do aluno.

Parágrafo único. É vedada a matrícula inicial no Ensino Médio ao aluno com dependência de disciplina no Ensino Fundamental.

Art. 6º. A expedição de certificado ou diploma de conclusão do curso só poderá ocorrer após atendida plenamente a matriz curricular e sua respectiva carga horária.

Parágrafo único. Concluído o curso e restando disciplina em dependência, a expedição do certificado ou diploma só poderá ser feita após a eliminação da disciplina em dependência.

Art. 7º. O projeto educacional de implantação do regime de progressão continuada deverá especificar, entre outros aspectos, mecanismos que assegurem:

- I - avaliação institucional interna e externa;
- II - avaliações da aprendizagem ao longo do processo, conduzindo a uma avaliação contínua e cumulativa da aprendizagem do aluno, de modo a permitir a apreciação de seu desempenho em todo o ciclo;
- III - atividades de reforço e de recuperação paralelas e contínuas ao longo do processo e, se necessárias, ao final de ciclo ou nível;
- IV - meios alternativos de adaptação, de reforço, de reclassificação, de avanço, de reconhecimento, de aproveitamento e de aceleração de estudos;
- V - indicadores de desempenho;
- VI - controle da freqüência dos alunos;
- VII - contínua melhoria do ensino;
- VIII - forma de implantação, implementação e avaliação do projeto;
- IX - dispositivos regimentais adequados;
- X - articulação com as famílias no acompanhamento do aluno ao longo do processo, fornecendo-lhes informações sistemáticas sobre freqüência e aproveitamento escolar.

§ 1º. Os projetos educacionais da Secretaria Municipal de Educação e das instituições de ensino serão apreciados pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 2º. Os projetos educacionais dos estabelecimentos particulares de ensino serão apreciados pelo Conselho Municipal de Educação.

§ 3º. O sistema de ensino terá seu projeto educacional apreciado pelo Conselho de Educação, devendo encaminhar seus projetos à apreciação do Conselho Municipal.

§ 4º. A matrícula em regime de progressão parcial contemplará aos alunos do período diurno.

Art. 8º. Com o fim de garantir a frequência mínima de 75% por parte de todos os alunos, as escolas de ensino fundamental devem, além de aquelas a serem adotadas no âmbito do próprio estabelecimento de ensino, tomar as seguintes providências:

I - alertar e manter informados os pais quanto às suas responsabilidades no tocante à educação dos filhos, inclusive no que se refere à frequência dos mesmos;

II - tomar as providências cabíveis, no âmbito da escola, junto aos alunos faltosos e respectivos professores;

III - encaminhar a relação dos alunos que excederem o limite de 25% de faltas ao Conselho de Ensino, para que este solicite a devida colaboração do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares.

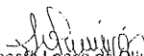
Art. 9º. Cabe à supervisão de ensino do sistema orientar e acompanhar a elaboração e a execução da proposta educacional dos estabelecimentos de ensino, verificando periodicamente os casos especiais previstos nos §§ 2º e 3º do Artigo 2º.

Art. 10. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua homologação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a presente Deliberação.

Sala de Sessões, em 26 de abril de 2007.


Josafá Lopes da Oliveira
Conselheiro-presidente CME